

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA
“CEL PM NELSON FREIRE TERRA”
PROGRAMA DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS DE SEGURANÇA E
ORDEM PÚBLICA – CSP- I/12



Major PM Jaime Gardenal Júnior

ESTUDO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO PRESÍDIO DA
POLÍCIA MILITAR “ROMÃO GOMES” COM ÊNFASE À LETALIDADE

São Paulo

2012

Major PM Jaime Gardenal Júnior

**ESTUDO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO PRESÍDIO DA
POLÍCIA MILITAR “ROMÃO GOMES” COM ÊNFASE À LETALIDADE**

Tese apresentada no Centro de Altos Estudos de
Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra” como parte
dos requisitos para a aprovação no Programa de
Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e
Ordem Pública – CSP- I/12

Tenente Coronel PM Jefferson de Almeida - Orientador

São Paulo

2012

Maj PM Jaime Gardenal Júnior

ESTUDO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO PRESÍDIO DA POLÍCIA MILITAR “ROMÃO GOMES” COM ÊNFASE À LETALIDADE

Tese apresentada no Centro de Altos Estudos de
Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra” como parte
dos requisitos para a aprovação no Programa de
Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e
Ordem Pública – CSP- I/12

- () Recomendamos disponibilizar para pesquisa
- () Não Recomendamos disponibilizar para pesquisa
- () Recomendamos a publicação
- () Não recomendamos a publicação

São Paulo, 02 de outubro de 2012.

Coronel PM Marco Antonio Alves Miguel - PMESP

Coronel PM Luiz de Castro Júnior - PMESP

Coronel PM Edson Silvestre - PMESP

Tenente Coronel PM Carlos Alberto Paulino - PMESP

Tenente Coronel PM Jefferson de Almeida - PMESP

Este trabalho é dedicado:

À minha querida esposa, Sueli, e às minhas filhas, Amanda e Giovana, pelo apoio incondicional e afeto, tão necessários ao meu equilíbrio, e por minha ausência durante a confecção deste trabalho.

Aos meus pais, Jayme (*in memoriam*) e Maria Olina, por possibilitarem mais uma etapa no meu aperfeiçoamento.

Aos familiares e amigos que muito me incentivam e dão força para continuar a caminhada.

Agradecimentos

A DEUS, por mais esta oportunidade de evolução.

Ao Senhor Coronel PM Benedito Roberto Meira, meu grande incentivador e Comandante, pela confiança depositada ao permitir o desenvolvimento do presente tema.

Ao Senhor Tenente Coronel PM JEFFERSON DE ALMEIDA, mestre e amigo, pelas sábias orientações nos momentos de dúvida e ao longo de todo trabalho.

Ao Comando, Oficiais e Praças do Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes” pela gentileza em me receber e prestar todas as informações necessárias a minha pesquisa naquele estabelecimento.

Ao Comando do CAES, Instrutores, Professores e demais integrantes dessa digna casa de ensino, pelos conhecimentos que foram transmitidos.

Aos colegas de curso pelo apoio e incentivo nos momentos mais difíceis.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo o estudo da população carcerária do Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes” envolvida em ocorrência com resultado morte, a fim de verificar os fatores capazes de influenciar a letalidade nas ações policiais-militares e se há medidas preventivas ou corretivas para reduzir a incidência desse fenômeno. Foram realizadas pesquisas com a população carcerária do presídio e entrevistas por meio de questionários aos internos envolvidos em homicídio. Como conclusão do tema, verificou-se que a impunidade do criminoso, o ambiente de trabalho violento, a necessidade de conter a criminalidade, o contato com policiais militares envolvidos em ocorrências letais e o fato de o enfrentamento ser a única alternativa são os fatores que mais influenciam um policial militar a envolver-se em ocorrência com resultado morte. Por outro lado, as orientações e a conscientização do policial sobre as consequências da condenação criminal são os fatores mais aptos a desestimular o confronto letal. Ao final foram propostas medidas preventivas e corretivas com base nas informações passadas pelos entrevistados.

Palavras-chave: Polícia Militar. Letalidade policial. Propostas para redução.

Abstract

This work aims to study the prison population in the Presidio Military Police "Romão Gomes" involved in occurrence with resulting death, in order to ascertain the factors influencing mortality in police actions, military and whether preventive or corrective measures to reduce the incidence of this phenomenon. Surveys were conducted with inmates of the prison interviews and through questionnaires to inmates involved in murder. As a conclusion on this issue, it was found that the impunity of criminal, violent work environment, the need to contain crime, contact the police officers involved in deadly incidents and the fact that the confrontation be the only alternative are the factors that most influence a police officer involved in the occurrence and death result. Moreover, guidance and awareness about the consequences of the police criminal conviction are the factors most likely to discourage lethal confrontation. At the end were proposed preventive and corrective measures based on information passed by the interviewees.

Key-words: Military Police. Lethality police. Proposals for reduction.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Atuação policial-militar no Estado de São Paulo	17
Tabela 2 - Delitos no Estado de São Paulo.....	37
Tabela 3 - Ocorrências envolvendo policiais, por tipo	40
Tabela 4 - Comparativo Letalidade Policial nos Estados	41
Tabela 5 - Quantidade de Armas Apreendidas em Confrontos	46
Tabela 6 – Tipos de confronto por Grande Comando	47
Tabela 7 - Situação dos agressores não policiais envolvidos em confronto	48
Tabela 8 – Dados referentes confrontos entre pessoas e PM	49
Tabela 9 - População Carcerária do PMRG (situação da prisão).....	57
Tabela 10 - População Carcerária do PMRG (regime de cumprimento de pena)	57
Tabela 11 - População Carcerária do PMRG (diploma legal)	58
Tabela 12 - Resumo das Características da População Carcerária do PMRG	60
Tabela 13 - População Carcerária PMRG (por tipo de crime)	61
Tabela 14 - População Carcerária do PMRG (homicídio)	63
Tabela 15 – Dados dos internos do PMRG (homicídio)	64
Tabela 16 - OPM de origem dos internos PMRG (homicídio)	65
Tabela 17 – Estado civil na época da condenação/internação	71
Tabela 18 - Atividade extra de segurança na época da internação/condenação	72
Tabela 19 - Tempo de serviço na época da condenação/internação	73
Tabela 20 - Autoridade receptora na apresentação na OPM	74
Tabela 21 - Orientação sobre conduta profissional esperada em caso de ORM	76
Tabela 22 - Conhecimento do histórico da OPM em relação à ORM.....	77
Tabela 23 – Época do conhecimento do histórico da OPM sobre ORM	77
Tabela 24 - Tratamento recebido pelo PM envolvido em ORM.....	78
Tabela 25 - Motivação para envolver-se em ORM.....	80
Tabela 26 - Participação em ORM antes da condenação/internação	81
Tabela 27 – Tempo de serviço na época da ORM que gerou a internação	83
Tabela 28 – Situação após o próprio envolvimento em ORM	84
Tabela 29 - Medidas que influenciam o não envolvimento em ORM	86
Tabela 30 – “O que leva um PM a matar alguém sem amparo legal”	87
Tabela 31 – Estímulo à letalidade (instruções dos cursos PM e EAP).....	89
Tabela 32 - Letalidade e Produtividade do 1º BPCChq	106

Lista de Abreviaturas e Siglas

AISP	Área de Interesse de Segurança Pública
APMBB	Academia de Polícia Militar do Barro Branco
APOIAR	Análise Procedimental de Ocorrências de Alto Risco
BPM/I	Batalhão de Polícia Militar do Interior
BPM/M	Batalhão de Polícia Militar Metropolitano
CAES	Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra”
Cap PM	Capitão de Polícia Militar
Cb PM	Cabo de Polícia Militar
CBPM	Caixa Beneficente da Polícia Militar
Cel PM	Coronel de Polícia Militar
CESEC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade “Cândido Mendes”
CF	Constituição Federal
CFA	Centro de Formação e Aperfeiçoamento
CFC	Curso de Formação de Cabos
CFSd	Curso de Formação de Soldados
Cia/PM	Companhia de Polícia Militar
CIPM	Centro de Inteligência da Polícia Militar
Cmt	Comandante
Cmt G	Comandante Geral
COPOM	Centro de Operações da Polícia Militar
CP	Código Penal
CPA	Comandos de Policiamento de Área
CPC	Comando de Policiamento da Capital
CPChq	Comando de Policiamento de Choque
CPI	Comando de Policiamento do Interior
CPM	Comando de Policiamento Metropolitano
CPM	Código Penal Militar
CPP	Código de Processo Penal
CPPM	Código de Processo Penal Militar

DEINTER	Departamento de Polícia do Interior
DPCDH	Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos
EAP	Estágio de Atualização Profissional
ESSd	Escola Superior de Soldados “Coronel PM Eduardo Assumpção”
ESSgt	Escola Superior de Sargentos
FT	Força Tática
GESPOL	Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo
I-40-PM	Instruções para o Atendimento de Ocorrência em que haja o Cometimento de Infração Penal Praticada por Policial Militar
IPM	Inquérito Policial Militar
LEP	Lei de Execução Penal
Maj PM	Major de Polícia Militar
MPF	Ministério Público Federal
NI	Nota de Instrução
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPM	Organização Policial-Militar
ORM	Ocorrência com resultado morte
PAAPM	Programa e Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar
Pel	Pelotão PM
PM	Polícia Militar ou Policial Militar
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMRG	Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes”
POP	Procedimento Operacional Padrão
PPA	Plano Plurianual de Governo
PROAR	Programa de Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências e Alto Risco
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
ROTA	Rondas Ostensivas "Tobias de Aguiar"
RSDD	Resistência Seguida de Detenção do Delinquente
RSFD	Resistência Seguida de Fuga do Delinquente
RSLC	Resistência Seguida de Lesão Corporal
RSM	Resistência Seguida de Morte

RSS	Resistência Seguida de Suicídio
Sd PM	Soldado de Polícia Militar
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Sgt PM	Sargento de Polícia Militar
SSP/SP	Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo
Subten PM	Subtenente de Polícia Militar
Ten Cel PM	Tenente Coronel de Polícia Militar
TJMESP	Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e o Crime
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	16
2.1	Atribuições legais e área de atuação	16
2.2	A missão da Polícia Militar	18
1.3.	A Polícia Militar e a defesa dos Direitos Humanos	20
3	A IMPORTÂNCIA DO TEMA LETALIDADE PARA A POLÍCIA MILITAR.....	25
3.1	Breve abordagem sobre violência e uso da força pelo Estado	25
3.2	A atuação policial e a possibilidade de confronto	28
3.3	A imagem negativa causada pela letalidade na PMESP	31
3.4	O crescimento econômico e o potencial reflexo na letalidade	36
3.5	Comparativo da letalidade policial entre a PMESP e outras instituições	38
3.6	A escassez de trabalhos específicos sobre a letalidade policial	43
3.7	Análise de confrontos armados envolvendo policiais militares	45
4	O PRESÍDIO DA POLÍCIA MILITAR “ROMÃO GOMES”	51
4.1	Histórico e estrutura	51
4.2	Estudo da população carcerária do PMRG	55
4.2.1	Considerações iniciais	55
4.2.2	O perfil dos internos	56
4.2.3	Análise dos internos envolvidos em crimes de homicídios	62
5	ENTREVISTAS COM INTERNOS	66
5.1	Metodologia	66
5.2	Forma das entrevistas/questionários	68
5.3	Resultado das entrevistas/questionários	69
5.3.1	A primeira parte da entrevista	70
5.3.2	A segunda parte da entrevista	74
6	CONTROLE DA LETALIDADE POLICIAL.....	91
6.1	Considerações iniciais	91
6.2	Políticas públicas de controle da letalidade policial	92

6.3	Medidas de controle interno da letalidade na PMESP	94
6.3.1	Programa de Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências e Alto Risco (PROAR)	95
6.3.2	Programa e Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM)	98
6.3.3	Comissão de Letalidade da PMESP	99
6.3.4	Estudo de Caso de Ocorrências de Alto Risco (ECOAR).....	100
6.3.5	Ênfase às ações de Polícia Judiciária Militar	101
6.3.6	Fortalecimento da Corregedoria	104
6.4	Retaliação ao controle da letalidade	105
7	FATORES RELACIONADOS À LETALIDADE POLICIAL	107
7.1	Considerações iniciais	107
7.2	Os possíveis fatores relacionados à letalidade	108
7.3	Fatores indicados pelos internos do PMRG.....	113
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS.....	122
	APÊNDICE.....	130

1 Introdução

Recentemente os meios de comunicação têm dado grande destaque para ocorrências de confronto entre policiais militares e pessoas, supostamente infratoras, cujo resultado invariavelmente tem sido a morte dos civis envolvidos.

Em alguns casos há filmagens da atuação policial, com fortes indícios de condutas inadequadas ou até mesmo ilegais por parte dos policiais militares.

Tais casos têm gerado grande repercussão negativa para a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) a ponto de países que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU) recomendarem a extinção das polícias militares no Brasil.

Por outro lado, diante do sentimento de impunidade que assola a sociedade brasileira, os meios de comunicação, por meio dos programas “policiais”, deixam transparecer que a contenção do crime e a melhoria da segurança pública são de responsabilidade exclusiva dos órgãos policiais, principalmente a Polícia Militar, que é a instituição mais atuante por conta dos atendimentos pelo telefone 190.

Trata-se, pois, de um terreno fértil para as discussões sobre a forma de atuação dos órgãos policiais, com questionamentos sobre sua eficiência e principalmente falhas evidenciadas pela cobertura da mídia devido ao elevado interesse da população sobre a temática segurança pública.

Entretanto, algumas situações merecem um estudo pormenorizado por meio da própria Instituição, especialmente os casos de ocorrências com resultado morte, que recebem o tratamento de **letalidade policial**¹.

Apesar da importância desse assunto, há poucas obras ou estudos atuais sobre letalidade policial, principalmente em âmbito institucional. Ao longo do período de redemocratização do país, muitos autores exploraram referido tema, mas o fizeram com exclusivo viés político, o que contaminou os trabalhos e sua credibilidade.

Diante desse quadro, o presente trabalho tem por objetivo abordar o tema letalidade por meio do estudo da população carcerária do Presídio da Polícia Militar

¹ Neste trabalho, a letalidade policial será tratada como a morte de pessoas resultante de confronto com policiais militares de serviço em ou razão da função policial-militar.

“Romão Gomes” (PMRG)², estabelecimento prisional que abriga policiais militares e ex-policiais militares da PMESP.

Assim, o **problema** que se apresenta para o presente estudo é saber:

- a. Quais os fatores que influenciam um policial militar a praticar crimes graves de grande repercussão negativa para a Instituição, especialmente aqueles relacionados às ocorrências com resultado morte (ORM);
- b. Haveria medidas internas de controle e eventuais ações preventivas para as situações identificadas.

Como **hipótese**, tem-se que a realização de um estudo pormenorizado da população carcerária do PMRG e de entrevistas com os internos possibilitarão identificar os fatores que mais influenciariam os desvios de conduta e possíveis medidas de controle interno ou ações preventivas ou corretivas por parte do Comando Geral da PMESP para evitar ou minimizar as não conformidades, principalmente os casos de ocorrência com resultado morte.

O **objetivo geral** deste trabalho é realizar um estudo detalhado da população carcerária do PMRG, a fim de identificar os fatores que levam o policial militar a praticar crimes graves que repercutem negativamente para a Instituição.

De forma **específica**, propõe-se a:

- a. Estudar a população carcerária do PMRG;
- b. Identificar medidas internas de controle para evitar o envolvimento de policiais militares em práticas delituosas graves, especialmente os casos de ocorrência com resultado morte, partindo-se da premissa de que é possível intervir previamente nesse processo;
- c. Verificar eventuais medidas corretivas das ações em relação à formação dos policiais militares, acompanhamento profissional e fiscalização.

A presente monografia insere-se na **área de concentração Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública**, cuja **linha de pesquisa** é voltada à

² Nos termos do artigo 70 do Decreto n. 7.290, de 15 de dezembro de 1975, o Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes” (PMRG) é o órgão de apoio responsável, perante o Comandante Geral, pelo internamento de oficiais e praças da Polícia Militar que estejam condenados pela Justiça ou à sua disposição, e pela segurança do internamento de presos políticos.

Polícia Ostensiva e Direitos Humanos do CAES (Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra”).

Será utilizado o **método hipotético-dedutivo** na construção do conhecimento, aproveitando-se de pesquisas bibliográficas, material disponibilizado em sítios eletrônicos (fontes secundárias) e dos dados da população carcerária do PMRG já existentes, além de entrevistas com internos do PMRG.

O presente trabalho estará assim distribuído:

O **capítulo segundo** tratará da atribuição constitucional e legal da Polícia Militar do Estado de São Paulo e sua missão como força policial relacionada à defesa dos Direitos Humanos. Ainda será analisado o conteúdo curricular dos cursos de formação e aperfeiçoamento e estágios de atualização profissional dos policiais militares na PMESP no tocante ao assunto direitos humanos.

O **capítulo terceiro** será dedicado à análise da importância do tema letalidade para a Polícia Militar, com destaque para o uso da força pelo Estado, a atuação policial e a possibilidade de confronto, que pode ser potencializada pelo crescimento econômico do país, e a imagem negativa causada pela letalidade na PMESP. Também serão analisados os confrontos armados envolvendo policiais militares e os poucos trabalhos sobre o tema desenvolvidos na Instituição.

O **capítulo quarto** será dedicado ao estudo do Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes”, por meio da análise de sua estrutura e população carcerária, dedicando atenção especial aos internos envolvidos em ocorrência com resultado morte, principalmente o homicídio.

O **capítulo quinto** abordará as entrevistas com os internos do PMRG envolvidos com ocorrências com resultado morte, a metodologia empregada, a forma das entrevistas/questionários e principalmente os resultados obtidos.

No **capítulo sexto** serão analisadas as principais medidas de controle da letalidade já existentes e em funcionamento na PMESP e também as políticas públicas de controle da letalidade.

O **capítulo sétimo** cuidará dos fatores relacionados à letalidade indicados na bibliografia existente e aqueles mencionados pelos internos do PMRG.

Por fim, no **capítulo oitavo** haverá as **considerações finais** e apresentação de propostas resultantes da pesquisa e entrevistas realizadas com os internos do PMRG que podem ser adotadas pelo Comando Geral da Instituição.

2 A Polícia Militar do Estado de São Paulo

2.1 Atribuições legais e área de atuação

Nos termos do artigo 144 da Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988), a Polícia Militar do Estado de São Paulo, um dos órgãos integrantes do sistema de segurança pública, é a instituição com atribuição constitucional para o exercício da polícia ostensiva voltada à preservação da ordem pública.

Considerando a amplitude do significado da expressão ordem pública, que de acordo com Lazzarini (1987, p.13) engloba a segurança, a tranquilidade e a salubridade pública, a área de atuação da Polícia Militar é bastante extensa, não se limitando apenas ao atendimento de ocorrências de natureza criminal.

Ao contrário, veremos mais à frente que a PMESP notabiliza-se por múltiplos atendimentos em todas as áreas, especialmente no campo social, ao trabalhar diuturnamente em todos os 645 municípios do Estado realizando o patrulhamento ostensivo e atendendo aos chamados pelo telefone 190.

Diariamente as ligações aos Centros de Operações da Polícia Militar (COPOM, 2011), distribuídos em todas as regiões do Estado e na Capital, geram quase 15 mil atendimentos diversos, que vão desde o pedido de registro de uma ocorrência criminal, como no caso de um furto, até atendimentos envolvendo relações de consumo por parte de consumidores insatisfeitos.

Aliás, é bastante comum que a Polícia Militar seja acionada para atender diversas demandas ilegítimas, como no caso de atendimentos eminentemente sociais (embriagados, doentes mentais, socorros de urgência sem relação com delito etc.).

Ao longo dos anos, tais demandas “ilegítimas” têm sido incorporadas ao extenso rol de atribuições da Polícia por ausência, omissão ou simplesmente comodidade de outros órgãos públicos, em nível municipal, estadual ou até federal, que abdicaram do cumprimento de suas atribuições.

Muitos desses atendimentos não possuem qualquer relação com a atividade policial, mas já se tornaram demandas sociais, restando à PMESP atuar nesse vácuo para prestar tais serviços à população.

Mais à frente será visto que esses atendimentos sociais realizados pela Polícia Militar, ainda que não reconhecidos pela sociedade em geral, demonstram sua vocação de Instituição promotora dos direitos humanos mais básicos da população.

Para ilustrar essa variada gama de atuação, destacam-se os atendimentos efetuados nos anos de 2009 a 2011 pela Polícia Militar em todo o Estado, entre intervenções, ocorrências e atendimento sociais:

Tabela 1 - Atuação policial-militar no Estado de São Paulo

Atuação da PM	2009	2010	2011
N. de Intervenções	30.351.174	28.309.991	31.749.116
N. de Ocorrências	4.144.430	2.310.753	2.416.262
Atendimentos Sociais	2.381.384	2.927.245	2.997.814

Fonte: 2ª Seção do Estado-Maior da PMESP (2ª EM/PM, 2012).

Observe que do total de intervenções anuais, somente em torno de 8% geraram ocorrências policiais e outro tanto (de 9 a 10%) refere-se a atendimentos sociais.

Anualmente as intervenções não policiais têm crescido e com isso gerado maiores demandas à Instituição a par daquelas que normalmente lhe são peculiares e pelas quais é efetivamente “cobrada” pela sociedade, normalmente por meio dos órgãos de imprensa.

Como se vê pelos dados acima, apesar do entendimento dominante de que a atividade da Polícia Militar restringe-se meramente à prevenção e repressão criminal, sua atuação ocorre com maior intensidade na área afeta à tranquilidade pública, no exercício da função de proteção.

Esse equívoco ocorre pelo desconhecimento do extenso rol de atribuições da Polícia Militar e principalmente pela ênfase dada pela mídia na atuação de enfrentamento do crime, a chamada função de controle.

Para realizar os atendimentos e com isso suprir as demandas da população paulista, a PMESP conta com um efetivo de mais de 96 mil homens e mulheres, distribuídos em todos os municípios do Estado.

Essa capilaridade da Instituição conta ainda com o suporte de mais de 15 mil viaturas policiais, entre veículos de duas e quatro rodas, 26 aeronaves entre helicópteros e aviões, cavalos, cães, bicicletas e outros meios empregados na atividade policial.

Em termos de acessibilidade, sem dúvida alguma a Polícia Militar se apresenta como o órgão público mais acessível à população. Basta uma ligação gratuita para o telefone de emergência 190 que, independentemente de qualquer fator condicionante, invariavelmente o solicitante é atendido no local da necessidade, obviamente com prioridade para os casos mais graves e urgentes de intervenção.

Deste modo, verifica-se que a PMESP é um dos órgãos públicos de maior importância para a prestação de serviços à comunidade, muitos dos quais, repita-se, atribuídos a outros órgãos públicos, apesar de não ter o reconhecimento público devido.

2.2 A missão da Polícia Militar

Por conta dessa situação, o atual Comandante Geral da Corporação, Coronel (Cel) PM Roberval Ferreira França, ciente dessas demandas “atribuídas” à PMESP, redefiniu a **missão** da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a partir de seu discurso de posse, proferido em 24 de abril de 2012 (FRANÇA, 2012), deixando claro que a Polícia Militar deve dar ênfase à função de proteção. Veja um trecho selecionado:

Como já assinalado, a Polícia Militar tem por **missão proteger as pessoas, fazer cumprir as leis, combater o crime e preservar a ordem pública**. A polícia tem **duas funções** claramente definidas na sociedade: **controle e proteção**. Na função controle, ela faz cumprir as leis e preserva a ordem. Na função proteção ela ampara, acolhe e socorre as pessoas. **De todas as missões que nos são afetas, a principal e a mais nobre é a de “proteger as pessoas”**. Partindo dessa compreensão, acreditamos que já é chegada a hora de reformular nossos paradigmas, redesenhar nossos métodos de trabalho e rever nossas técnicas de intervenção, **fazendo com que os policiais militares sejam vistos e percebidos como verdadeiros agentes de proteção**, com os quais as pessoas podem contar e em quem podem confiar nos momentos mais difíceis de suas vidas. (grifo nosso)

O Comandante Geral está tentando mudar essa visão de que a Polícia Militar atua somente na repressão criminal, pois na verdade (e os números apresentados há pouco evidenciam isso) a Instituição atua de maneira mais intensa na função de proteção, a despeito de sua atuação destacada no combate ao crime, que foi decisiva para a queda dos índices criminais no Estado.

De fato, a Polícia Militar atua com maior frequência na proteção das pessoas, por meio dos socorros, dos atendimentos sociais, intervenções de mediação de conflitos e outros tantos casos. Entretanto sua imagem sempre é vinculada ao combate ao crime, prisão de criminosos e, invariavelmente, uso da força de dissuasão para restabelecer a ordem pública violada.

Obviamente que tais missões também fazem parte do rol de atribuições da Polícia, que detém o monopólio do uso da força legal, e evidenciam a função “controle”.

O exercício da atividade policial traz em si uma grande carga de fiscalização, de imposição de regras, de cobrança pelo cumprimento de normas, especialmente pela forma ostensiva de atuar da Instituição. Decerto por isso que a imagem institucional não seja vinculada a funções mais “simpáticas” e do mesmo modo importantes para a sociedade, como ocorre com o Corpo de Bombeiros.

Entretanto, invariavelmente a imagem da Polícia Militar está quase que exclusivamente relacionada à violência, ao combate de criminosos, por meio de prisões e enfrentamentos, impedindo o reconhecimento devido por parte da população sobre o trabalho desenvolvido pela PMESP na área social, função de proteção da sociedade.

Essa atividade preponderante da Instituição no atendimento social fica mascarada pela atuação de preservação da ordem pública e sua restauração, quando violada, e pela cobrança da sociedade para a redução dos índices criminais e melhoria da sensação de segurança.

Não obstante tal situação, a Polícia Militar exerce importante papel na defesa da sociedade e na garantia dos direitos mais fundamentais do homem, como será demonstrado a seguir.

Apesar dessa atuação social e de sua importância ímpar para a sociedade paulista, a Polícia Militar tem sua imagem quase que exclusivamente ligada à repressão criminal e, por vezes, à truculência e atuação ilegal de alguns policiais

militares que apresentam desvio de condutas e não conformidades nos padrões de atendimento fixados institucionalmente.

Há vasta literatura nesse sentido, por parte de pesquisadores que escrevem sobre o tema, muitas vezes sem a isenção necessária e sem o aprofundamento devido. Veja o que Azevedo (2001, p. 16) menciona sobre a Instituição:

Os modelos adotados para a profissionalização e especialização do policial não impediram a **disseminação de regras próprias** nesta corporação, **nem tampouco conseguem controlar o seu efetivo** que, embora submetido a treinamentos e controles rígidos de disciplina e hierarquia, **traça seu código próprio de atuação nas ruas**, ora atendendo aos anseios do Estado, ora permitindo-se o que melhor lhe aprouver, ou seja, **corrompe, deixa-se corromper, usurpa, usa de violência, transgride a lei e abusa do poder**. (grifo nosso)

Também a mídia tem importante papel nessa visão deturpada da Polícia Militar, na medida em que repercute as ocorrências policiais de maior gravidade, enfatizando o exercício da função “controle”, e alguns casos isolados, mas de grande impacto, ligando a imagem da Instituição à violência e truculência policial.

Dada a importância do tema, tal situação merecerá destaque nesse trabalho oportunamente.

1.3. A Polícia Militar e a defesa dos Direitos Humanos

Ao longo dos últimos anos, a Polícia Militar tem adotado uma série de medidas destinadas a conscientizar seus homens sobre a importância da defesa dos direitos humanos, com destaque para a frase estampada em toda documentação formal da Instituição: “Nós, Policiais Militares, estamos comprometidos com a defesa da vida, da integridade física e da dignidade da pessoa humana”.

Não se trata de mera retórica ou de uma medida de marketing³ institucional, mas sim de enaltecer o que vem sendo feito diariamente pela Polícia Militar por conta dos atendimentos realizados. Os números já apresentados evidenciam a

³ A palavra marketing foi utilizada com o sentido de “conjunto de estratégias e ações que visam a aumentar a aceitação e fortalecer a imagem de pessoa, ideia, empresa, produto, serviço etc., pelo público em geral, ou por determinado segmento desse público”.

vocação da Polícia Militar na garantia e defesa do exercício dos direitos humanos fundamentais das pessoas.

Prova dessa vocação institucional e da importância dada ao tema é a definição da base do Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (GESPOL), que é formada pelos **Direitos Humanos**, filosofia do **Policciamento Comunitário** e a **Gestão pela Qualidade**.

Todo o trabalho de gestão desenvolvido pela Polícia Militar para otimizar sua atuação, com economia de recursos e pleno emprego dos meios disponíveis, a fim de que o efetivo policial possa prestar melhores serviços à comunidade, é baseado nesse tripé, no pensamento sistêmico e num suporte doutrinário.

O GESPOL consubstancia-se num documento de atribuições da Instituição que delimita toda atuação da Polícia Militar na gestão de pessoas, saúde, logística, finanças, tecnologia de informação e comunicação, conhecimento e inovação, operacional e comunicação social, com o objetivo de melhorar a prestação de serviços à sociedade paulista.

Assim, cada orientação, ordem ou parâmetro de trabalho aos policiais militares tem como fundamento a proteção aos direitos humanos, a filosofia do policiamento comunitário e a busca pela excelência com a qualidade.

Mais do que cumprir e fazer cumprir normas, prestar atendimentos diversos e proteger as pessoas, a Polícia Militar tem atuado como verdadeira promotora dos Direitos Humanos na sociedade paulista, na medida em que possibilita o exercício dos direitos mais básicos das pessoas, dada sua capilaridade, acessibilidade, pronto atendimento e amplitude de atuação.

Costa Junior (2008, p. 34) discorre sobre a vocação da Polícia Militar de verdadeira “promotora” dos direitos humanos no Estado:

Dentro deste prisma, firma-se que a PMESP é a organização estatal que realiza naturalmente a proteção das garantias fundamentais e é a maior interessada em que elas sejam cumpridas, para que a ordem pública permaneça inalterada e coerente ao convívio social. Para tanto, realiza diversas atividades para vincular a missão policial às práticas que a situação cotidiana requer, **tornando-se a maior promotora e garantidora da fruição dos direitos da pessoa humana**.

A filosofia da Instituição vai ao encontro com o que prega a Constituição Federal, reafirma o compromisso com a preservação do Estado Democrático de Direito, realizando várias ações, que levam a sociedade a perceber que as atividades desenvolvidas nos diversos serviços prestados pela Corporação, são de vital importância para

viver em harmonia na sociedade e seus objetivos alinham-se aos programas de governo. (sic) (grifo nosso)

Os diversos atendimentos sociais realizados pela Instituição, muitos deles verdadeiras demandas assumidas pela PMESP pela omissão de outros órgãos estaduais e até em nível federal e municipal, evidenciam essa vocação de garantir o pleno exercício da cidadania e de seus direitos mais básicos, tais como direito à vida, liberdade, segurança, respeito na condição de consumidor, entre tantos outros.

O absoluto respeito aos direitos humanos é foco central da atuação dos policiais militares, tanto que em todos os currículos dos cursos de formação e aperfeiçoamento da Instituição há matérias específicas sobre o tema, além de outras que se relacionam com o assunto pela transversalidade (SENASP, 2008)⁴.

Veja alguns exemplos para ilustrar a preocupação institucional da PMESP com a temática direitos humanos.

Os Soldados de Polícia Militar (Sd PM) são a base da Instituição por formarem a maior parte do efetivo. De acordo com a Primeira Seção do Estado-maior da PMESP (1ª EM/PM), atualmente são 56.700 Sd PM que integram as fileiras da Instituição e realizam, na sua grande maioria, atividades estritamente operacionais, no atendimento de ocorrências e policiamento ostensivo.

Pois bem, a Escola Superior de Soldados “Coronel PM Eduardo Assumpção” (ESSd) é o órgão encarregado da formação centralizada dos Sd PM da Instituição e de unificar a doutrina e base curricular dos cursos descentralizados.

A atualização curricular da ESSd para o triênio 2011-2014 (EESd, 2011) delimita que a matéria Direitos Humanos tenha uma carga horária de 73 horas-aulas, o que equivale a 20% do total de 362 horas-aulas das matérias fundamentais.

Com tal peso, a matéria Direitos Humanos representa a segunda maior carga horária da grade curricular na área, sem contar os assuntos correlatos tratados em outras matérias pela transversalidade do conhecimento.

Do mesmo modo, em relação aos Subtenentes (Subten PM) e Sargentos (Sgt PM), cujo efetivo atinge 11.758 homens e mulheres, o currículo da Escola Superior de Sargentos (ESSgt) prevê uma carga horária de 32 horas-aulas para a

⁴ A **transversalidade** refere-se a temas sociais que permeiam os conteúdos das diferentes disciplinas, exigindo uma abordagem ampla e diversificada, não se esgotando num único campo de conhecimento. Os temas transversais não devem constituir uma única disciplina, mas permeiar todo o trabalho educativo.

matéria de Direitos Humanos, do total de 162 horas-aulas das demais matérias jurídicas.

Tal carga horária corresponde a 19,75% do total, sem contar que o mesmo assunto direitos humanos ainda é tratado de maneira indireta e transversalmente em outras matérias correlatas.

O Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra” (CAES) é o órgão de ensino superior da Instituição responsável pelo aperfeiçoamento dos Oficiais da Polícia Militar em nível de mestrado e doutorado.

O Programa de Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, que é destinado a preparar o Capitão (Cap PM) ao acesso à Oficialidade Superior da Instituição, prevê em seu currículo 30 horas-aulas para a matéria Direitos Humanos, de um total de 576 horas-aulas, o que corresponde a 5,2% do total.

Do mesmo modo que nos casos anteriormente citados, o tema direitos humanos está contido em outras matérias correlatas, tais como: Tiro Defensivo na Preservação da Vida “Método Giraldi” (08 horas-aulas), Políticas Públicas de Prevenção e Controle da Criminalidade (30 horas-aulas) e Ética e Cidadania (10 horas-aulas), entre outras.

Também no Programa de Doutorado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, destinado a habilitar o Major (Maj PM) e o Tenente Coronel (Ten Cel PM) à promoção ao posto máximo da PMESP, o de Coronel (Cel PM), a matéria direitos humanos representa 5,2% do total (30 de 576 horas-aulas previstas).

Também nesse curso há matérias correlatas que tratam da temática direitos humanos: Polícia e Comunidade e Sociedade Democrática (30 horas-aulas), Políticas Públicas e Decisão de Governo em Segurança Pública (30 horas-aulas) e Direito Público Aplicado (30 horas-aulas).

É importante ressaltar que anualmente todos os policiais militares são submetidos a um Estágio de Atualização Profissional (EAP), com duração de uma semana e que funciona na sede de uma Organização Policial-Militar (OPM), geralmente em nível de Batalhão (Btl), em que são repassados aos policiais diversos assuntos de interesse institucional relacionados com o tema direitos humanos.

O certo é que em nenhum banco escolar da PMESP, quer nos cursos de formação, aperfeiçoamento ou mesmo nas instruções cotidianas, é ensinado ao policial militar alguma ação de desrespeito ao cidadão ou de descumprimento da lei.

Ao contrário, sempre é enfatizado o papel exercido pela Polícia Militar junto à sociedade paulista, especialmente no tocante ao respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

3 A importância do tema letalidade para a Polícia Militar

3.1 Breve abordagem sobre violência e uso da força pelo Estado

Independentemente dos vários significados atribuídos ao termo violência, quer pelas ciências humanas ou mesmo pelos dicionários, a Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio do Relatório Mundial sobre violência e saúde (2002, p. 05) considera a violência um “[...] problema importante, e crescente, de saúde pública no mundo [...]” e a define como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (grifo nosso)

O mesmo relatório (2002, p. 12) esclarece que o fenômeno da violência é multifacetado por envolver vários fatores, não podendo assim ser analisado somente por um ponto de vista. Entretanto apresenta um elevado custo monetário para os países, independentemente do estágio de desenvolvimento em que se encontra. Veja:

Não há um fator único que explique por que algumas pessoas se comportam de forma violenta em relação a outras, ou porque a violência ocorre mais em algumas comunidades do que em outras. **A violência é o resultado da complexa interação de fatores individuais, de relacionamento, sociais, culturais e ambientais.** [...]

O **alto custo da violência** não é exclusivo do Canadá ou dos Estados Unidos. **Entre 1996 e 1997**, o Banco Interamericano de Desenvolvimento patrocinou estudos sobre a magnitude e o impacto econômico da violência em seis países da América Latina (31). Cada estudo avaliou os **gastos resultantes de violência**, em serviços de assistência à saúde, aplicação da lei e serviços judiciais, bem como prejuízos intangíveis e prejuízos com a transferência de bens. Expresso como um percentual do produto interno bruto (PIB), em 1997, o custo dos gastos com assistência à saúde, resultantes da violência, **foi de 1,9% do PIB no Brasil**, 5,0% na Colômbia, 4,3% em El Salvador, 1,3% no México, 1,5% no Peru e 0,3% na Venezuela. (grifo nosso)

Não obstante a definição acima, sobre uso intencional de força física e poder, o Estado, por meio de seu aparato, no caso concreto a polícia, está

autorizado legalmente a usar força física para o cumprimento de preceitos fixados pela lei, impondo assim sua vontade.

Trata-se, como escrevem muitos autores, do chamado legítimo monopólio do uso da força, o qual fica condicionado às normas jurídicas e necessidades técnicas.

Porto (2006, p. 34) dedica um capítulo inteiro de sua obra ao estudo da violência policial e os mecanismos de controle da polícia, dada a possibilidade do uso da força com grande discricionariedade⁵. Veja:

Dentre as práticas políticas presentes no cotidiano latino-americano, um tipo nos interessa de perto: a **violência policial**. O que chama atenção na violência policial é que ela consiste num tipo muito especial de violência, pois é cometida pelo Estado e seus agentes contra cidadãos.

[...]

O controle da atividade policial não é um problema exclusivo das novas democracias latino americanas. Nos últimos 30 anos, inúmeros países como EUA, Canadá, França, Inglaterra, Espanha, Itália e Alemanha vêm tentando submeter suas respectivas forças policiais ao Estado de Direito. (grifo nosso)

Juridicamente, o uso da força pelo Estado está autorizado basicamente em dois casos: em legítima defesa (própria ou de terceiros) e no estrito cumprimento do dever legal, conforme consta do artigo 23 do Código Penal (CP) (BRASIL, 1940). Nessas situações e desde que a ação ocorra na medida exata para romper a agressão contrária, ou seja, sem o excesso que inclusive pode ser punido, o agente não será responsabilizado criminalmente por expressa disposição legal.

Essa prerrogativa, de fazer valer sua vontade (interesse coletivo), em detrimento do interesse particular das pessoas, é da essência do serviço público, sob pena de não ser viável a vida em sociedade. Na realidade vários entes públicos impõem suas vontades aos particulares, inclusive pelo uso da força, mas somente a polícia é que pode eventualmente usar a força no seu extremo, ou seja, ceifando a vida humana.

Geralmente é nesse quesito, uso da força legal, que residem as grandes celeumas da atividade policial, dada a discricionariedade típica do serviço policial e, de resto, de boa parte do serviço público.

⁵ Discricionariedade é a possibilidade de escolha que a administração pública dispõe juridicamente de exercer ou não um ato de acordo com a conveniência e oportunidade, em benefício da coletividade.

Diversos autores indicam que o controle do uso da força legal é o grande problema da atividade policial no Brasil e nos demais países democráticos. Nesse sentido, a mesma autora (2006, p. 4) adverte:

A relação entre as polícias e a comunidade tem sido objeto de debate nas sociedades democráticas. As instituições policiais são aquelas organizações destinadas ao controle social com autorização para utilizar a força, caso necessário (Bayley, 1975). **Nos regimes democráticos, a atividade policial requer um equilíbrio entre o uso da força e o respeito aos direitos individuais.** Assim, podemos afirmar que a especificidade da atividade policial nos regimes democráticos é a **necessidade de limitar e administrar o uso da força legal, sem abrir mão de suas prerrogativas de controle social.** (grifo nosso)

Porto (2006, p. 5) prossegue realçando a dificuldade em determinar qual é o limite entre a força legítima e a violência policial, visto que tal linha demarcatória varia de acordo com o país e a discricionariedade (“liberdade”) que norteia a atividade policial. Observe:

Uso legítimo da força ou violência policial?

Sem uma clara diferenciação entre violência policial e uso da força legal não é possível estabelecer mecanismos destinados ao controle e supervisão das atividades policiais. Até que ponto e sob que circunstâncias é legítimo, ou admissível, o uso da força? **Qual é a linha demarcatória entre força legítima e violência policial? Estas questões têm sido debatidas pela literatura especializada** (Klockars 1996; Muniz et alii 1999; Mesquita Neto 1999; Costa 2003a; Costa e Medeiros 2002, Porto 2000, Adorno 2002). Os estudos destacam que essa linha demarcatória não é fixa. **O limite entre força legítima e violência varia em função da forma como cada sociedade interpreta a noção de violência e representa a função policial.**

Além dos problemas para definir o que é violência policial, há também a **dificuldade de controlar e monitorar a atividade policial.** O enorme poder discricionário de que gozam as polícias está no centro da questão (Walker 1993; Bandeira & Costa 2003). Possivelmente, dentre os agentes estatais, **os policiais estão entre aqueles que possuem maior liberdade para exercer suas funções,** tanto em termos do exercício da autoridade quanto em relação aos controles a que estão submetidos. (sic) (grifo nosso)

Assim, fica evidente que o controle da atividade policial, especialmente em relação ao uso da força legal, é uma das formas de minimizar o problema da letalidade policial.

Não obstante a importância deste controle, será visto mais à frente que não existe uma política pública clara de controle da letalidade no Estado, apesar de a PMESP adotar uma série de medidas voltadas a esse controle.

3.2 A atuação policial e a possibilidade de confronto

O elevado número de intervenções anuais da Polícia Militar, mais de trinta milhões, e a diversidade de naturezas das ocorrências policiais atendidas comprovam que sua área de atuação é bastante ampla.

Só no primeiro semestre de 2012 houve 66.928 prisões em flagrante delito e por mandado judicial no Estado de São Paulo. Também no mesmo período, 6.686.693 pessoas foram abordadas, revistas e identificadas pela Polícia Militar, um aumento de 8,64% e 13,57%, respectivamente, em comparação com o mesmo período de 2011 (SSP/SP, 2011).

Paralelamente a isso, ainda que submetidos aos parâmetros legais de atuação, sejam fiscalizados por seus superiores e tenham atuação direcionada às áreas de interesse de segurança pública, os policiais militares gozam de relativa liberdade de ação.

Um policial militar de serviço pode abordar pessoas em situações que lhe pareçam suspeitas, ou ainda, no atendimento de determinada ocorrência, deixar de proceder a uma checagem mais detalhada que eventualmente possa favorecer um malfeitor.

Em ambas as situações, essa liberdade de que dispõe o policial militar pode não contrariar qualquer ordenamento jurídico ou regulamentar, pois depende de fatores internos (tirocínio, experiência e grau de motivação) e de outros inúmeros fatores externos.

Entretanto um fator está sempre presente em todas as situações que envolvem a atividade policial, o risco de ser um alvo de ações criminosas ou envolver-se em confrontos, os quais podem ser potencializados pelo aumento das ações policiais apontadas acima.

Assim, a possibilidade de confrontos armados, em que pessoas ou mesmo policiais possam sair feridos ou até mortos, é inerente à atividade policial, aqui no Brasil e em qualquer parte do mundo, e praticamente impossível de ser evitado, pois não depende exclusivamente da vontade ou atuação dos órgãos policiais.

Félix (2010, p. 24) realça a inevitabilidade do engajamento (denominação atribuída ao confronto envolvendo policiais e pessoas), mas acrescenta que essa inevitabilidade não deve servir de argumento para uma “tolerância desenfreada”:

Essa inevitabilidade, no entanto, não deve ser tomada como argumento resignativo de uma tolerância desenfreada. É desejável para qualquer dos segmentos da sociedade, inclusive para os próprios policiais, por vezes vítimas nos embates, que os confrontos armados sejam mínimos. Desse modo, a inevitabilidade dos engajamentos, ainda que natural, não deve ser considerada como um subproduto do policiamento ou como um efeito colateral das ações de polícia. Tal como uma moléstia crônica incurável, todo esforço deve ser despendido para minimizar seus efeitos, por meio da inibição da ocorrência desses episódios. (sic) (grifo nosso)

Tais confrontos podem eventualmente ocasionar a morte de pessoas e entrarem para as estatísticas como mais um caso de letalidade policial, independentemente das condições em que se desenvolveram as ações que resultaram na morte de pessoas.

Se um policial matar alguém em legítima defesa ou não, em ambos os casos as mortes causadas pela ação policial serão tachadas pela mídia e institutos de defesa dos direitos humanos como casos de letalidade policial.

De qualquer forma, apesar da nítida diferença entre os exemplos citados, é importante que a Polícia Militar e as demais instituições policiais adotem medidas para reduzir os casos de letalidade policial, pois, não obstante as circunstâncias que envolvam um confronto armado entre policiais e pessoas, o ideal é que o resultado morte seja cada vez menor, constituindo-se em verdadeira exceção.

O mesmo autor (2010, p. 25-28) entende que a redução da letalidade policial deve ser a prioridade número 1 da PMESP e relaciona algumas razões institucionais (de ordem moral, estrutural, técnica e criminológica) para a redução dos índices de letalidade policial e seu controle sistematizado.

Em termos de **ordem moral**, é importante evitar o corporativismo e efetivamente comprovar sua vocação de defesa da vida e da integridade física das pessoas.

Como razões de **ordem estrutural**, o autor menciona que o envolvimento em ocorrências letais:

- a. Perturba o bom andamento do serviço, na medida em que há empenho de recursos materiais e humanos para a preservação, registro e apuração;
- b. Afeta a disponibilidade do efetivo, dado o afastamento do envolvido da atividade operacional, ao passo que as demandam

institucionais geralmente pouco variam ao longo de determinado período;

- c. Afeta a saúde mental do policial envolvido, o qual é submetido a programa de avaliação psicológica, visto que esse tipo de ocorrência foge à normalidade.

Como razões de **ordem técnica**, o autor descreve que altas taxas de letalidade não contribuem para o controle dos índices criminais.

E por fim, em termos de **ordem criminológica**, a letalidade elevada pode sedimentar comportamentos desviantes no efetivo policial e aumentar a disposição dos criminosos em envolverem-se em confrontos com policiais, além de ser um dos fatores de indução da violência.

Sensível a essa realidade e tendo por objetivo delimitar a atuação dos encarregados de aplicação da lei, a ONU, na Assembleia Geral de 17 de dezembro de 1979, aprovou a Resolução n. 34/1169, por meio da qual adotou o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU, 2012), reconhecendo a importância dessa atividade e o impacto direto na qualidade de vida da sociedade.

Posteriormente, em 27 de agosto de 1990, no Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a prevenção do crime e o tratamento dos infratores, realizado em Havana, Cuba, foram adotados os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (2012).

Cabe ressaltar ainda a importância de delimitar-se a atuação dos órgãos policiais diante da informação contida no sítio eletrônico do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e o Crime (UNODC, 2012), que, ao anunciar que o governo brasileiro estabeleceria diretrizes sobre o uso da força por agentes de segurança pública, esclareceu que **mais de 20% dos homicídios registrados anualmente no país são resultantes de confrontos entre criminosos e policiais ou de “balas perdidas” nesses confrontos**. Observe ainda que a informação é recente:

05 de janeiro de 2011- O Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos editaram na segunda-feira portaria conjunta que estabelece as Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. **O objetivo é reduzir a letalidade das ações envolvendo agentes de segurança pública no país.**

Atualmente, mais de 20% dos 35 mil homicídios anuais registrados no Brasil resultam de confrontos entre criminosos e

policiais ou de balas perdidas nesses confrontos. O índice poderia ser reduzido à metade caso fossem utilizados instrumentos de menor potencial ofensivo em rotinas operacionais voltadas para preservar a vida e minimizar os danos à integridade dos cidadãos. (grifo nosso)

Tal informação por si só demonstra a importância da temática letalidade policial e a necessidade premente da redução desses índices para inclusive legitimar as ações policiais em São Paulo.

Posteriormente referidas normas de conduta serão objeto de estudo mais detalhado, dada a relevância dos parâmetros fixados.

3.3 A imagem negativa causada pela letalidade na PMESP

A letalidade policial é um tema de grande importância institucional e para a sociedade brasileira, pois, de maneira geral, os órgãos policiais, quaisquer que sejam suas esferas de atuação constitucional, detêm invariavelmente o monopólio do uso da força legal.

Referido tema também tem relevância no cenário internacional, pois a atuação da polícia requer um equilíbrio entre o uso da força e o respeito aos direitos humanos (COSTA, 2004, p. 1).

Especialmente no Brasil, a atuação policial e a letalidade têm sido objeto de exploração pela mídia e por pesquisadores sociais que escrevem sobre essa temática, muitas vezes sob forte influência ideológica. Observe o que Oliveira Junior (2008, p. 13) menciona sobre o assunto:

O uso da força letal pelas instituições responsáveis pelo controle do crime e da violência não tem passado despercebido na produção das Ciências Humanas nacional. Pesquisadores como Paulo Sérgio Pinheiro, Teresa Caldeira, Sérgio Adorno, Júlia Lemgruber, Inácio Cano, entre outros, têm, desde meados da década de 80 do século passado, chamado a atenção para altas taxas de mortes em confronto com a polícia nos grandes centros urbanos brasileiros. No entanto, uma das principais características comum a nossa produção sobre o tema é a subordinação da análise sistemática do objeto à discussão normativa. **A produção acadêmica sobre a letalidade policial foi fortemente influenciada pela recente história política do país.** A associação entre a retomada do regime democrático, nos meados da década de 80 do século passado, com a não-conversão automática do padrão de letalidade da ação policial, ao nível

característico das democracias consolidadas, **levou a grande maioria dos trabalhos sobre o tema a identificar a letalidade como um instrumento da resistência dos grupos sociais conservadores à nova ordem política. Portanto, mais que entender os fatores que levam às altas taxas de letalidade da ação policial, o fundamental seria denunciar os perigos políticos associados ao arbítrio policial.** [...] (sic) (grifo nosso)

Invariavelmente a atuação da Polícia Militar é relacionada à democracia brasileira ainda não consolidada e ao autoritarismo, conforme Neme (1999, p. 40) menciona no trecho a seguir:

Em grande medida, **a violência policial é um dos indicadores do modo como se desenvolve a democracia brasileira.** Se em alguns setores ocorreram progressos inegáveis, em outros permanecem práticas autoritárias, que dificultam a efetivação de direitos de cidadania fundamentais e dos direitos humanos. [...]

Ao citar O'donnell (1993, p. 41), a autora prossegue relacionando as violações praticadas pela Polícia Militar à fragilidade da democracia brasileira, demonstrando que as críticas possuem um viés eminentemente político:

As freqüentes violações à integridade das pessoas pela própria instituição encarregada de garantir o direito à segurança mostram como a ordem legal é muitas vezes descumprida pela PM e como a relação entre a polícia e a população ainda não corresponde às expectativas de uma sociedade democrática, em que os poderes públicos devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam. Como poder público que transgride leis estabelecidas, **a polícia é um dos sintomas da fragilidade da democracia brasileira,** incapaz de superar a sistemática violação dos componentes liberais (direitos civis) essenciais no Estado de Direito. (sic) (grifo nosso)

Não bastasse essa imagem relacionada às violações dos direitos humanos, outras obras mais recentes ainda demonstram que a letalidade policial afeta o grau de confiança da população na Instituição, impedindo uma interação necessária à melhor prestação de serviços, conforme relata Oliveira Junior (2008, p. 86). Veja:

[...] Mas, para além da importância de fatores sociais, ecológicos e institucionais, **é significativa a importância que a letalidade apresenta na avaliação da polícia.** **As ações de confronto prejudicam a avaliação da polícia em São Paulo.** Já está vastamente demonstrada, a relevância da boa avaliação sobre a polícia para fortalecimento de um sistema de segurança pública eficiente (Reisig e Parks, 2000 e Scaglione, e Condon, 1980, entre outros). Polícias melhor avaliadas apresentam menores taxas de subnotificação, incrementado a seu real conhecimento da dinâmica criminal que devem enfrentar. **A boa avaliação aumenta, também, o envolvimento direto na população nos assuntos de segurança pública,** por meio de

denúncia espontânea das ações violentas e criminais e indiretamente, por meio do autocontrole do comportamento possivelmente anti-social e do controle mais efetivo do grupo da relação primária. Ou seja, **a insistência em padrão letal da ação policial é improdutiva do ponto de vista das políticas públicas de segurança coletiva e é nocivo para a relação entre a instituição e a população.** (sic) (grifo nosso)

Vieira (2009, p. 12-13) e outros pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ao tratarem do tema Violência Institucional e Autocracia do Estado, escrevem sobre a atuação da Polícia Militar no Estado de São Paulo no tocante à truculência e letalidade, tratada como “execução sumária disfarçada”. Observe:

No Brasil é como se o Estado democrático de Direito tivesse sido restabelecido apenas em algumas parcelas do território brasileiro e apenas para alguns efeitos. As instituições do Estado democrático funcionam até o limite em que a desigualdade social de classes aparece. **Essa inoperância das regras do Estado democrático de Direito aparecem especialmente nas ações das polícias – incluindo aí as polícias civil, militar,** os funcionários dos presídios e das FEBENs -, bem como no Poder Judiciário, onde a impunidade campeia nos casos dos criminosos de colarinho branco, dos assassinos de crimes da esfera privada que possuem “bons antecedentes” e no caso de crimes cometidos por policiais.

[...]

Essa truculência se exerce dentro da legalidade do “Estado democrático de Direito” – **através da perseguição discriminatória das populações das periferias pobres e abordagens humilhantes** -, mas se exerce, sobretudo em violação estrita da lei, no caso de torturas, mas **principalmente das execuções sumárias que se tornaram a regra. Os policiais executam sumariamente ladrões de carro, possíveis seqüestradores pegos em flagrante, enfim, os “culpados” ainda sem julgamento.** Além disso, executam “inocentes”, ou seja, fazem incursões nessas comunidades e matam rapazes indiscriminadamente, desde que sejam pobres entre os 17 e os 25 anos aproximadamente. **Outra forma de execução sumária disfarçada é aquela na qual policiais atuam como grupos de extermínio,** fazendo essas incursões sem farda ou identificação, em geral mascarados com as chamadas “toucas ninja” e matando pessoas. (sic) (grifo nosso)

No mesmo sentido, mas com o peso de um reconhecimento internacional, a organização de proteção aos direitos humanos Human Rights Watch (2009, p. 2) lançou, em dezembro de 2009, um relatório sobre a violência policial no Rio de Janeiro e em São Paulo em que questiona o excessivo número de casos de homicídios praticados pelas polícias, especialmente a militar, ao mencionar:

Após dois anos de investigação minuciosa sobre as práticas policiais no Rio de Janeiro e em São Paulo, a Human Rights Watch concluiu que **uma parte significativa das mortes relatadas como “resistência seguida de morte” ou “autos de resistência” em ambos os estados se trata de fato de casos de execuções extrajudiciais.** [...] (grifo nosso)

Do mesmo modo que a imprensa enfatiza os casos mais graves de delitos, que não são os mais frequentes, ela o faz em relação aos casos de ocorrências com resultado morte que tenham envolvimento de policiais militares, os chamados casos de letalidade policial.

É assunto que desperta o interesse do público e por isso vem ganhando cada vez mais espaço mesmo nos meios de comunicação, mesmo naqueles que não têm como foco de atuação o chamado jornalismo policial.

Como consequência dessa exposição maciça e da própria natureza da atividade desenvolvida pela PMESP, com ênfase à função “controle”, muitas vezes os casos mais rumorosos acabam permanecendo na lembrança das pessoas que associam a imagem da Polícia Militar à truculência, violência e, sobretudo, à letalidade.

Até o momento não existem estudos ou pesquisas atestando o quanto essa situação prejudica a imagem da Instituição ou como é afetada a confiabilidade dos serviços prestados pela PMESP.

Recentemente os meios de comunicação do país veicularam uma proposta do Conselho de Direitos Humanos da ONU de extinção das Polícias Militares, sob a acusação de prática de execuções extrajudiciais (PAÍSES..., 2012). Veja:

**Países da ONU recomendam fim da Polícia Militar no Brasil
Segundo o Conselho de Direitos Humanos, o objetivo é reduzir a incidência de execuções extrajudiciais**

30/05/12

Genebra - O Conselho de Direitos Humanos da ONU pediu nesta quarta-feira ao Brasil maiores esforços para combater a atividade dos "esquadrões da morte" e **que trabalhe para suprimir a Polícia Militar, acusada de numerosas execuções extrajudiciais.**

Esta é uma de 170 recomendações que os membros do Conselho de Direitos Humanos aprovaram hoje como parte do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre o Exame Periódico Universal (EPU) do Brasil, uma avaliação à qual se submetem todos os países.

A recomendação em favor da supressão da PM foi obra da Dinamarca, que pede a abolição do "sistema separado de Polícia Militar, aplicando medidas mais eficazes (...) para reduzir a incidência de execuções extrajudiciais".

A Coreia do Sul falou diretamente de "esquadrões da morte" e Austrália sugeriu a Brasília que outros governos estaduais

"considerem aplicar programas similares aos da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) criada no Rio de Janeiro".

Já a Espanha solicitou a "revisão dos programas de formação em direitos humanos para as forças de segurança, insistindo no uso da força de acordo com os critérios de necessidade e de proporcionalidade, e pondo fim às execuções extrajudiciais".

O relatório destaca a importância de que o Brasil garanta que todos os crimes cometidos por agentes da ordem sejam investigados de maneira independente e que se combata a impunidade dos crimes cometidos contra juízes e ativistas de direitos humanos.

[...] (grifo nosso)

Mais recentemente ainda, um representante do Ministério Público Federal no Estado de São Paulo anunciou que ingressaria com uma ação para propor a troca do Comando Geral da Polícia Militar por ter perdido o controle da tropa em relação aos casos de homicídio e violência policial (PAGNAN, 2012). Observe um trecho selecionado entre tantas reportagens que repercutiram tal notícia:

Procurador pede troca do comando da PM de São Paulo

Rogério Pagnan – de São Paulo

O procurador da República Matheus Baraldi anunciou nesta quarta-feira que fará um **pedido para que o comando da Polícia Militar paulista seja trocado.**

"Hoje, os oficiais perderam o controle dos praças. A tropa não está mais sob controle", disse o procurador durante uma audiência pública sobre violência policial realizada no auditório do MPF (Ministério Público Federal).

O procurador afirmou que vai esperar por três dias um posicionamento do governador Geraldo Alckmin (PSDB). Caso o governo não troque o comando da PM, o procurador diz que entrará com uma ação civil pública na Justiça Federal, pedindo que ela determine a substituição.

Foram lembrados os casos do empresário Ricardo Prudente de Aquino e do estudante Bruno Vicente de Gouveia e Viana, mortos em São Paulo e em Santos, respectivamente, após ações que o próprio governo classifica como desastradas.

O evento contou com a participação representantes de entidades de defesa dos direitos humanos, de defensores públicos estaduais, de familiares de vítimas de ações da polícia e, também, de entidades de policiais militares.

[...]

Além dos casos de violência policial, **também se falou na extinção da PM, com o fim da militarização da polícia.** (sic) (grifo nosso)

Como se vê, o tema letalidade demanda uma atenção especial por parte dos dirigentes da Instituição e do próprio Estado de São Paulo, especialmente no tocante à elaboração de uma política pública específica para isso, que, repita-se, atualmente inexistente.

3.4 O crescimento econômico e o potencial reflexo na letalidade

Inegavelmente o Brasil passa por um bom momento econômico, tanto que foi considerado recentemente como a sexta maior economia mundial, com perspectiva de tornar-se a quarta num curto espaço de tempo.

Apesar da crise econômica de proporções internacionais que tem afetado de maneira especial a Europa, nosso país tem atraído a atenção dos investidores e de grandes empresas, principalmente pelo crescimento do potencial de consumo, alavancado pela ascensão das classes sociais mais pobres, dentre as quais se destaca a chamada “nova classe C”.

Com mais de 42 milhões de habitantes e respondendo por 33,5% do Produto Interno Bruto brasileiro, de acordo com dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2012), o Estado de São Paulo tem papel fundamental e preponderante nesse incremento econômico.

Beato Filho (1999, p. 10) afirma que um cenário de melhoria nas condições socioeconômicas traz como consequência a possibilidade do aumento na incidência dos crimes contra o patrimônio, especialmente nos casos de roubo.

Os resultados aqui expostos, entretanto, servem para propor uma perspectiva distinta para a explicação da incidência da criminalidade. O **desenvolvimento social e econômico**, ao contrário do que se imagina, pode se constituir num **contexto mais propício ao crescimento das taxas de criminalidade, especialmente nas modalidades de crimes contra o patrimônio**. Esta não é uma idéia nova, se considerarmos a literatura clássica sobre o tema (Durkheim, 1978) [...] (sic) (grifo nosso)

Os índices atuais de roubos no Estado, conforme dados da SSP/SP, demonstram esse crescimento nos delitos contra o patrimônio. Observe alguns índices criminais do Estado de São Paulo constantes da página eletrônica da SSP/SP:

Tabela 2 - Delitos no Estado de São Paulo

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículos
1999	12.818	390.144	219.654	221.774
2000	12.638	396.952	215.181	235.036
2001	12.475	439.630	219.601	214.948
2002	11.847	462.543	223.478	191.346
2003	10.954	539.220	248.406	186.155
2004	8.753	561.271	220.261	193.380
2005	7.076	564.960	221.817	197.546
2006	6.057	552.304	213.476	183.799
2007	4.877	524.017	217.203	163.537
2008	4.432	489.434	217.966	159.124
2009	4.564	529.184	257.022	177.196
2010	4.321	506.654	232.907	169.382
2011	4.194	540.630	235.494	184.280

Fonte: SSP/SP, 2012.

Como se pode verificar, os delitos contra o patrimônio, furto e roubo e furto e roubo de veículos, apresentam tendência de aumento ao longo dos últimos anos. Os casos de furto apresentaram aumento de 38,57% de 1999 a 2011 e de 10,46% no período de 2008 a 2011.

Por sua vez, no mesmo período, os casos de roubo aumentaram 7,21% e 8,04% respectivamente. Já os casos de furto e roubo de veículos, no período de 1999 a 2011 houve redução de 16,91%, mas entre 2008 a 2011 ocorreu um aumento de 15,81%.

Na contramão dos dados dos crimes contra o patrimônio, os casos de homicídios tiveram reduções expressivas ao longo do período de 1999 a 2011, da ordem de 67,28%, e de 5,37% no período de 2008 a 2011, colocando o Estado num patamar bem positivo, em que tal delito deixou de ter caráter endêmico.

Essa relação entre melhoria das condições econômicas e aumento dos delitos contra o patrimônio pode ampliar, ainda que potencialmente, a possibilidade de confrontos entre pessoas na prática de delitos, em especial os crime de roubos e extorsões, e policiais militares atuando nas diversas modalidades de policiamento, o que pode gerar o aumento nos casos de letalidade policial.

3.5 Comparativo da letalidade policial entre a PMESP e outras instituições

Normalmente a mídia, os institutos de defesa dos direitos humanos que acompanham a atuação dos órgãos policiais e os pesquisadores sociais que escrevem sobre o tema segurança pública realizam comparações entre os casos de letalidade de diferentes órgãos policiais.

É comum a comparação dos índices das polícias brasileiras entre si ou com países asiáticos e europeus ou ainda com os Estados Unidos. Entretanto os autores não levam em consideração que cada cidade, região, estado, país, enfim, cada aglomerado de pessoas politicamente organizado possui características próprias, especialmente no tocante à cultura, modo de vida e o comportamento das pessoas diante de situações em que a obediência às normas estabelecidas é fundamental para a vida em sociedade.

Assim, qualquer forma de comparação entre o número de ocorrências com resultado morte envolvendo policiais e pessoas tende a não ser eficaz, dadas essas diferenças entre Estados e mesmo entre países.

Vários fatores podem influenciar o ânimo de pessoas na prática de crimes e dos policiais que forem atender ao chamado ou se depararem com o caso. Tome-se como exemplo o Estado de São Paulo em que existe uma facção criminosa que atua nos presídios paulistas e, em 2006, liderou uma série de ataques contra policiais militares que foram mortos.

Do mesmo modo, o Estado do Rio de Janeiro sofre com a atuação do crime organizado que controla os morros e favelas da capital, motivando o governo daquele Estado a ampliar a política pública de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em diversas comunidades.

Ambos os casos citados demonstram que tais Estados e especialmente suas capitais possuem características peculiares que podem influenciar no ânimo dos atores sociais envolvidos nos casos de confrontos entre policiais militares e criminosos. Ademais, a atuação das forças policiais de cada Estado é diferente, assim como a criminalidade, o que também prejudica qualquer forma de comparação entre os casos de letalidade.

Outro ponto que poderia ser citado é o aumento na quantidade de prisões em flagrante delito ou por ordem judicial que vem ocorrendo no Estado de São

Paulo, demonstrando a melhoria na atuação policial, sobretudo da Polícia Militar, o que pode também influenciar eventual resistência de um criminoso à prisão, ante a quase certeza da detenção.

São vários os aspectos envolvidos na questão dos confrontos entre policiais e pessoas, de modo que qualquer forma de comparação entre os índices de letalidade pode gerar deturpações sem que haja uma conclusão qualitativa sobre os números apresentados, já que quantitativamente, como sempre se analisa, qualquer pessoa pode ver facilmente as diferenças apontadas exclusivamente pelos números.

Não obstante tais observações preliminares, mas pertinentes para o caso, torna-se fundamental esclarecer que não existem estudos abundantes que comparem a atuação profissional dos órgãos policiais no Brasil e também entre nações. Qualquer pesquisa nesse sentido é um desafio para aquele que se dispuser a tal trabalho.

Os organismos voltados aos direitos humanos, tais como Human Watch Rights e Anistia Internacional, e a própria ONU não possuem ou disponibilizam tais dados.

Em nível doméstico, ou seja, em nosso país, também não existem trabalhos amplos que envolvam diversos estados e suas organizações policiais. Somente alguns estudos esparsos acabam realizando tal tarefa, mas geralmente os dados lançados na pesquisa não estão atualizados ou então não são abrangentes a ponto de validar uma comparação na forma de atuar dos órgãos policiais em relação aos casos de confrontos que geram letalidade. Tal situação acaba por favorecer a falsa percepção de críticos da atividade policial, podendo deturpar a realidade dos fatos.

Na busca por dados, inicialmente foram consultados os sítios eletrônicos das secretarias estaduais de segurança pública de Minas Gerais (SEDS, 2012), Rio Grande do Sul (SSP/RS, 2012), Rio de Janeiro (SESEG, 2012) e Paraná (SEGURANÇA-PR, 2012). Entretanto, diferentemente do que ocorre em São Paulo, não constam estatísticas sobre confrontos entre policiais militares e civis. Aliás, alguns sequer apresentam os índices criminais usualmente empregados em análises.

Em seguida, do mesmo modo foi consultado o sítio eletrônico da SENASP (2012), o qual apresenta alguns dados restritos aos anos de 2008 e 2009 em relação à letalidade em alguns estados.

Apesar do período restrito, serão apresentados dados de alguns estados, já que nem todos disponibilizaram seus índices, esclarecendo que num primeiro momento a única análise a ser feita é a verificação estritamente numérica dos casos. Qualquer outra análise seria uma mera suposição, incapaz de apresentar eventuais diferenças na forma de atuação de cada órgão policial envolvido.

Tabela 3 - Ocorrências envolvendo policiais, por tipo

UF	Pessoas mortas em confronto com a Polícia Civil/ Militar				Policiais Civis e Militares Mortos em serviço ou fora de serviço			
	Ns. Absolutos		Taxas (1)		Ns. Absolutos		Taxas (1)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Amazonas	4	8	0,1	0,2	7	9	0,2	0,3
Bahia	293	395	2	2,7	45	6	0,3	0
Distrito Federal	6	4	0,2	0,2	15	11	0,6	0,4
Espírito Santo	8	29	0,2	0,8	2	5	0,1	0,1
Mato Grosso	3	10	0,1	0,3	8	9	0,3	0,3
Mato Grosso do Sul	4	4	0,2	0,2	1	-	-	-
Paraíba	5	4	0,1	0,1	3	3	0,1	0,1
Pernambuco	40	40	0,5	0,5	20	18	0,2	0,2
Piauí	-	1	-	-	5	2	0,2	0,1
Rio de Janeiro (2)	1137	1048	7,2	6,5	26	31	0,2	0,2
Rio Grande do Sul	41	59	0,4	0,5
Santa Catarina	29	36	0,5	0,6	1	-	0	-
São Paulo	397	543	1	1,3	22	22	0,1	0,1
Sergipe	16	24	0,8	1,2
Tocantins	3	3	0,2	0,2	1	1	0,1	0,1

Fonte: Fórum de Segurança, 2012.

Notas:

(1) por 100 mil habitantes.

(2) Dados contabilizados por vítima.

(--) Fenômeno inexistente.

(...) Informação não disponível.

Apesar das dificuldades e da escassez de trabalhos sobre o assunto já assinalados, foram obtidas algumas informações sobre a letalidade policial do Estado de São Paulo em relação a outros Estados e países, normalmente com dados não tão recentes.

Lima (2008, p. 411) relatou que em 2007 a polícia de Portugal matou uma pessoa e a da Inglaterra teve dois casos de letalidade, enquanto que os vários

órgãos policiais nos Estados Unidos têm mantido uma média de 350 mortes por ano, tendo como fonte das informações o jornal O Estado de São Paulo de 2008.

Em nível nacional, o mesmo autor (2008, p. 408-410) apresentou dados dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e de São Paulo, que sequer podem ser comparados por não terem a mesma metodologia de obtenção e não envolverem os mesmos órgãos policiais. Observe a tabela a seguir:

Tabela 4 - Comparativo Letalidade Policial nos Estados

ANO	Estados			
	RJ (1)	SP (1)	MG (2)	RS (3)
2002	900	610	55	...
2003	1195	791	96	41
2004	983	573	...	32
2005	1098	300	55	28
2006	63	546	50	55
2007	1330	401	...	55

Fonte: LIMA (2008, p. 408-410).

Notas:

(1) RJ e SP – dados de RSM (PM e PC).

(2) MG – dados da Ouvidoria da Polícia.

(3) RS – dados da 2ª EM (só PM).

(...) – Dados não disponíveis.

Os dados dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo foram obtidos junto ao Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC), da Universidade “Cândido Mendes”, do Rio de Janeiro, e incluem os casos que o autor denomina de Resistência Seguida de Morte (RSM) envolvendo policiais civis e militares.

Os dados do Estado de Minas Gerais foram obtidos junto à Ouvidoria da Polícia e também se referem a mortes de pessoas por policiais civis e militares.

Por sua vez, os dados do Estado do Rio Grande do Sul são oriundos da 2ª Seção de Estado Maior da Brigada Militar e somente se referem a mortes de pessoas praticadas por policiais militares.

Como se pode ver, os dados não provêm de uma mesma fonte, num caso referem-se somente aos confrontos com a Polícia Militar e noutro englobam também os dados da Polícia Civil e ainda por cima não contemplam todos os anos. Tal situação por si só inviabiliza qualquer comparação, que em circunstâncias normais já

seria bastante temerária pelas poucas conclusões confiáveis a que se poderia chegar.

Apesar desses argumentos irrefutáveis, serão apresentados mais alguns dados publicados recentemente pelo jornal Folha de São Paulo, cuja manchete resume a comparação da Polícia Militar do Estado de São Paulo com toda polícia dos Estados Unidos, realçando um aspecto negativo da Instituição paulista, sem evidenciar as demais variantes que podem influenciar na letalidade (CARAMANTE, 2012). Observe o conteúdo da matéria em destaque:

PM de SP mata mais que a polícia dos EUA

Entre 2006 e 2010, índice foi de 5,5 mortos a cada 100 mil habitantes no Estado, **9 vezes mais que em todo território americano**

[...]

Em cinco anos, a PM do Estado de São Paulo matou quase nove vezes mais do que a polícia norte-americana. Dados obtidos pela Folha mostram que, de 2006 a 2010, 2.262 pessoas foram mortas após supostos confrontos com PMs paulistas. Nos EUA, no mesmo período, conforme dados do FBI, foram 1.963 "homicídios justificados", o equivalente às resistências seguidas de morte registradas em São Paulo.

Analisando as taxas de mortos por 100 mil habitantes, índice que geralmente é usado para aferir a criminalidade e comparar crimes em regiões diferentes, constata-se que no **Estado de São Paulo, com população de 41 milhões de habitantes, a taxa é de 5,51. Já nos EUA, onde há 313 milhões, a taxa é de 0,63.**

Os números mostram que mesmo adotando técnicas de redução de letalidade, a PM paulista ainda mata muito.

O método Giraldi, que orienta o PM a atirar duas vezes e parar, tem sido deixado de lado. Especialmente desde a segunda quinzena de junho, quando a tropa entrou em alerta, após a morte de oito policiais militares. (sic) (grifo nosso)

Diante de tais dados e das diferenças existentes entre as unidades da federação envolvidas não é possível fazer uma comparação sem invariavelmente incorrer em erros.

O enfrentamento da autoridade pelo criminoso envolve muitas razões que os números friamente não conseguem retratar. Ademais, a atuação das forças policiais de cada Estado é diferente, assim como a criminalidade, o que também prejudica qualquer forma de comparações entre os casos de letalidade.

Não obstante tais fatores, ainda são bastante comuns as comparações da atuação policial brasileira, especialmente da Polícia Militar, com outros países em que os valores, a cultura social e os padrões de comportamento da própria organização policial são muito diferentes da realidade brasileira atual.

3.6 A escassez de trabalhos específicos sobre a letalidade policial

Apesar da importância do tema para o desenvolvimento e melhoria da prestação de serviços pela Polícia Militar, em âmbito interno há poucos trabalhos publicados que estudam o fenômeno da letalidade na Instituição.

Dada essa quantidade reduzida, torna-se viável uma análise, ainda que breve, dos principais pontos dos estudos mais recentes, tendo em vista a atualidade dos dados constantes das pesquisas desenvolvidas pelos Oficiais da PMESP e suas conclusões, que servirão de base para o presente trabalho.

Em seu trabalho, **Redução de não-conformidades: ocorrências de resistência seguida de morte – um estudo** (sic), Lima (2008) abordou o tema violência com vistas às ocorrências de resistência seguida de morte (RSM), estabelecendo uma correlação com a formação do policial e o desenvolvimento de sua carreira ao longo dos anos.

Também procurou discutir quais os motivos que dariam ensejo às ocorrências de resistências seguidas de morte, a fim de verificar se seriam causas relacionadas ao indivíduo (o próprio policial) ou à Instituição, especialmente no tocante às falhas na seleção, formação profissional, fiscalização ineficiente, problemas no acompanhamento psicológico do policial etc.

Ao final apresentou 52 propostas para a redução das não conformidades em RSM, com destaque à instrução e fiscalização, controle das armas e dos disparos, disseminação do uso de armas não letais, diminuição da subcultura da violência policial dentro da Instituição, implantação de exames psicológicos para verificação do nível de estresse do profissional de polícia e incentivo à pesquisa do tema letalidade na Instituição.

Já Silvia Costa (2009), em **O controle quantitativo da letalidade no exercício da atividade de polícia ostensiva no Estado de São Paulo**, fez uma análise da atuação da PMESP em relação ao uso da força e letalidade policial, apresentando algumas propostas, com destaque para ênfase ao treinamento de procedimentos operacionais padrão (POP), estímulo à adesão consciente por parte do policial militar sobre os princípios de proteção às pessoas, realização e pesquisas de opinião pública sobre o tema, incremento no treinamento de tiro (Método Giral di)

e de emprego de técnicas não letais e ampliação da comissão da letalidade existente no Comando de Policiamento da Capital (CPC).

Apesar das propostas apresentadas, a autora não entrou na seara da discussão das causas da letalidade policial, limitando-se a analisar de alguns de seus efeitos mais comuns, que é a repercussão negativa para a imagem da Instituição.

Por sua vez, Baía (2009), na monografia **Letalidade policial: estudo do fenômeno e mecanismos para o controle na Polícia Militar do Estado de São Paulo**, também sem entrar na discussão das causas da letalidade, discorreu sobre a letalidade tendo como foco principal o controle do emprego da força e, por consequência, da letalidade policial, baseado no treinamento com o emprego de armas menos letais, na consolidação doutrinária dos direitos humanos e na massificação do método Giraldi de Tiro Defensivo.

Por fim, Félix (2010), com seu trabalho **Análise da letalidade recente nas ações operacionais na Polícia Militar do Estado de São Paulo e da política de controle**, propôs que fosse elaborada uma política institucional de contenção e redução da letalidade e da construção de uma cultura de paz entre os integrantes da PMESP.

O estudo contemplou os fatores relacionados à letalidade, enfocando as políticas públicas de segurança, a letalidade policial como forma de conter a criminalidade, a estrutura militar como facilitador da letalidade, a questão da subcultura institucional da letalidade, a impunidade e a “vitimização” policial. (sic)

Ao final concluiu que o tema é muito amplo para que haja um estudo restrito a um único aspecto e propôs que a política de controle da letalidade a ser elaborada deva contemplar duas vertentes básicas: sistema de controle interno pela Corregedoria PM e Comitê Interno de Controle e atuação no sistema de ensino para neutralizar os “elementos culturais indutores do comportamento organizacional letal”.

De qualquer forma, verificou-se a escassez de trabalhos institucionais relacionados ao tema letalidade e a dificuldade de estabelecerem-se as causas desse fenômeno.

Por outro lado, os autores mencionados indicaram os possíveis caminhos a serem adotados pela Instituição para o controle e a redução dos casos de confrontos com resultado morte entre os policiais militares e as pessoas em geral.

Como era de se esperar, muitas sugestões são coincidentes e por isso merecem uma análise mais acurada por parte do Comando Geral da PMESP, dada a importância do tema, especialmente nos dias atuais em que a atuação da Instituição tem sido questionada por causa de exemplos recentes de não conformidades em ocorrências de confronto.

3.7 Análise de confrontos armados envolvendo policiais militares

Os dados a seguir descritos quantitativamente são oriundos do Sistema de Informações da Polícia Militar (SIPOM) e estão disponíveis no sítio eletrônico do Centro de Inteligência da Polícia Militar (CIPM, 2012).

Devido a atrasos de algumas Unidades da PMESP, referidos dados retratam parcialmente os casos de confrontos armados envolvendo policiais militares em todo o Estado de São Paulo, no período de janeiro de 2008 a maio de 2012.

Nesse período ocorreram 4.585 confrontos envolvendo policiais militares e pessoas, tratadas no estudo como “agressoras”, com os seguintes resultados:

- a. Houve morte do agressor não policial em 1.694 casos, o que representa 36,9% do total;
- b. Em 1.314 casos (28,7%) os agressores tiveram lesão corporal;
- c. Ocorreu fuga dos agressores em 902 episódios, o que corresponde a 19,7% das situações de confronto;
- d. Os agressores foram detidos ao final do confronto em 672 casos (14,7%);
- e. O agressor cometeu suicídio em 3 situações (0,1% do total);
- f. A maior parte desses confrontos ocorreu em via pública 84,8%.

Em relação à quantidade dos infratores que entraram em confronto com policiais militares, dos 11.833 infratores 5.383 foram presos ou feridos, o que equivale a 45,5% do total, e 2.023 acabaram morrendo, perfazendo 17%.

Os confrontos ocorreram predominantemente nas ocorrências de Roubo e Furto (62,8%) e Averiguação de suspeito (7,9%), que somadas às abordagens a criminosos armados (17,4%) foram responsáveis por 88,1% dos confrontos.

Tais confrontos geraram a apreensão de 4.141 armas de fogo, com predominância para revólveres 41% e pistolas 11%. Apesar dessa prevalência, ocorreram apreensões de armamento de grande poder de fogo, especialmente metralhadoras e fuzis. Observe a tabela a seguir:

Tabela 5 - Quantidade de Armas Apreendidas em Confrontos

Situação do infrator	Revólver	Pistola	Metralh.	Fuzil	Carabina	Garrucha
Morte	1.693	474	34	30	65	4
Lesão Corporal	843	199	14	6	22	11
Fuga	438	148	11	6	34	0
Detenção	62	20	2	4	17	0
Suicídio	3	1	0	0	0	0
TOTAL	3.039	842	61	46	138	15

Fonte: CIPM, 2012.

As abordagens a pessoas armadas foram responsáveis por 17,4% dos confrontos (799 ocorrências), tendo como resultado a morte do agressor em 32,9% destes casos (263 ocorrências).

As ocorrências que resultaram em confrontos **foram iniciadas predominantemente por solicitação da população (49,7%)**, sejam elas por meio do telefone 190 (39,5%), por solicitação direta da vítima (4,1%), por pedido de testemunha (2,9%) ou denúncia anônima direta a uma OPM ou ao COPOM (3,2%).

Dos confrontos pós-abordagem, 52,6% ocorreram em roubos ou furtos.

A faixa horária de maior incidência dos confrontos foi das **18 horas à meia-noite**.

A incidência dos confrontos foi maior **durante os dias úteis** do que nos fins de semana. Sextas-feiras, sábados e domingos representaram 41,7% (1.913 eventos), enquanto terça, Quarta e Quintas-feiras corresponderam a 45% (2.061 eventos).

Bastante interessante é a análise da distribuição geográfica desses confrontos entre os grandes comandos, pois em alguns Comandos de Policiamento de Área (CPA) há concentração dos casos de morte do agressor não policial em detrimento dos casos de agressor ferido detido ou foragido. Essa situação ocorre na

capital e região metropolitana, mas no interior o perfil é outro, com prevalência dos casos de agressor ferido ou detido.

A tabela abaixo foi reproduzida parcialmente para apresentar os grandes comandos que mais se destacaram nesse quesito, mantendo o padrão adotado pela apresentação do CIPM em que as nomenclaturas são: Resistência Seguida de Morte (RSM), Resistência Seguida de Lesão Corporal (RSLC), Resistência Seguida de Detenção do Delinquente (RSDD) e Resistência Seguida de Fuga do Delinquente (RSFD). Dada a quantidade irrisória de casos registrados, foi suprimida a coluna referente à Resistência Seguida de Suicídio (RSS).

Tabela 6 – Tipos de confronto por Grande Comando

OPM	RSM	RSLC	RSDD	RSFD
CPA/M-12	47,9%	23,6%	19,3%	9,3%
CPA/M-4	45,4%	28,8%	16,7%	9,2%
CPA/M-7	45%	29,1%	17,2%	8,6%
CPA/M-8	48,3%	18,5%	17,9%	15,2%
CPA/M-9	47,3%	22%	18,8%	11,8%
CPChq	89,8%	7,2%	1,5%	1,5%
CPI-5	45,2%	31,5%	13,7%	9,6%

Fonte: CIPM, 2012.

A única OPM do interior que teve um alto percentual de morte de agressor foi o CPI-5, da região de São José do Rio Preto, mas as quantidades absolutas de confrontos são pequenas em relação às demais OPM relacionadas.

Observe que o Comando de Policiamento de Choque (CPChq), que abriga o 1º BPChq onde funcionam as Rondas Ostensivas “Tobias de Aguiar” (ROTA), destaca-se pelo percentual altíssimo de letalidade, pois quase 90% de seus confrontos geraram resultado morte do agressor não policial e somente em 1,5% dos casos ocorreram a detenção do agressor.

Já a próxima tabela traz a situação dos agressores não policiais envolvidos em confrontos com a PMESP no mesmo período em análise, ou seja, de janeiro de 2008 a maio de 2012, somente com dados dos grandes comandos da capital e região metropolitana.

Repare que assim como demonstrou a tabela anterior, o CPChq apresenta um percentual alto de letalidade (53%) em comparação à quantidade de agressores presos.

Tabela 7 - Situação dos agressores não policiais envolvidos em confronto

OPM	Morto	Ferido	Foragido	Preso
CPA/M-1	13%	12%	43%	32%
CPA/M-2	12%	17%	37%	34%
CPA/M-3	14%	13%	42%	31%
CPA/M-4	24%	15%	30%	31%
CPA/M-5	18%	11%	38%	33%
CPA/M-9	22%	10%	35%	32%
CPA/M-10	15%	16%	37%	31%
CPA/M-11	15%	15%	34%	36%
CPChq	53%	5%	25%	17%
CPA/M-6	19%	12%	36%	33%
CPA/M-7	19%	13%	35%	34%
CPA/M-8	23%	10%	37%	30%
CPA/M-12	26%	11%	34%	29%

Fonte: CIPM, 2012.

Não obstante os dados quantitativos apresentados e o fato de que cada OPM possui características próprias que as diferenciem umas das outras no quesito enfrentamento do crime, é importante que as OPM com altas de letalidade realizem estudos para verificar os fatores que influenciam essa propensão ao engajamento da tropa para eventual adoção de medidas de contenção.

Por outro lado, é importante uma análise, ainda que breve sobre os números disponibilizados pela SSP/SP (2012) para os casos de pessoas mortas e feridas em confronto com policiais militares de serviço e de folga e ainda os números de policiais militares mortos e feridos de serviço e de folga.

A tabela a seguir contém essas variantes, além da quantidade de homicídios dolosos ocorridos em todo o Estado de São Paulo e a relação entre os homicídios dolosos e o percentual de pessoas mortas e feridas em confrontos com policiais militares. Observe:

Tabela 8 – Dados referentes confrontos entre pessoas e PM

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoas mortas em confronto com a PM em serviço	756	545	278	495	377	371	524	495	437
Pessoas mortas por PM de folga	112	78	19	15	14	21	0	0	0
Pessoas feridas em confronto com a PM em serviço	414	361	352	370	341	283	350	312	314
Pessoas feridas por PM de folga	180	115	54	13	31	39	1	4	4
PM mortos em serviço	19	25	22	29	28	19	16	14	16
PM feridos em serviço	458	442	398	394	555	363	416	377	377
Homicídios dolosos no Estado de SP	10.954	8.753	7.076	6.057	4.877	4.432	4.564	4.320	4.194
% pessoas mortas em confr com PM serv/ hom dol	6,9%	6,2%	3,9%	8,2%	7,7%	8,4%	11,5%	11,5%	10,4%
% pessoas feridas em confr com PM serv/ hom dol	3,8%	4,1%	5,0%	6,1%	7,0%	6,4%	7,7%	7,2%	7,5%

Fonte: SSP/SP, 2012.

Repare que os casos de pessoas mortas e feridas em confronto com policiais militares em serviço têm apresentado tendência de queda no período de 2003 a 2011, mas essa queda não acompanhou a diminuição dos casos de homicídios dolosos ocorridos no Estado no mesmo período, que foi bem mais acentuada.

Em 2003 as mortes de pessoas em confronto com PM de serviço representavam 6,9% do total de homicídios dolosos e em 2011 esse percentual foi de 10,4%.

De fato, no período de 2003 a 2011, houve diminuição na quantidade de homicídios dolosos no Estado da ordem de 61,7%, ao passo que a queda na quantidade de pessoas mortas em confronto com policiais militares de serviço no mesmo período foi de 24,2%.

Por outro lado, os casos de policiais militares mortos e feridos em serviço têm apresentado discreta tendência de queda da ordem de 16% e 18%, respectivamente, no mesmo período.

Tais dados reforçam a necessidade de serem adotadas medidas para reduzir os casos de letalidade policial no Estado, a despeito de todas as variáveis envolvidas na prática delituosa, especialmente o comportamento dos criminosos.

4 O Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes”

4.1 Histórico e estrutura

O Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes” é o órgão de apoio responsável basicamente pelo internamento de oficiais e praças da Polícia Militar que estejam condenados pela Justiça ou à sua disposição.

Sua origem remonta a 02 de abril de 1927, quando o então Quartel do 2º Regimento de Cavalaria, localizado em Presidente Wenceslau/SP, foi transformado em Presídio Militar.

Em outubro do mesmo ano, foi criado o Depósito de Presos da Força Pública, localizado na Invernada do Barro Branco, zona norte da capital do Estado, o qual permaneceu como único presídio militar do Estado com a desativação do Presídio Militar de Presidente Wenceslau.

Em 21 de abril de 1949, o Depósito de Presos da Força Pública passou a denominar-se Presídio Militar “Romão Gomes”, em homenagem ao Coronel PM Romão Gomes⁶, que foi o primeiro militar a integrar o Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.

Em 1959, o Presídio Militar “Romão Gomes” foi transferido do Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA), hoje Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB), para o atual endereço, no n.º 541 da Rua Tenente Júlio Prado Neves, ainda na zona norte da capital paulista.

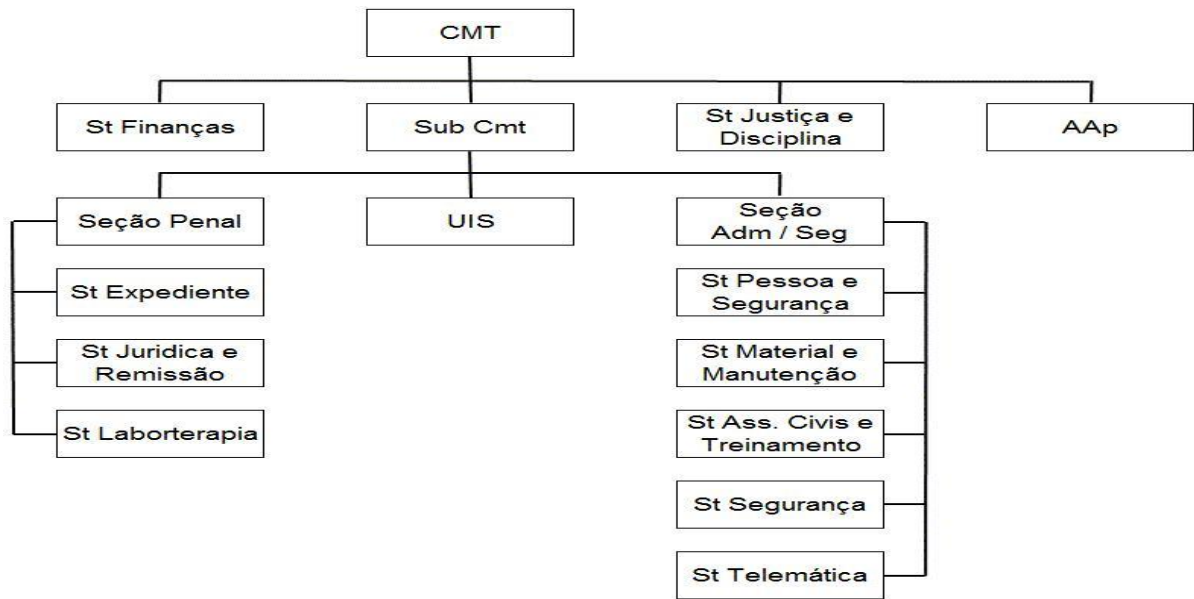
Por fim, em 1975, por meio do Decreto n. 7.290, de 15 de dezembro de 1975, que aprovou o Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1975), o Presídio passou a denominar-se Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes”.

⁶ Coronel Romão Gomes, RE nº 4.398, nasceu em 27 de junho de 1895, na cidade de São Manoel/SP. Ingressou na Força Pública em 13 de junho de 1914, sendo declarado Aspirante a Oficial em 18 de janeiro de 1923. Em 1932 bacharelou-se em Direito na Universidade São Paulo e participou da Revolução Constitucionalista de 1932 comandando a Coluna “Romão Gomes”. No mesmo ano foi promovido a Tenente-Coronel e, ao término da Revolução, permaneceu exilado em Portugal por um ano. Ao retornar a São Paulo, foi nomeado Juiz Militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo. Em 1935 foi eleito Deputado Estadual. Faleceu em 11 de janeiro de 1946, em São José dos Campos/SP, sendo promovido “post-mortem” ao posto de Coronel.

O PMRG está subordinado operacionalmente ao Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo (TJMESP) e administrativamente à Corregedoria da Polícia Militar.

Observe seu organograma:

Figura 1 – Organograma do PMRG



Fonte: PMRG, 2012.

Atualmente o Presídio ocupa uma área de 14 alqueires, com 5.485 m² de área construída, a qual abriga:

- O **prédio administrativo** onde funcionam, no pavimento térreo, as seções administrativas do PMRG, sala de audiência, parlatório, cozinha e refeitórios e alas reservadas às visitas íntimas dos internos do 2º estágio e, no piso superior, alojamento e banheiros dos internos do 2º e 3º estágios;
- O **Setor Correccional** que é composto por xadrezes, refeitório, banheiros e celas de isolamento e carceragem, onde permanecem os internos do 1º estágio;
- O **Centro Laborterápico** que abriga oficinas e empresas de intercâmbio, onde os internos trabalham;

- d. Área de apoio em que estão o Corpo da Guarda, alojamentos, depósitos e consultórios médicos e odontológicos.

Apesar do interesse que cada seção administrativa do PMRG tem para o desenvolvimento do trabalho daquele estabelecimento prisional, será feita uma breve menção das principais seções e suas atribuições mais importantes.

A Seção Administrativa cuida basicamente do efetivo que trabalha no presídio, controlando seu emprego, afastamentos, direitos e atribuições.

O Setor de Justiça e Disciplina tem importante papel, na medida em que cuida das apurações de transgressões disciplinares e práticas delituosas do efetivo de policiais militares e também dos internos do PMRG.

A Seção Penal talvez seja a que desenvolva o papel mais relevante no PMRG e por isso mereça uma explanação mais detalhada. Ela é formada pelos setores de Jurídica e Remissão, Laborterapia e Expediente.

O Setor de Jurídica e Remissão tem como atribuições principais o controle dos seguintes itens:

- a. Atividades laborterápicas dos internos;
- b. Remição de penas dos internos, nos termos dos artigos 126 e 130 da Lei de Execução Penal (LEP) (BRASIL, 1984);
- c. Progressão de regime de pena;
- d. Livramento Condicional previsto no artigo 131 da LEP;
- e. Indulto e comutação previstos em Decretos Presidenciais;
- f. Saídas temporárias previstas nos artigos 122 a 125 da LEP;
- g. Trabalho externo e curso exercido pelos internos, nos termos dos artigos 36 e 37 da LEP.

Já o Setor de Laborterapia é responsável pelo controle das receitas produzidas pelos internos que prestam serviços no PMRG e das medidas decorrentes desse trabalho, com destaque para:

- a. Abertura de contas bancárias e realização de depósitos para os internos que exercem atividades remuneradas;
- b. Arrecadação, controle e distribuição do rateio aos internos;
- c. Aquisição de materiais;
- d. Elaboração de balancetes mensais;

- e. Controle diário do caixa do setor.

E por fim, o Setor de Expediente, provavelmente aquele que tenha a maior quantidade de atribuições ao manter contato permanente com os internos, seus advogados e familiares. Eis algumas de suas principais atribuições:

- a. Realizar a inclusão, manutenção e exclusão do efetivo de internos do PMRG;
- b. Recolher preso ou por em liberdade os policiais militares da ativa, reformados ou ex-policiais;
- c. Controlar os prazos das prisões temporárias;
- d. Apresentar os internos em juízo, providenciando a respectiva escolta;
- e. Controlar as saídas temporárias dos internos;
- f. Cadastrar as visitas dos internos;
- g. Cadastrar as instituições religiosas que atuam no presídio;
- h. Realizar entrevistas individualizadas ou coletivas dos casais;
- i. Confeccionar Atestados de Permanência Carcerária, laudos para a Caixa Beneficente da Polícia Militar (CBPM) e relatórios mensais para o Ministério da Saúde.

Em linhas gerais são essas as atribuições principais do PMRG, sendo importante ressaltar que tal estabelecimento penal apresenta raríssimos casos de fugas e encontro de objetos proibidos, tais como celulares, e propicia altas taxas de ressocialização dos internos, uma vez que são cumpridas à risca todas as determinações contidas na LEP.

4.2 Estudo da população carcerária do PMRG

4.2.1 Considerações iniciais

O Estudo da população carcerária do PMRG teve por objetivo traçar o perfil dos internos e buscar informações sobre os fatores que podem influenciar no envolvimento do policial militar em ocorrência com resultado morte.

Assim, foram adotadas duas medidas distintas: o **levantamento de informações básicas de todo os internos** e a **realização de entrevistas e aplicação de questionários aos internos envolvidos em ocorrências com resultado morte, especificamente os casos de homicídios**, que para tanto foram voluntários. (grifo nosso)

As entrevistas e seus resultados serão tratados em capítulo próprio, tendo em vista a importância das respostas para este trabalho.

Todas as informações quantitativas serão apresentadas na forma de tabelas para facilitar a visualização, a comparação dos dados e o entendimento por parte do leitor.

Dado o foco deste trabalho, o estudo sobre os internos envolvidos em casos de homicídios foi mais aprofundado e por isso com maiores informações, tais como faixa etária, nível de escolaridade, tempo de serviço, OPM de origem e estado civil dos internos.

Por fim, cabe esclarecer que a Seção Penal do PMRG, que controla as informações sobre os internos, não possui informações detalhadas sobre a ocorrência que gerou o recolhimento do interno, pois se limita a elaborar um histórico baseado nos dados constantes das ordens judiciais de recolhimento do policial militar, muitas das quais não tão completas quanto seria necessário.

4.2.2 O perfil dos internos

Atualmente a população carcerária do PMRG é composta por 185 policiais e ex-policiais militares, dos quais apenas duas mulheres, entre Oficiais e Praças da ativa, reserva, reformados e demitidos (PMRG, 2012).

Há internos condenados pelas Justiças Militar e Comum ou que estão presos em flagrante delito, por prisão preventiva e temporária, pelo cometimento de crimes comuns e militares e que estão cumprindo pena nos regimes fechado e semiaberto.

É oportuno ressaltar que essa quantidade de internos pode variar muito, pois diariamente novos policiais e ex-policiais militares são apresentados ao PMRG e outro tanto é posto em liberdade ou então transferido para presídios comuns.

Aliás, há poucos meses, o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, anunciou nos meios de comunicação sua intenção de transferir os presos do PMRG que já não são mais policiais militares para presídios comuns (SECRETÁRIO..., 2012).

Apesar dessas variações no contingente de internos, ver-se-á que os percentuais dos internos por tipo de delito praticado têm se mantido constante, especialmente os casos de homicídio e delitos contra o patrimônio, como roubo, extorsão e furto a caixas eletrônicos, se comparados a um levantamento preliminar ocorrido em agosto de 2011, em que o contingente era de 215 internos.

A tabela a seguir, baseada no posto e graduação dos internos e sua condição junto à PMESP, apresenta o motivo do recolhimento do interno, quer seja por condenação ou prisão em flagrante delito, preventiva ou temporária.

Observe que os casos de prisão provisória⁷ (em flagrante, preventiva e temporária) reúnem a maior parte dos internos, com 61,1%, ao passo que os casos de condenação, por consequência, só representam 38,9%. O maior percentual fica com os casos de prisão preventiva, com 43,24% do total.

⁷ Prisão provisória é aquela que ocorre antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, não tendo caráter punitivo, mas apenas para impedir a prática de novos delitos ou a interferência do acusado na apuração dos fatos.

Tabela 9 - População Carcerária do PMRG (situação da prisão)

Posto/Grad	Condição	Condenado	Flagrante	Preventiva	Temporária	Total
Oficial	Ativa	2		1	1	4
	Reserva	2				2
	Demitido	2				2
Subten/Sgt	Ativa	4	3	9	1	17
	Reformado	11	1	2		14
	Demitido	2		1		3
Cb	Ativa	5	3	4		12
	Reformado	3		1		4
	Demitido	4		1		5
Sd	Ativa	16	16	51	6	89
	Reformado	1	1			2
	Demitido	20	1	10		31
TOTAL		72	25	80	8	185

Fonte: PMRG, 2012.

É importante observar ainda que os Cb e Sd PM englobam 77,2% dos casos e os Sd PM da ativa representam 48,1% do total. Em relação aos oficiais, há somente 4,3% do total de internos recolhidos no PMRG.

A tabela a seguir apresenta a quantidade de internos em relação ao regime de cumprimento de pena:

Tabela 10 - População Carcerária do PMRG (regime de cumprimento de pena)

Posto/Grad	Condição	Aberto	Semiaberto	Fechado	Total
Oficial	Ativa			4	4
	Reserva		1	1	2
	Demitido		1	1	2
Subten/Sgt	Ativa		1	16	17
	Reformado		5	9	14
	Demitido		1	2	3
Cb	Ativa		1	11	12
	Reformado			4	4
	Demitido		2	3	5
Sd	Ativa		6	83	89
	Reformado		1	1	2
	Demitido		14	17	31
TOTAL		0	33	152	185

Fonte: PMRG, 2012.

Observe que a maioria dos internos está no regime fechado, com 82,1% dos casos, e o restante corresponde ao regime semiaberto, pois não há nenhum caso de regime aberto de cumprimento de pena.

É oportuno informar que, apesar de tecnicamente não serem considerados cumprimento de pena, os casos de prisão provisória (em flagrante, preventiva e temporária) estão incluídos no regime fechado, pois os internos nessa situação não podem sair do PMRG para exercer atividades externas.

A seguir consta a tabela indicativa da origem do processo penal e sua vinculação à Justiça Militar, baseada no Código Penal Militar (CPM), ou Justiça Comum, tendo por diploma legal o Código Penal Comum (CP).

Tabela 11 - População Carcerária do PMRG (diploma legal)

Posto/Grad	Condição	CPM	CPB	Total
Oficial	Ativa		4	4
	Reserva		2	2
	Demitido		2	2
Subten/Sgt	Ativa	2	15	17
	Reformado		14	14
	Demitido		3	3
Cb	Ativa	2	10	12
	Reformado		4	4
	Demitido	3	2	5
Sd	Ativa	9	80	89
	Reformado		2	2
	Demitido	5	26	31
TOTAL		21	164	185

Fonte: PMRG, 2012.

Antes de qualquer comentário sobre os dados acima, cabe um esclarecimento muito importante.

Com a edição da Lei n. 9.299, de 07 de agosto de 1996, que alterou dispositivos do Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar (CPPM) (BRASIL, 1996), os crimes dolosos contra civis cometidos por policiais militares em serviço ou em razão da função passaram a ser julgados pela Justiça Comum. Apesar dessa mudança de foro, não houve alteração da natureza desses delitos que continuam sendo crimes militares por definição da lei castrense.

Assim, se um policial militar de serviço cometer um homicídio doloso contra um civil os fatos serão apurados pela Polícia Militar, que exerce atos de polícia judiciária militar, e também pela Polícia Civil, ocorrendo uma apuração dupla.

Na verdade são instaurados dois inquéritos policiais, um militar e outro comum. Ao final, ambos os procedimentos serão remetidos às justiças correspondentes e, no caso do inquérito policial militar (IPM), a Justiça Militar enviará os autos à Justiça Comum para submeter o caso ao Tribunal do Júri, que é o competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida por disposição constitucional (art. 5º inciso XXXVIII, letra “d”, da CF).

Pois bem, apesar de o homicídio doloso contra civil praticado por militar em serviço continuar a ser um crime **militar** (frise-se isso) e seu julgamento ocorrer na Justiça Comum (Tribunal do Júri), em muitos casos a fundamentação jurídica dada continua a ser o artigo 121 do CP e não o artigo 205 do CPM.

Diante disso, há uma enormidade de casos em que a fundamentação jurídica dos processos de alguns internos é baseada no CP e não no CPM como deveria ser.

Essa confusão deve-se ao fato de que o direito militar não é uma disciplina obrigatória dos cursos de direito pelo país e por isso é desconhecido da maioria dos operadores do direito, mesmo magistrados e promotores de justiça.

Tal situação deve explicar porque muitos casos relacionados ao CPM na tabela anterior, especialmente os de homicídios, que são os mais numerosos como será visto a seguir, podem ter sido cometidos por policiais militares de serviço ou atuando em razão da função, mas tiveram como fundamentação jurídica o CP. Referida situação acaba por deturpar o perfil dos internos do PMRG e seus respectivos delitos.

No mesmo sentido, os crimes cometidos pelo policial militar de folga e sem relação com a função também devem ser apurados pelo CP. Assim, restam ao CPM os casos de crimes propriamente militares, ou seja, os típicos da vida em caserna, e os crimes impropriamente militares quando a vítima é militar da ativa.

É oportuno frisar novamente que o PMRG não tem condições de controlar se o policial militar está respondendo criminalmente ou foi condenado por estar de serviço ou atuando em razão da função, pois os registros são feitos a partir das informações contidas nas ordens judiciais de apresentação dos acusados, as quais podem ou não vir com detalhes esclarecedores sobre tal situação.

Feitas essas considerações, que são importantes para a interpretação dos dados constantes das tabelas que serão apresentadas, repare que a maior parte dos casos (88,64%) é objeto de decisão pela justiça comum, tendo por base o CP.

A tabela a seguir apresenta um resumo das principais características numéricas da população carcerária do PMRG.

Tabela 12 - Resumo das Características da População Carcerária do PMRG

		Condição dos Internos do PMRG				
		Ativa	Reserva	Reformado	Demitido	Total
Sit. Prisão	Condenado	27	2	15	28	72
	Flagrante	22	0	2	1	25
	Preventiva	65	0	3	12	80
	Temporária	8	0	0	0	8
Regime de Cumprimento de Pena	Aberto	0	0	0	0	0
	Semiaberto	8	1	6	18	33
	Fechado	114	1	14	23	152
Diploma Legal	CPM	13	0	0	8	21
	CPB	109	2	20	33	164
TOTAL		122	2	20	41	185

Fonte: PMRG, 2012.

Tendo em vista a diversidade de delitos cometidos pelos internos do PMRG, cuja característica principal é o fato de a maioria ser oriunda da Justiça Comum, boa parte por causa das informações prestadas há pouco, segue a próxima tabela contendo os principais delitos cometidos pelos internos do presídio.

Para facilitar a leitura da participação de cada crime na população de internos, consta a variação percentual de cada delito em relação ao total de crime. Tendo em vista que alguns delitos apresentam percentuais abaixo de 1%, foi deixada uma casa decimal para evitar arredondamentos que distorçam a realidade dos números e com isso retratar fielmente as quantidades de cada delito em relação ao total.

Exemplo disso são os crimes propriamente militares, típicos da vida em caserna, tais como deserção e desrespeito, cuja quantidade é bem pequena e os percentuais muito baixos, totalizando pouco mais de 0,5%, se comparados aos casos de homicídios e crimes contra o patrimônio.

Tabela 13 - População Carcerária PMRG (por tipo de crime)

Tipo de Crime	CPM	CPB	TOTAL	Var. %
Ameaça		1	1	0,5%
Concussão	6	1	7	3,8%
Corrupção	1		1	0,5%
Desacato			0	0,0%
Deserção	1		1	0,5%
Desrespeito a Superior			0	0,0%
Disparo de arma de fogo			0	0,0%
Estatuto do Desarmamento		4	4	2,2%
Estupro e atentado violento		10	10	5,4%
Execução de alimentos			0	0,0%
Extorsão	2	6	8	4,3%
Formação de quadrilha		1	1	0,5%
Furto		5	5	2,7%
HOMICÍDIO	7	103	110	59,5%
Insubordinação			0	0,0%
Latrocínio		3	3	1,6%
Lesão Corporal			0	0,0%
Outros	1	2	3	1,6%
Peculato			0	0,0%
Porte entorpecente	3		3	1,6%
Porte ilegal de arma			0	0,0%
Receptação		2	2	1,1%
Recusa de obediência			0	0,0%
Roubo		17	17	9,2%
Sequestro		3	3	1,6%
Tráfico de entorpecente		6	6	3,2%
Uso de documento falso			0	0,0%
TOTAL	21	164	185	100,0%

Fonte: PMRG, 2012.

Observe que os delitos que mais se sobressaem é o de homicídio (59,5% dos casos) e, em menor escala, os crimes contra o patrimônio, tais como roubo, extorsão e furto (principalmente a caixa eletrônico), que somam 33 casos e representam 17,8% do total.

Dado o interesse neste trabalho, os homicídios terão um estudo mais detalhado a seguir.

4.2.3 Análise dos internos envolvidos em crimes de homicídios

Como já mencionado anteriormente, a Seção Penal do PMRG, que é responsável pelo controle dos assuntos referentes aos internos, não tem condições de identificar quais os casos de homicídios que se referem especificamente a delitos funcionais, ou seja, aqueles cometidos em serviço ou em razão da função policial-militar, os quais têm relação direta com a letalidade policial.

Não obstante isso, os internos do PMRG recolhidos pelo cometimento de homicídio são a grande maioria, quase 60% do total, o que demanda uma análise mais aprofundada da população carcerária do PMRG envolvida com os crimes de homicídio.

O objetivo dessa medida é tentar traçar o perfil do homem envolvido com ocorrência com resultado morte antes de buscar sua opinião sobre eventuais fatores que podem influenciar ou inibir um policial militar a envolver-se nesse tipo de evento.

Do mesmo modo que ocorreu na análise da população geral do PMRG, os dados também serão apresentados por meio de tabelas.

A tabela a seguir apresenta a população carcerária do PMRG envolvida exclusivamente em ocorrências de homicídio. Repare que 90% dos internos estão recolhidos ao presídio por decisão da Justiça Comum (99 casos).

Como já foi afirmado anteriormente, isso se deve à fundamentação jurídica dada pelo magistrado que julga o delito de homicídio com fundamento no CP e não no CPM, como deveria ocorrer em muitos casos.

Frise-se que a Seção Penal do PMRG não tem condições de diferenciar os casos baseada apenas nas poucas informações contidas da ordem judicial de prisão expedida e por isso ocorrem essas distorções.

Dada essa dificuldade e a falta de tempo para aprofundar-se numa pesquisa que pudesse esclarecer a realidade dos fatos, serão aceitas as informações passadas por aquela seção, com a presente ressalva esclarecedora.

Como foi verificado quando da análise do total da população carcerária, aqui também os casos de prisão em flagrante e preventiva representam 66,6% do total de casos, ao passo que as condenações representam apenas 30% dos 110 internos.

Os policiais militares da ativa perfazem 68% dos internos e o maior contingente é formado pelos Cb e Sd PM com 58,1% do total. Observe:

Tabela 14 - População Carcerária do PMRG (homicídio)

		Justiça Comum	Justiça Militar	TOTAL
Quantidade de Internos recolhidos		99	11	110
	Condenado	30	3	33
Situação da Prisão	Flagrante	20	6	26
	Preventiva	47	0	47
	Temporária	5	2	7
Condição	PM da Ativa	67	8	75
	ex-PM	21	3	24
	PM Reformado	11	0	11
	Oficial PM (1)	4	0	4
	ex-Oficial	2	0	2
Posto Graduação	Subten/Sgt PM	18	0	18
	ex-Subten/ Sgt PM	2	0	2
	Cb/Sd PM	56	8	64
	ex-Cb/Sd PM	17	3	20

Fonte: PMRG, 2012.

Nota: (1) Foi incluído um Asp Of PM entre os Oficiais.

Já a próxima tabela traz um resumo das principais informações dos internos envolvidos em homicídio, algumas das quais merecem destaque para maior reflexão.

Em termos de faixa etária, como se pode ver, a maior parte dos internos (49%) tem idade entre 30 e 40 anos. O interno mais velho nasceu em 1943, com 69 anos de idade, ao passo que outros 03 são os mais novos, nasceram em 1989 e têm ou farão 23 anos de idade ainda este ano.

No quesito tempo de ingresso na Instituição, chama a atenção o índice de 39% dos internos que ingressaram na PMESP entre 2000 e 2010. Nesse contingente há 03 internos que ingressaram recentemente, em 2010, e 35 têm menos de 10 anos de serviço, pois ingressaram a partir de 2002.

Outro ponto que merece destaque é em relação ao nível de escolaridade, pois 90% dos internos possuem o 2º grau completo ou acima (superior completo e incompleto e até pós-doutorado). Veja:

Tabela 15 – Dados dos internos do PMRG (homicídio)

	quant. Internos	var. %
Faixa etária		
20 a 30 anos	18	16%
31 a 40 anos	54	49%
41 a 50 anos	26	24%
acima de 50 anos	12	11%
Ingresso na PMESP		
antes de 1970	2	2%
de 1970 a 1979	7	6%
de 1980 a 1989	16	15%
de 1990 a 1999	42	38%
de 2000 a 2010	43	39%
Estado civil		
casado	55	50%
amasiado	26	24%
solteiro	16	15%
viúvo	4	4%
separado	4	4%
divorciado	5	5%
Nível de escolaridade		
1º grau completo	5	5%
1º grau incompleto	3	3%
2º grau completo	74	67%
2º grau incompleto	3	3%
superior completo	14	13%
superior incompleto	10	9%
pós-doutorado	1	1%
Total	110	100%

Fonte: PMRG, 2012.

Por fim, a tabela a seguir reúne as OPM de origem dos internos quando do evento que gerou a internação. Foram relacionadas aquelas que tiveram maiores quantidades de policiais militares envolvidos em crime de homicídio, com destaque para o 1º BPChq com 8 casos (7% do total), o 14º BPM/M com 7 casos (6% do total de casos) e o 6º BPM/I com 5 casos (5% do total).

Verifica-se que essas 8 OPM de um total de 51 relacionadas respondem por 36% de todos os internos recolhidos pelo cometimento de crime de homicídio. Observe:

Tabela 16 - OPM de origem dos internos PMRG (homicídio)

OPM	Quant. internos	Var. %
1º BPChq	8	7%
14º BPM/M	7	6%
6º BPM/I	5	5%
22º BPM/M	4	4%
36º BPM/M	4	4%
38º BPM/M	4	4%
38º BPM/I	4	4%
12º BPM/M	4	4%
TOTAL	40	36%

Fonte: PMRG, 2012.

É importante frisar que a pretensão inicial do presente trabalho era fazer uma comparação detalhada entre as OPM de origem dos internos do PMRG e as OPM que ao longo dos últimos anos tenham reiteradamente apresentado os maiores índices de ocorrências com resultado morte.

Entretanto, apesar das visitas pessoais e dos vários pedidos à Corregedoria/PM, até o fechamento desta pesquisa não houve resposta às solicitações.

Por outro lado, no tocante aos confrontos com resultado morte de não policiais, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo limita-se a indicar o Grande Comando, CPC ou CPM (capital e região metropolitana, respectivamente), e os Departamentos de Polícia do Interior (DEINTER), não mencionando o Btl.

Do mesmo modo a análise feita a partir de um estudo sobre os confrontos ocorridos no Estado no período de janeiro de 2008 a maio de 2012 não traz a OPM em nível Batalhão, mas apenas o grande comando, o que inviabilizou esse objetivo inicial.

Apesar dessa dificuldade, fica claro o 1º BPChq, que abriga a ROTA e integra o CPChq, é a unidade que mais tem policial e ex-policial militar recolhido no PMRG.

Não obstante tal conclusão óbvia, quaisquer outras afirmações além da anterior ficaria restrita ao campo da hipótese ou mera suposição, que não condiz com o objetivo de qualquer trabalho científico.

5 Entrevistas com internos

5.1 Metodologia

Foram realizadas entrevistas com internos do PMRG envolvidos em ocorrência com resultado morte, especialmente os casos de homicídios.

O objetivo das entrevistas era verificar os fatores que podem influenciar um policial militar a envolver-se numa ocorrência com resultado morte de civis e quais fatores seriam fundamentais para evitar, nos casos em que tal medida fosse possível e viável, o confronto armado.

Para tanto, tomou-se por base o chamado “decálogo de medidas”⁸, ações sugeridas pela Corregedoria da PMESP ao então Comandante Geral da Instituição, Cel PM Álvaro Batista Camilo, como forma de minimizar as ocorrências de resistência seguida de morte, especialmente nas OPM que mais tiveram esse tipo de ocorrência nos primeiros cinco meses de 2011.

Tais OPM integravam o CPA/M-5, CPA/M-6, CPA/M-8, CPA/M-10 e CPA/M-12, CPI-3 e CPChq e, no citado período, foram responsáveis por 63,8% das 177 pessoas que foram mortas em confronto com policiais militares.

As medidas sugeridas no decálogo, transcritas literalmente, são:

- a. Primeira medida: Reunião imediata, em todos os CPA/CPI, com todos os Oficiais (abordagem geral sobre o tema);
- b. Ato contínuo e mediante planejamento próprio – Preleção sobre o tema dos Cmt de Batalhão e Cia a todos os pelotões de suas respectivas subunidades (Cias territoriais e Força Tática);
- c. Substituição imediata dos Tenentes Cmt de Pelotão de Força Tática (Pel FT) ou, na impossibilidade, revezamento (troca) de Comando entre os Pel;
- d. Movimentação interna (ou de OPM) dos policiais militares com 03 (três) ou mais RSM;

⁸ Tais informações foram passadas pelo Cel PM Edson Silvestre, integrante da banca examinadora deste trabalho e que à época da sugestão chefiava o Departamento Operacional da Corregedoria/PM.

- e. Substituição, revezamento ou movimentações internas, dos Sgt Cmt de Equipe FT;
- f. Ronda minuciosa “Tolerância Zero” de Oficiais Superiores e Capitães nos horários mais críticos (no início, por quinze dias completo, após alternadamente);
- g. Obrigatoriedade de comparecimento do Oficial P/2 nas ocorrências de RSM, para subsidiar o Comando da OPM acerca de informações relevantes, independentemente daquele já efetuado pela Corregedoria PM, em alguns casos;
- h. Previsão de transferência, em definitivo, e mediante controle, dos PM envolvidos em RSM para o Programa de Policiamento Comunitário;
- i. Planejamento e execução de instrução programada pelo CPA/CPI, a todo o efetivo dos Btl sobre Procedimento Operacional Padrão (POP) e consequências trágicas decorrentes de não conformidades, abordando-se, inclusive, a possibilidade de ação regressiva pelo Estado (Art. 37, § 6º, da CF - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa);
- j. Por fim, instrução semestral sobre “Policiamento Comunitário” a todos os PM envolvidos em RSM, no semestre anterior.

Basicamente, como se pode verificar, as medidas sugeridas envolvem intensificação de fiscalização, instrução da tropa, especialmente no tocante à filosofia do policiamento comunitário e sobre as consequências da letalidade para o policial militar envolvido e também a própria Instituição, rotatividade do policial e seu comando imediato e eventual transferência do PM para outras modalidades de policiamento.

5.2 Forma das entrevistas/questionários

As entrevistas envolveram três tipos de público: direcionados a Cb e Sd PM, a Subten e Sgt PM e a Oficiais.

As perguntas foram basicamente as mesmas, com pequenas variações dada a especificidade da função.

Tinha-se inicialmente a intenção de que todos os voluntários fossem entrevistados individualmente pelo autor, o que se mostrou inviável por vários motivos, entre os quais: tempo de resposta das perguntas, disponibilidade de tempo para tal ação por parte dos internos e do próprio PMRG e preferência dos próprios internos no tocante à melhor forma de exposição de seus pensamentos sobre as perguntas formuladas.

Assim, ocorreu uma espécie de entrevista coletiva, com intervenções pontuais por parte do autor/entrevistador à medida que as dúvidas fossem surgindo por parte de cada um dos voluntários.

Ademais, é importante frisar que não foi possível selecionar somente os internos efetivamente condenados, que são minoria (30% dos casos de homicídio), tendo participado voluntários que estão recolhidos por condenação ou por prisão provisória (em flagrante, preventiva e provisória).

Os questionários/entrevistas estavam divididos em duas partes distintas, totalizando cinco páginas impressas frente e verso.

A primeira era formada por perguntas discursivas direcionadas a identificar o entrevistado, sua origem e convívio familiar, o motivo de ingresso na PMESP, expectativas antes e depois do Curso de Formação, pensamento sobre direitos humanos etc.

A segunda parte era composta de 13 questões de múltiplas escolhas, algumas com possibilidade de serem cumulativas, com espaço para eventuais comentários ou citação de outros motivos. Tais perguntas foram direcionadas a verificar a opinião dos entrevistados sobre os fatores que influenciam ou desestimulam o policial militar a envolver-se em ocorrência com resultado morte, tendo por base a experiência de cada um dos entrevistados.

5.3 Resultado das entrevistas/questionários

Para a realização das entrevistas, o autor manteve contato com praticamente todos os internos recolhidos por envolvimento em ocorrência com resultado morte, explicando-lhes os objetivos do presente trabalho, o conteúdo das perguntas, a forma das entrevistas e a importância da participação voluntária dos internos.

A reunião com os internos ocorreu na presença do Chefe da Seção Penal do PMRG, o qual já havia alertado o autor sobre a dificuldade de obter voluntários para participar desse tipo de pesquisa, pois alguns potenciais voluntários estão presos provisoriamente, existindo predisposição dos internos em não comentar, ainda que genericamente, a ocorrência que gerou seu recolhimento ao presídio.

Tal situação foi confirmada em parte na prática, pois o autor foi procurado por internos do 1º estágio, composto por presos recém-chegados ou que tiveram problemas de adaptação ao regime do presídio, os quais demonstraram interesse pelo trabalho, mas alegaram impossibilidade de participação por estarem recolhidos provisoriamente num caso recente e com ampla cobertura da mídia.

Por outro lado e não obstante tais dificuldades, houve a adesão voluntária de 20,9% dos 110 internos envolvidos em ocorrências de homicídio, na medida em que 23 concordaram em participar das entrevistas, dos quais 03 Oficiais (um deles Asp Of PM), 07 Sargentos e 13 Cabos e Soldados, sendo que alguns já são ex-policiais militares ou então já estão na inatividade.

As entrevistas aconteceram em 14 de agosto de 2012, pela manhã no refeitório da ala ocupada pelos internos do 1º Estágio e à tarde no auditório do PMRG.

Previamente houve nova explicação aos voluntários sobre o objetivo deste trabalho, o conteúdo das perguntas contidas na entrevistas/questionários, especialmente sobre as que admitiam mais de um item a ser assinalado, e, diante de questionamento específico, a possibilidade de ser deixada alguma em branco.

Também foi esclarecido aos participantes sobre a necessidade do preenchimento e assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, uma das quais integraria o caderno de perguntas e a outra, assinada pelo

autor, seria entregue à Seção Penal do PMRG para arquivamento na pasta individual do entrevistado, juntamente com um Termo de Confidencialidade.

Após a entrega do caderno de perguntas, em média cada interno gastou cerca de 30 minutos para responder as perguntas e preencher o questionário, sendo que alguns deixaram de responder algumas perguntas discursivas e do questionário sem qualquer alegação.

5.3.1 A primeira parte da entrevista

A primeira parte continha perguntas relacionadas ao entrevistado antes do ingresso na PMESP e logo após a formatura no curso de formação, entre as quais:

- a. Data, local de nascimento e onde cresceu;
- b. Profissão dos pais, quantidade de irmão, profissão à época da condenação/internação;
- c. Nível escolar quando do ingresso na PMESP;
- d. O que pensava antes do ingresso sobre prender criminosos, ocorrência com resultado morte etc.;
- e. Se tal pensamento mudou após o curso de formação e ou quando começou a efetivamente trabalhar no policiamento;
- f. OPM em que trabalhou;
- g. Pensamento do entrevistado sobre direitos humanos, sobre a vida e a vida de um criminoso;
- h. Tempo de PM na ocasião do evento;
- i. Se exercia alguma atividade extra de segurança na época do condenação/internação.

A fim de facilitar o entendimento do leitor, a seguir serão indicadas somente algumas das perguntas discursivas, posto que outras não relacionadas possuem conteúdo específico de cada entrevistado e não se mostraram relevantes para a pesquisa.

A primeira refere-se ao estado civil dos entrevistados, sendo que a maioria (73%) deles era casado na época da internação no PMRG. Um dos entrevistados deixou em branco as respostas sem qualquer alegação ou questionamento ao autor.

Tabela 17 – Estado civil na época da condenação/internação

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
Casado	2	4	10	16
Solteiro	1		1	2
Divorciado				0
Amasiado				0
Viúvo		1	1	2
Separado		2		2
TOTAL	3	7	12	22

Fonte: o autor.

Apesar da aparente irrelevância de tais dados, esse percentual alto de internos casados à época da condenação ou internação pode ser uma evidência de que a condição de chefe de família e as responsabilidades que lhe são inerentes não funcionam, ao menos em princípio, como fator natural de desestímulo ao envolvimento em ocorrência com resultado morte.

Aliás, a tabela 29 apresenta uma questão sobre as medidas capazes de influenciar o não envolvimento em ocorrência com resultado morte, com possibilidade de indicação de outros casos não relacionados, sendo que somente dois internos da categoria Sgt PM mencionaram a família como esse fator inibidor de envolvimento em ORM.

Não obstante isso, o Chefe da Seção Penal do PMRG, que trabalha no presídio há mais de oito anos, informou ao autor que:

- a. Geralmente realiza entrevistas pessoais e reservadas com os internos recém-chegados ao presídio;
- b. Tais entrevistas ocorrem no segundo ou terceiro dia após a entrada no presídio, a fim de que o interno possa se inteirar da real situação que vivenciará a partir de então;

- c. Depois de verificarem a nova realidade em que se encontram, os internos expressam grande preocupação com suas famílias, tendo em vista as consequências que seu ato possa causar aos entes queridos;
- d. Dependendo da origem do processo que deu causa à internação, o policial pode deixar de receber integralmente os vencimentos, o que pode gerar mais preocupação ainda.

A próxima tabela apresenta as respostas à indagação sobre o exercício de atividade extra de segurança na época da condenação/internação, sendo que pouco mais da metade dos entrevistados (52%) exercia o chamado “bico” de segurança.

Tabela 18 - Atividade extra de segurança na época da internação/condenação

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
SIM	1	3	8	12
NÃO	2	4	5	11
TOTAL	3	7	13	23

Fonte: o autor.

O exercício de atividade extra de segurança é uma realidade na Polícia Militar, apesar da proibição regulamentar. Geralmente tal atividade envolve a segurança patrimonial de estabelecimentos comerciais potencialmente alvos de meliantes.

Por outro lado, em 2011, conforme dados da Corregedoria-PM (2012), 69,91% dos casos de morte de policiais militares ocorreram fora do serviço, sendo que boa parte desses casos aconteceu quando o policial estava no exercício do “bico” de segurança.

Tal situação, denominada “vitimização” policial por Félix (2010, p. 104), pode ser um componente de fomento à letalidade policial, na medida em que o policial vislumbra o assaltante como um inimigo que o desafia diuturnamente, quer de serviço na Instituição ou mesmo no “bico” de segurança que realiza para complementar sua renda.

Assim, deve-se dar atenção especial ao exercício de atividade paralela à função policial, pela influência potencial no envolvimento de ORM, além é óbvio de ser uma das causas de morte de policiais.

A seguir, a tabela 19 apresenta o tempo de serviço na época da condenação/internação, sendo que a maior parte dos entrevistados (52%) tinha menos de 10 anos de serviço, enquanto que alguns tinham menos de cinco anos de serviço na PMESP.

Como já foi mencionado, há um caso em que o entrevistado já estava reformado por ocasião da condenação e por isso tal circunstância foi indicada na tabela. Observe:

Tabela 19 - Tempo de serviço na época da condenação/internação

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
00 a 10 anos	2	2	8	12
11 a 20 anos	1	1	4	6
21 a 30 anos		3	1	4
Reserva/reformado		1	0	1
TOTAL	3	7	13	23

Fonte: o autor.

Trata-se de um dado relevante, pois evidencia que os policiais mais jovens, tratados no meio militar como “recrutas”, apresentam maior potencial de engajamento com o agressor.

Félix (2010, p. 201), ao realizar pesquisa sobre os confrontos ocorridos entre 2004 e 2005 no Estado envolvendo policiais militares, constatou que em 59% dos casos o policial tinha menos de 10 anos de serviço e em 52% deles os policiais tinham idade entre 26 e 33 anos.

Repare que os percentuais de ambas as pesquisas são próximos.

Esse dado apresenta relação direta com as informações contidas nas tabelas 24 e 25, situadas mais à frente, sobre o tratamento recebido depois do envolvimento em ORM e a motivação para envolver-se em ORM.

Em ambas as perguntas a maior parte das respostas foi negativa para a melhoria no tratamento e para a instigação ao envolvimento em ORM. Entretanto há comentários feitos pelos entrevistados indicando que realmente há respeito por parte

dos demais policiais para com o PM envolvido em ORM e que **no começo da carreira “sentiu-se motivado”** a envolver-se em ORM. (grifo nosso)

São indícios de que o policial neófito poderia estar buscando aceitação grupal ou maior parcela de respeito perante o grupo, notadamente entre os PM mais experientes nesse tipo de embate.

5.3.2 A segunda parte da entrevista

Em relação à segunda parte da entrevista/questionário, as respostas dadas pelos internos foram formatadas nas tabelas seguintes e divididas de acordo com o grau hierárquico do interno, ainda que seja ex-policia militar, a fim de facilitar a visualização e análise dos dados obtidos.

A tabela a seguir refere-se à primeira questão do tipo múltipla escolha, em que o interno deveria constar qual autoridade policial-militar o recebeu quando o mesmo se apresentou pela primeira vez na OPM onde aconteceu a ocorrência com resultado morte (ORM) geradora de sua internação.

Deve-se frisar que tal pergunta admitia mais de uma resposta e que alguns dos entrevistados simplesmente deixaram em branco todos os itens, sem qualquer alegação ou questionamento ao autor.

Tabela 20 - Autoridade receptora na apresentação na OPM

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
Cmt CPI/CPA	2	1	1	4
Cmt de Btl		2	5	7
Cmt de Cia	1	2	7	10
Cmt de Pel			3	3
Supervisor de Equipe				0
Encarregado Adm		2	4	6
Nenhum		1	1	2
TOTAL	3	8	21	32

Fonte: o autor.

Observe que a autoridade policial-militar mais lembrada foi o Cmt de Cia, com 25% das citações (10 de 32 casos). Também há dois casos citados em que o entrevistado não foi recebido por nenhuma autoridade daquelas relacionadas.

A despeito de parecer indiferente qual autoridade policial-militar recepcionou um policial recém-chegado, não resta dúvida de que esse fator tem peso na forma com que esse policial passa a ver a OPM em que irá trabalhar.

Tal atitude demonstra o interesse da autoridade em relação a esse novo policial militar que chega para trabalhar e mostra-se como uma valiosa oportunidade de contato pessoal do comandante com seu comandado, em que poderão ser passadas orientações institucionais e o que se espera de sua atuação na área.

Aliás, em razão da alta rotatividade dos Oficiais em algumas OPM, pode ser a única chance de contato mais próximo com um subordinado que eventualmente pode conhecer pouco ou quase nada daquela OPM e área onde irá trabalhar.

O ideal é que todas as autoridades relacionadas na questão pudessem ter um contato com o PM recém-chegado, pois cada qual teria algo próprio de seu nível de decisão para passar, especialmente no tocante às ações de confronto ou mesmo letais.

Esse vínculo de confiança que deve existir numa relação comandante-comandado poderia estabelecer-se a partir desse contato inicial e ser fortalecido com o passar do tempo.

Trata-se de uma oportunidade que deveria ser aproveitada ao máximo, pois cada autoridade pode apresentar-se ao policial que está chegando e conhecê-lo melhor, obtendo dados sobre sua atuação na OPM anterior, formação, tempo de serviço, problemas e preocupações que o afligem e ainda saber um pouco de sua vida particular, especialmente a família.

Entretanto não é o que se verifica na prática, principalmente na capital, região metropolitana e nas cidades maiores do Estado. Tal situação é relatada por policiais recém-formados no interior e que são classificados ao final do curso em tais OPM.

Enfim, seria ideal esse contato para que fossem passadas as recomendações esperadas do policial na sua nova OPM.

A tabela a seguir refere-se à segunda pergunta: “Ao ser recebido, você foi orientado sobre a conduta profissional que aquela autoridade esperava de você,

especialmente no tocante a envolvimento em ocorrência com resultado morte (ORM)?”.

Para tal pergunta também houve respostas em branco, sem qualquer explicação ou alegação por parte do entrevistado.

Tabela 21 - Orientação sobre conduta profissional esperada em caso de ORM

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
SIM	2	1	5	8
NÃO	1	3	8	12
TOTAL	3	4	13	20

Fonte: o autor.

Observe que 60% dos entrevistados não receberam nenhuma orientação sobre envolvimento em ocorrência com resultado morte por parte da autoridade receptora, mesmo que a OPM tivesse histórico desse tipo de evento, como será visto mais a frente.

Essa informação por si só demonstra o não aproveitamento de uma oportunidade ímpar para que fosse passadas as orientações institucionais esperadas daquele recém-chegado, mas não é o que acontece na prática.

Talvez uma forma de criar esse vínculo fosse a obrigatoriedade desse contato e que cada comandante territorial tivesse um tempo mínimo exigido de permanência na OPM, como forma de estabelecer-se esse vínculo do comandante com seu comando e ainda com a comunidade abrangida pela área de atuação da OPM.

A tabela a seguir refere-se ao questionamento se o entrevistado tinha conhecimento do histórico da OPM sobre a quantidade de ORM. Do mesmo modo que ocorreu em outros casos, houve um entrevistado que deixou em branco tal pergunta.

Observe que a maioria (62%) dos entrevistados respondeu que não tinha ciência dessa situação.

Tabela 22 - Conhecimento do histórico da OPM em relação à ORM

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
SIM	2		6	8
NÃO	1	5	7	13
TOTAL	3	5	13	21

Fonte: o autor.

Tal situação deixa claro que o policial poderia, no primeiro contato com os comandantes territoriais de todos os níveis, receber informações sobre a OPM onde esteja chegando e recomendações de atuação profissional e eventualmente adequar-se à nova realidade que irá enfrentar.

A próxima tabela traz o resultado para a pergunta: “Em caso negativo, quanto tempo depois tomou conhecimento dessa situação?”, ou seja, do histórico da OPM de envolvimento em ORM.

Daqueles que não tinham ciência dessa situação, 50% ficaram sabendo logo após algum evento com resultado morte.

Tabela 23 – Época do conhecimento do histórico da OPM sobre ORM

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
No 1º mês	1	1	2	4
Depois de alguma ORM		2	4	6
Depois de envolver-se em ERM		1	1	2
TOTAL	1	4	7	12

Fonte: o autor.

Tais dados podem evidenciar que os casos de letalidade policial elevado são vistos pelos comandantes e mesmo os demais policiais militares como algo normal, corriqueiro e típico da OPM, e não como uma excepcionalidade que deva ser objeto de atenção, análise e adoção de medidas para sua redução.

Por outro lado, torna-se implícito que as medidas internas de controle existentes, que serão objeto de estudo em capítulo próprio, e os meios de apuração formal, especialmente o IPM, não conseguem frear a letalidade crescente nessas OPM.

A próxima tabela menciona como era o tratamento dispensado ao PM envolvido em ORM, especialmente sobre sua imagem perante os demais PM (iguais, subordinados e superiores).

Observe que 68% assinalaram que não houve qualquer mudança no tratamento dispensado ao PM envolvido em ORM, ao passo que 1 Oficial, 2 Sgt e 1 Cb/Sd deixaram tal pergunta em branco.

Tabela 24 - Tratamento recebido pelo PM envolvido em ORM

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
Não houve mudança		5	8	13
Tornou-se mais respeitado	2		4	6
TOTAL	2	5	12	19

Fonte: o autor.

Apesar desse percentual, cabem algumas observações em relação aos comentários feitos pelos entrevistados de acordo com o grau hierárquico para melhor ilustrar o pensamento dos participantes.

Entre os **Oficiais**, aquele que nada assinalou disse que o PM “era **discriminado pelos comandantes**”, mas não mencionou que tipo de discriminação teria ocorrido. Os outros dois que mencionaram que o PM tornou-se mais respeitado perante os demais PM acrescentaram que:

- a. o policial é visto como “policial **destemido**, que enfrenta situações difíceis mesmo com o risco de perder a própria vida”;
- b. “**culturalmente, e isso se nota até mesmo no PMRG**, há tratamento (entre os internos) diferenciado aos PM eu se envolveram em RSM. **Nos batalhões, todos sabem quem são os PM que tem ocorrências desse tipo** e, por vezes, até o número de RSM de cada policial”. (sic) (grifo nosso)

Vale lembrar que se forem computadas as respostas por grau hierárquico, 100% (2 de 2 citações) dos Oficiais entrevistados reconheceram mudança de tratamento em relação ao policial militar envolvido em ORM.

Em relação aos Sgt PM, apesar de terem assinalado que houve mudança no tratamento, foram lançados os seguintes comentários:

- a. “Se a ocorrência é em serviço, no caso de **legítima defesa**, o **PM é elogiado** pelos demais”;
- b. “Somente **discriminação** por parte do **Comandante do CPI** (Cel). Trata policiais como inferior em caso de envolvimento”;
- c. “Para quem trabalha na rua **sair vivo de um confronto é uma honra**”. (sic) (grifo nosso)

Já em relação aos Cb/Sd que afirmaram que o PM envolvido em ORM tornou-se mais respeitado perante os demais PM, inclusive superiores, houve os seguintes comentários:

- a. “Porque em ocorrência com resultado morte você também arriscou sua vida”;
- b. “Antes era assim, o **PM era elogiado e se sentia super-herói. Muitos até recebiam medalhas**”;
- c. “Se **torna notório o respeito e admiração perante os demais integrantes**”;
- d. “**Existe a motivação para o resultado morte**, pois os **parceiros que gostam de procurar ocorrência passam a respeitar**”. (sic) (grifo nosso)

Repare também que se forem computadas as resposta por grau hierárquico, 33,3% (4 de 12 casos) dos Cb e Sd PM reconheceram mudança de tratamento em relação ao policial militar envolvido em ORM.

Como se pode verificar, apesar da minoria ter constado não haver mudança no tratamento, tais comentários evidenciam, ao menos na percepção desses entrevistados, que em suas OPM existe a subcultura do “policial herói”, que enfrenta com destemor os perigos típicos da atividade policial.

Assim como outros autores, Porto (2009, p. 15) escreve sobre esse tema, que invariavelmente está ligado aos casos de letalidade policial:

Se, de um lado, os policiais são continuamente apontados com fonte de condutas violentas, transgressoras e violentadoras dos direitos humanos, de outro são, **seguidas vezes, demandados e cobrados**

para agir com mais eficiência, inclusive com utilização de violência.

Respondendo a esse fenômeno, as elites policiais, entrevistadas para outra pesquisa também desenvolvida por mim no DF (cf. Porto, 2004), consideram a **sociedade brasileira violenta e avaliam a ação policial como desdobramento, efeito, consequência da violência policial, e como resposta às expectativas e aos anseios dessa mesma sociedade.** [...]

São contextos que parecem deflagrar uma **reciprocidade perversa** entre sociedade civil e organizações policiais, em função da qual a **polícia tende a orientar condutas violentas a partir do que supõe que a sociedade espera dela como responsável pela lei e pela ordem.** Essa lógica, não isenta de ambiguidades, faz com que a sociedade movida pelo combustível do medo e da insegurança **cobre mais do policial: rapidez, eficiência e agilidade, fazendo dele um herói, se sua função de garantidor da ordem for por ele avaliada como bem-sucedida, ou um bandido, caso dê errado** (*Idem*). (grifo nosso)

Trata-se de uma situação que necessita de medidas urgentes, pois o problema da criminalidade crescente no Estado e no país como um todo tem sido tratado pelo governo, mídia e sociedade como um mero caso de polícia, cujas cobranças por resultados imediatos são dirigidas exclusivamente à Polícia Militar.

Com certeza essa pressão se reflete no seio da tropa na medida em que metas são traçadas e resultados são cobrados em todos os níveis de atuação policial, podendo eventualmente ser um estímulo ao envolvimento em ORM.

Os dados a seguir referem-se à pergunta: “Você sentiu-se motivado a envolver-se numa ORM para alcançar uma posição de destaque perante o meio em que trabalhava?”.

Tabela 25 - Motivação para envolver-se em ORM

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
SIM			3	3
NÃO	3	5	10	18
TOTAL	3	5	13	21

Fonte: o autor.

Observe que a maioria negou essa motivação (86%), ao passo que um entrevistado Sgt deixou de responder a questão sem qualquer alegação ou questionamento ao autor.

Entretanto dentre os que responderam positivamente a tal indagação, todos Cb e Sd PM, alguns afirmaram que:

- a. “No começo da carreira sim”;
- b. “Depois de algum tempo você nota que a cúpula da PM repudia a resistência seguida de morte”;
- c. “Sim e não, mas no fundo, acho que sim, se o pelotão viesse a ter notoriedade, gostaria de estar me destacando de alguma forma”;
- d. “A grande maioria dos PM incentivam a prática do ato”. (sic)

Não obstante a minoria ter admitido essa motivação para o embate, não custa lembrar que a maior parte dos casos de confronto envolve policiais militares com menos de 10 anos de serviço e que boa parte desse contingente sentiu-se motivado a envolver-se em ORM.

Isso poderia ser fruto dessa cultura informal de que o policial envolvido em ocorrência letal é mais preparado e respeitado perante os colegas.

A Instituição precisa dar atenção aos jovens policiais militares que trabalham em OPM suscetíveis a confronto com resultado morte pelo histórico que têm apresentado nos últimos anos, sob pena de continuar a assistir matérias jornalísticas questionando a capacidade da PMESP em conter a letalidade e ter mais homens recolhidos no PMRG.

A pergunta a seguir foi sobre envolvimento anterior em ORM antes da condenação/internação.

Tabela 26 - Participação em ORM antes da condenação/internação

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
SIM	2	2	6	10
NÃO	1	4	7	12
TOTAL	3	6	13	22

Fonte: o autor.

Pouco mais da metade (55%) dos entrevistados disse não ter participado anteriormente, ao passo que outros 45% dos participantes tiveram envolvimento em ORM antes do episódio que lhes rendeu a condenação ou internação no PMRG.

Mesmo uma análise superficial, ou seja, estritamente numérica do percentual de envolvimento anterior em ORM por si só já demonstra a gravidade da situação. Entretanto ao verificar os percentuais por grau hierárquico dos internos, essa preocupação aumenta. Acompanhe o fracionamento e a análise mais detalhada dos casos.

Entre os **Oficiais**:

- a. Um deles, já na reserva, participou de outra ocorrência, mas não mencionou a quantidade, apesar de envolver-se na ORM que resultou seu **recolhimento aos 12 anos de serviço**;
- b. O outro Oficial já participou de **duas ocorrências** anteriormente e a que gerou sua internação aconteceu quando o mesmo tinha **07 anos de serviço**. (grifo nosso)

Em relação **aos Sgt PM**, dois mencionaram participação anterior em ORM, um com **duas participações e 20 anos de serviço** quando do recolhimento ao PMRG e o outro disse “**aproximadamente 5 vezes**”, estando **reformado** quando foi recolhido ao presídio. (grifo nosso)

Já em relação aos Cb e Sd PM, tivemos:

- a. 03 responderam que tiveram “**algumas**” ou “**várias**” ORM anteriores, sendo que dois deles afirmaram que a ORM que gerou a condenação ou internação aconteceu aos **15 anos de serviço**, ao passo que um deles admitiu que o fato gerador do recolhimento ao PMRG ocorreu aos **5 anos de serviço** na Instituição;
- b. Outro entrevistado disse ter-se envolvido em 5 ORM anteriores e a que gerou a internação ocorreu aos 14 anos de serviço;
- c. Outros 02 não citaram as quantidades, mas admitiram que a internação se deu por ORM aos 09 e 28 anos de serviço.

Tais dados reforçam a importância da intervenção no primeiro caso de ORM, especialmente em OPM que tenham histórico desse tipo de ocorrência ou que haja vários policiais militares com esse perfil de envolvimento em vários confrontos com

resultado morte, independentemente da situação processual de cada um dos envolvidos.

A tabela a seguir apresenta o tempo de serviço de cada um dos entrevistados na época da ORM que gerou a condenação ou internação no PMRG.

Apesar de referidos dados constarem na primeira parte da entrevista realizada com os internos, sua localização neste ponto é mais propícia à discussão sobre a necessidade de intervenção no primeiro caso de ORM.

A tabela foi estruturada em quatro períodos distintos, tendo em vista a surpresa do autor em relação à quantidade de internos com envolvimento em ORM com menos de 5 anos de serviço. Observe os dados:

Tabela 27 – Tempo de serviço na época da ORM que gerou a internação

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
Até 5 anos de serviço			6	6
De 6 a 10 anos de serviço	2	2	3	7
De 11 a 20 anos de serviço	1	1	3	5
De 21 a 30 anos de serviço		2	1	3
Inatividade		2		2
TOTAL	3	7	13	23

Fonte: o autor.

De fato, 26% do total de entrevistados envolveram-se na ocorrência com resultado morte que gerou sua internação (condenação ou provisória) com menos de 5 anos de serviço.

Entretanto se a comparação dos dados levar em conta somente o grau hierárquico do interno, esse percentual sobe para assustadores 46% do total de entrevistados (6 casos entre 13) na condição de Cb e Sd PM.

Já o período de 6 a 10 anos de serviço abarca o maior percentual de envolvidos (30%) e 2 dos Oficiais entrevistados (67%). Se levarmos em conta o período de formação do Oficial na APMBB, normalmente 4 anos, também teríamos mais dois integrantes do período inicial, ou seja, com menos de 5 anos de efetivo serviço, descontando-se o tempo de formação.

Chama ainda a atenção o fato de que entre os 6 Cb e Sd PM com até 5 anos de serviço na ocasião da ORM que gerou a condenação ou internação há um caso

com 1 ano e 6 meses de serviço (portanto ainda no estágio probatório), outro com 2 anos e 4 meses e outro com 3 anos e 6 meses de serviço.

Deve-se levar em consideração que, nesses casos, ainda que a internação seja provisória, há suspeita de irregularidade na ocorrência com resultado morte, o que torna os dados realmente alarmantes.

A próxima pergunta refere-se ao tratamento dispensado ao **próprio entrevistado** depois do envolvimento em ORM, podendo ser assinalado mais de um item.

Também aqui alguns entrevistados deixaram de responder a questão sem qualquer alegação ou questionamento.

Observe que 25% do total das respostas assinaladas pelos entrevistados indicam que não houve mudança no tratamento que receberam dos colegas após se envolverem em ORM.

Tabela 28 – Situação após o próprio envolvimento em ORM

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
Cumprimentos dos colegas	1	1	3	5
Foi visto como mais preparado			2	2
Sentiu-se mais confiante			2	2
Não sentiu diferença de tratamento		2	4	6
Foi investigado e sentiu-se desestimulado para outra ORM	2		4	6
Nada mudou		2	5	7
TOTAL	3	5	20	28

Fonte: o autor.

Por outro lado, se analisadas as respostas de acordo com o respectivo grau hierárquico, ver-se-á que **somente 20% dos Cb e Sd PM sentiram-se desestimulados a participarem de outra ocorrência com resultado morte após serem investigados** (4 entre 20 itens assinalados).

Tal situação demonstra que os atos corretivos não surtiram o efeito devido e esperado, mesmo porque resultou na internação do entrevistado. **Já em relação aos Oficiais tal situação se mostrou eficaz, pois duas respostas de três indicam o desestímulo para nova ORM após a investigação.**

Ainda chama a atenção o percentual de **20% das respostas dos Cb e Sd PM que se sentiram mais confiantes ou foram vistos como mais preparados após o envolvimento em ORM** (4 de 20 itens assinalados).

Mais uma vez a síndrome de que o envolvimento em ORM torna o policial mais preparado, porque mais respeitado, ainda que por alguns policiais, isso já está evidente.

A próxima tabela traz as medidas capazes de influenciar um PM a não se envolver em ORM, sendo que os itens relacionados coincidem com o “Decálogo de Medidas” que contém propostas para reduzir os casos de letalidade na PMESP.

Nessa pergunta, cada entrevistado poderia assinalar mais de um item, o que de fato ocorreu com muitos deles.

Observe que os itens mais assinalados (destacados pelo autor) referem-se à orientação institucional em EAP, preleções e cursos da PMESP, além da conscientização sobre a possibilidade de condenação criminal, totalizando 47% do total de respostas.

Ainda que apurados por grau hierárquico, os percentuais mantêm-se constantes e indicam os mesmos itens, demonstrando a importância desses quesitos extraídos do “decálogo de medidas” para a redução dos casos de enfrentamento.

Vale observar que os quesitos “troca de comando de graduado e oficial”, “fiscalização intensiva”, “transferência definitiva para o policiamento comunitário” ou ainda “instrução sobre policiamento comunitário” estranhamente não apresentaram sequer um item assinalado por nenhum dos entrevistados.

Referidos casos inferem que o policial não teme tais medidas porque não as conhece, já que na OPM não eram postas em prática, ou que realmente são inócuas para desestimular o engajamento em ORM.

Apesar de somente 4 entrevistados terem assinalado o item “outros casos” ocorreram mais comentários sobre a questão, com destaque para “conhecer Deus”, ênfase à família como base para o policial, apoio psicológico para o policial e sua família e até “salário digno”.

Como já mencionado anteriormente o apelo familiar pode ser levado em consideração para mudar o comportamento do policial em relação ao envolvimento em ocorrência com resultado morte.

Tabela 29 - Medidas que influenciam o não envolvimento em ORM

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
Orientação Cmt CPI/CPA	2		3	5
Orientação Cmt Btl	2	1	4	7
Orientação Cmt Cia	2	1	3	6
Fiscalização de Oficial	2		4	6
Fiscalização de Graduado	2		2	4
Orientação institucional no EAP	2	2	5	9
Orientação institucional em preleções	3	2	5	10
Orientação institucional nos cursos PM	3	4	7	14
Movimentação outra modalidade de policiamento ou Administração			1	1
Movimentação outra OPM	1		2	3
Troca de comando do graduado				0
Troca de comando de oficial				0
Fiscalização intensiva				0
Conscientização da condenação criminal	1	4	6	11
Ciência do prejuízo institucional		1	2	3
Conhecimentos sobre Pol. Comunitário	2		2	4
Fiscalização do P/2	1		1	2
Transferência defin. Pol. Comunitário				0
Instrução sobre POP		1	1	2
Conhecimento sobre ação regressiva		1	2	3
Instrução sobre Pol. Comunitário				0
Outros casos		2	2	4
TOTAL	23	19	52	94

Fonte: o autor.

Referida pergunta tinha um complemento, que era indicar o grau de importância dos itens assinalados, sendo observado que:

- Muitos entrevistados simplesmente deixaram em branco tal pergunta sem qualquer alegação;
- Outros se limitaram a indicar que todos os itens eram igualmente importantes;
- E houve aqueles que escolheram apenas um item, sobressaindo-se os quesitos **“orientações nos cursos da PM”** e **“conscientização sobre possível condenação criminal”**, com duas e três indicações respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os dados referentes à seguinte pergunta: “o que leva um PM matar uma pessoa sem estar amparado legalmente”. Nessa questão também poderia ser assinalado mais de um item.

Como já ocorrera em outras questões, alguns entrevistados deixaram em branco a pergunta sem qualquer indicação ou comentário.

Tabela 30 – “O que leva um PM a matar alguém sem amparo legal”

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
Impunidade do criminoso	1		4	5
Ambiente de trabalho violento	1		4	5
a sociedade deseja isso			1	1
Histórico da OPM em casos de ORM	1		2	3
Contenção da criminalidade	1	1	4	6
Ser recruta e aprovação dos demais PM	1		1	2
Contato com PM envolvidos em ORM	1		4	5
Bandido bom é o morto			1	1
Era o bandido ou o PM		1	6	7
Incentivo velado da Instituição	1		2	3
Incentivo velado dos superiores	1		1	2
Incentivo velado dos demais PM	1	1	2	4
Impunidade do PM				0
Outros motivos		2	1	3
TOTAL	9	5	33	47

Fonte: o autor.

Repare que os itens **“impunidade do criminoso”, “ambiente de trabalho violento”, “contenção da criminalidade”, “contato com PM envolvidos em ORM”** e a máxima de que **“era o bandido ou o PM”** lideraram as respostas com **60% do total de itens assinalados**. (grifo nosso)

Se a aferição ocorresse por grau hierárquico, especialmente em relação aos Cb e Sd PM, os itens mais votados seriam os mesmos, mas o percentual aumentaria para 67% do total de itens assinalados por essa categoria de entrevistados.

Num ou noutro caso, fica evidente que **tais fatores são os mais influentes para a letalidade**, apesar de que **também há menção ao “incentivo velado dos demais PM” e “incentivo velado da própria Instituição”, com 9% e 6%, respectivamente**. (grifo nosso)

Em relação aos outros motivos, houve citações contraditórias, entre elas a legítima defesa, mas nada que acrescentasse algo novo ao levantamento ou desnaturasse os itens anteriormente assinalados.

Tal pergunta é uma das principais para o presente trabalho, na medida em que obtém o posicionamento dos entrevistados sobre os principais fatores que influenciam um policial militar a envolver-se em ocorrência com resultado morte, ainda que sem qualquer amparo legal. Por conta disso, merece uma reflexão mais detida.

Não há dúvida que existe um sentimento de impunidade que paira em nosso país. Diariamente os jornais e programas de televisão apresentam diversos casos policiais, geralmente graves e de solução não imediata. Depois dessa exposição não há acompanhamento do desenrolar dos fatos, mas a imagem inicial permanece na memória das pessoas que, no dia seguinte, recebem outra carga de informações de mesma natureza.

Alie-se a isso a morosidade do processo penal brasileiro, que começa no inquérito policial e se prolonga por anos, diante da enormidade de recursos interpostos até às mais altas cortes judiciais do país, até a decisão final.

Tal situação anacrônica gera uma cobrança quase que exclusivamente direcionada à Polícia Militar para “resolver” o problema da criminalidade, bastando para isso “pôr a polícia na rua”, como afirmam os políticos e os apresentadores de programas policiais.

Essa “cobrança” por melhoria nos índices criminais e na sensação da segurança é feita pelos governantes, órgãos de imprensa e sociedade em geral, o que tem influenciado a atuação da Polícia Militar, mesmo não sendo o único ente estatal que tenha tal incumbência.

A dúvida é quanto que referida “cobrança” pode influenciar o estado de ânimo de policiais militares a enfrentarem mais firmemente o crime, gerando casos de letalidade policial.

Paralelamente a isso, o cotidiano de um policial militar que atua na atividade operacional em grandes centros apresenta a seguinte realidade:

- a. Trabalha diariamente mediante forte pressão por resultados e exposto à crescente criminalidade violenta;

- b. Normalmente tem dupla jornada, pois exerce atividade extra de segurança para complementar a renda, num local perigoso e suscetível de ser alvo de criminosos;
- c. O local de atuação profissional geralmente apresenta degradação social, altos índices de criminalidade e violência exposta;
- d. Muitos de seus companheiros de farda têm várias ORM no currículo e por isso são “respeitados” entre os demais policiais;
- e. O criminoso preso em flagrante delito hoje geralmente é colocado em liberdade pouco tempo depois e, com raras exceções, volta à criminalidade;
- f. Em muitos casos já teve envolvimento em ORM.

Está formado um quadro capaz de influenciar um policial militar a envolver-se em ocorrência com resultado morte, especialmente se nenhuma medida preventiva for tomada para resgatá-lo ou reavivar os princípios norteadores da Instituição.

Por fim, a última tabela traz como pergunta se as instruções recebidas nos cursos PM e EAP podem estimular no PM a vontade em envolver-se em ORM.

As respostas negativas a tal pergunta somaram 87% dos entrevistados. Entretanto chamou a atenção que das 3 respostas positivas (13%), duas foram mencionadas por Oficiais, os quais se referiram a instrutores que fomentam a “cultura do matador” e que também são considerados “bilões”, termo empregado para indicar policiais destemidos e que enfrentam duramente a criminalidade.

Tabela 31 – Estímulo à letalidade (instruções dos cursos PM e EAP)

	Oficiais	Subten e Sgt	Cb e Sd	TOTAL
SIM	2		1	3
NÃO	1	7	12	20
TOTAL	3	7	13	23

Fonte: o autor.

Apesar de integrarem a minoria das respostas, há observações importantes que merecem destaque, especialmente no tocante à eventual subcultura do

incentivo informal ao envolvimento em ocorrência com resultado morte e ao “respeito” que um policial militar com histórico de ORM possa ter de seus colegas de farda.

Tendo em vista que as orientações institucionais no EAP, preleções e cursos foram relacionadas pelos entrevistados na tabela 29 como medidas que influenciam o policial militar a não se envolver em ORM, é importante que os instrutores não tenham esse perfil de enfrentamento do crime por meio de confrontos letais.

A PMESP tem adotado uma série de medidas, especialmente no tocante à formação e aperfeiçoamento, para enfatizar seu papel de Instituição promotora dos direitos humanos, e por isso precisa selecionar criteriosamente seus instrutores, de modo a criar e sedimentar valores e comportamentos positivos no jovem em formação.

6 Controle da letalidade policial

6.1 Considerações iniciais

O Estado, por meio dos órgãos policiais, é o detentor do monopólio do uso da força e o maior interessado em que sejam respeitados os direitos fundamentais da pessoa humana e as leis que regem a vida em sociedade.

Assim, o controle do uso da força por parte da polícia, especialmente nos casos de letalidade, é de fundamental importância para a consolidação do Estado Democrático de Direito, tendo em vista que a atuação dos órgãos policiais repercute na vida de toda a sociedade.

Nesse sentido, Mesquita (1999, p. 137) relaciona quatro tipos de estratégias de controle da violência policial no Brasil que se referem às concepções teóricas sobre esse assunto. Observe:

O primeiro tipo de estratégia enfatiza a importância de mecanismos de controle externo e formal/legal das polícias, através dos **poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, auxiliados pelo Ministério Público**. [...]

O segundo tipo de estratégia enfatiza a importância de mecanismos de controle interno e formal/legal das polícias, por meio dos **dirigentes e administradores das polícias e particularmente das corregedorias de polícia**. [...]

O terceiro tipo de estratégia enfatiza a importância de **mecanismos de controle externo e informal/convencional das polícias, através da imprensa, da opinião pública, da universidade, de grupos de pressão, particularmente das organizações de direitos humanos nacionais e estrangeiras**. [...]

O quarto tipo de estratégia enfatiza a importância de **mecanismos de controle interno e informal/convencional das polícias, através da profissionalização das polícias e dos policiais**, apoiados em *standards* claros e precisos de competência e responsabilidade profissional. [...] (sic) (grifo nosso)

Referido autor ainda critica o fato de que somente os casos de violência policial mais visíveis são passíveis de controle com as medidas já existentes, mas para os casos menos rumorosos tais medidas seriam inócuas.

De qualquer forma, atualmente todos os meios de controle citados pelo autor existem e são atuantes em relação aos desvios de conduta dos policiais militares, mesmo porque não existem situações de acobertamento de práticas irregulares.

Os meios de comunicação, as câmeras de aparelhos celulares, as câmeras de vigilância privada, as testemunhas, o Ministério Público, a própria Instituição Policial-Militar e mesmo o cidadão comum que é vítima de atos irregulares acabam por impedir qualquer tentativa de prática de violência e, no caso mais extremo, de ação letal sem que haja apuração formal.

6.2 Políticas públicas de controle da letalidade policial

Como ficou demonstrado até agora neste trabalho, a letalidade policial possui grande importância no cenário de atuação dos órgãos policiais, especialmente na Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Dada essa relevância, em nível mundial, a ONU, por meio da Assembleia Geral de 17 de dezembro de 1979, adotou o Código de Conduta para os Encarregados de Aplicação da Lei, que se consubstancia num instrumento de orientação aos governos para a proteção dos direitos humanos.

No Brasil, o governo federal demonstra preocupação com o tema ao constar no Programa Nacional de Direitos Humanos III, mais especificamente na Diretriz 14, Objetivo Estratégico IV (SECRETARIA..., 2012, p. 129) sua intenção de “**combater a violência institucional**, com ênfase na erradicação da tortura e na **redução da letalidade policial** e carcerária”. (grifo nosso)

Como consequência desse compromisso, foi editada a Portaria Interministerial MJ SDH n. 4226, de 31 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública (BRASIL, 2010).

Referida norma tem por base os documentos internacionais de proteção dos direitos humanos, especialmente o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, os Princípios orientadores para a Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei e a Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

A mencionada Portaria fixa como um de seus objetivos a redução paulatina dos índices de letalidade por meio da orientação e padronização, delimitando, entre outras medidas, os casos de uso de armas de fogo contra pessoas e veículos.

Tais diretrizes são de observância obrigatória pelo Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional e pela Força Nacional de Segurança, mas também será levada em consideração para o repasse aos entes federados.

Por outro lado, no Estado de São Paulo não existe uma política pública direcionada especificamente à redução ou controle da letalidade das forças policiais, a despeito dessa letalidade ser considerada alta, por parte da mídia e pesquisadores sociais, em comparação com outras polícias.

O atual Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado de São Paulo 2012-2015 (SÃO PAULO, 2012), que fixa as diretrizes, objetivos, indicadores, valores e metas da Administração Pública Estadual e dos demais Poderes do Estado, nada menciona sobre alguma medida concreta de combate à letalidade policial.

Do mesmo modo, não há menção expressa à necessidade de redução da letalidade policial no PPA do Estado de São Paulo para o período 2008-2011 (SÃO PAULO, 2011), que foi base para a elaboração do Planejamento Estratégico da Polícia Militar para o período correspondente.

Na área da segurança pública, o PPA 2008-2011 apenas menciona a preocupação em “[...] perseguir a redução dos índices de violência e criminalidade no estado, adotando como postulado básico a firmeza da atuação policial, com observância do **equilíbrio entre a segurança coletiva e os direitos individuais.**” (grifo nosso)

Por sua vez, no Planejamento Estratégico da Polícia Militar de 2008-2011 (PMESP, 2012, p. 42 e 47), o comando da PMESP menciona preocupação em **diminuir a letalidade das ações policiais**, por meio do recebimento e distribuição de **armas não letais**, e reafirma seu compromisso com o respeito aos direitos da pessoa e sua intolerância contra violações desses mesmos direitos: (grifo nosso)

A preocupação da Polícia Militar com o absoluto respeito aos direitos humanos é dupla: além do dever legal de fazer cumprir as leis, e com isso coibir que as pessoas desrespeitem os direitos umas das outras, ela tem o dever e interesse institucional de prevenir, evitar e punir todos os atos ilegais de seus integrantes, todavia promovendo na sua força de trabalho. Assim, **a Corporação não poderá ser**

condescendente com qualquer ato de seus integrantes que viole os direitos da pessoa humana. (grifo nosso)

Não obstante a ausência de programas de controle da letalidade no Plano Plurianual e no Planejamento Estratégico da Instituição, a Polícia Militar de São Paulo adota uma série de medidas destinadas ao controle da letalidade no exercício da polícia ostensiva, as quais serão analisadas com maior detalhamento a seguir.

6.3 Medidas de controle interno da letalidade na PMESP

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que, a despeito das diversas medidas de controle externo existentes, que vão desde o Poder Judiciário até os meios de comunicação e organizações de direitos humanos, a presente análise ficará adstrita às medidas internas de controle.

Do mesmo modo, é importante frisar que os casos de confrontos entre policiais militares e infratores são minoria em relação ao universo de atuação da PMESP. Basta verificar os números de intervenções que a Instituição realiza anualmente e compará-los aos confrontos.

Não obstante essa realidade e mesmo sem previsão expressa em seu Planejamento Estratégico, a Polícia Militar tem adotado uma série de medidas de controle interno que se destinam, ainda que de maneira indireta, a combater as não conformidades e por via de consequência a letalidade policial.

Como exemplos dessas medidas, podemos citar:

- a. A polícia comunitária, que foi elevada à categoria de filosofia e não mais uma simples forma de atuação no policiamento;
- b. A aplicação contínua dos princípios de proteção dos direitos humanos na Instituição, por meio de instrução curricular nos cursos de formação e aperfeiçoamento. A PMESP ainda possui uma diretoria específica para tratar de assuntos referentes aos direitos humanos e polícia comunitária, a Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCDH);

- c. A disseminação da cultura de emprego de técnicas não letais e escalonamento do uso da força;
- d. Tiro Defensivo na Preservação da Vida “Método Giraldi”;
- e. A atuação destacada da Corregedoria para os casos mais graves de desvios de conduta profissional;
- f. A adoção de medidas de controle de registro de ocorrências de crime militar com a elaboração das Instruções para o atendimento de ocorrência em que haja o cometimento de infração penal praticada por policial militar (I-40-PM);
- g. A contínua capacitação profissional de seus integrantes;
- h. O Programa de Acompanhamento de Ocorrências de Alto Risco (PROAR), atualmente denominado Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM);
- i. A comissão interna da letalidade;
- j. A intensa fiscalização por meio de rondas de diversos níveis hierárquicos;
- k. A utilização dos terminais digitais móveis instalados nas viaturas PM, que possibilitam acompanhar *on line* todos os deslocamentos das equipes de serviço com registro do trajeto.

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, que é verificar os fatores que influenciam a letalidade, serão abordadas algumas das medidas de controle interno da letalidade policial, entretanto sem a profundidade que o assunto mereceria pela importância.

6.3.1 Programa de Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências e Alto Risco (PROAR)

O Programa de Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco foi criado em 1994, inicialmente na área do Comando de Policiamento da Capital (CPC), como forma de conter o aumento da violência policial.

No começo o programa era direcionado aos policiais militares envolvidos em ocorrências graves ou com sintomas resultantes do trabalho policial que pudessem ocasionar desequilíbrio emocional significativo.

Os policiais eram convocados, avaliados e submetidos ao programa que tinha a duração de cinco dias com quatro horas diárias. Ao final decidia-se se o policial deveria ser afastado da atividade operacional e encaminhado para atendimento médico-psicológico adequado.

O conteúdo do programa consistia em estudo diagnóstico, atividade física, dinâmica de grupo, palestra e visitas e avaliação e encerramento.

Em 1995, na área do Comando de Policiamento Metropolitano (CPM), o programa foi alterado substancialmente, pois os policiais militares envolvidos em ocorrência de Resistência Seguida de Morte (RSM) eram recolhidos ao CPM e, depois da avaliação, os policiais permaneciam na condição de adidos (I-2-PM, 2012)⁹ ao CPA/M-1, COPOM ou outra OPM a critério do Comando, pelo prazo de **seis meses**.

Nessa fase era empregado exclusivamente no policiamento a pé, no regime de 8 horas de trabalho por 16 horas de descanso, com duas horas de instrução e treinamento.

Se houvesse envolvimento em outra ocorrência de RSM, a adição seria ampliada para doze meses e assim sucessivamente, devendo os policiais militares trabalharem em serviço administrativo.

A fim de ilustrar a situação que fundamentou a criação do programa, transcreve-se parte da norma:

2. SITUAÇÃO

a) A maior parte das ocorrências de resistência seguida de morte acontece em locais/horários onde é difícil a obtenção de testemunhas entre os cidadãos da comunidade, culminando conterem os procedimentos de Polícia Judiciária Militar apenas com as declarações dos PM envolvidos.

b) Tal quadro **coloca a Polícia Militar em situação crítica em relação aos representantes dos Direitos Humanos em São Paulo**, os quais constantemente acusam a Corporação de "Praticar homicídios contra civis, sem antecedentes criminais, impunemente".

c) A mídia formadora da opinião popular dá grande destaque a essas declarações e não há como rebatê-las até a manifestação final da

⁹ **Adição:** ato através do qual o policial militar fica vinculado temporariamente a outra OPM, sem ocupar vaga prevista no Quadro Particular de Organização (QPO), para frequência de curso ou estágio de duração superior a 30 (trinta) dias, exercício de função ou missão específica compatível com seu posto ou graduação, ou ainda, para controle da situação funcional do agregado. (sic)

Justiça Militar, que evidentemente é demorada face aos trâmites processuais.

d) Com isso **os PM participantes são tachados como "homicidas" sofrendo intensa pressão psicológica que afeta sua performance profissional e os coloca em posição melindrosa junto aos familiares e amigos**, ficando em aberto ainda, o flanco da Corporação para intensos ataques de seus detratores.

e) Esse estado de coisas não deve perdurar pois a partir da pseudá impunidade dos PM, **fica implícita a omissão e mesmo o apoio velado dos Comandos da Corporação ao assassinato de civis, apesar de ser uma inverdade óbvia, prejudicada a imagem da Polícia Militar entre os cidadãos formadores de opinião pública.**
(sic) (grifo nosso)

Posteriormente o programa foi estendido para todo o Estado, com pequenas alterações, entre as quais: ênfase na preocupação com o restabelecimento do equilíbrio psíquico-emocional do PM, sugestão de apoio de entidades civis no desenvolvimento do programa, ampliação do rol de ocorrências, possibilidade de participação de policiais que estivessem emocionalmente desequilibrados e alteração na forma do desenvolvimento do programa.

Dias Vieira (1998, p. 57-63) realizou uma pesquisa com 245 policiais militares que trabalhavam na ROTA, entre Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados, sobre o PROAR, com resultados interessantes para aquele período:

- a. 79,2% não tinham lido o documento que regulava o PROAR e 62,9% não tinham ouvido em instrução o teor do documento que regulava o programa;
- b. 61,57% não tinham passado pelo PROAR nenhuma vez;
- c. 81,6% entendiam que o PROAR não era bom e **62,4%** pensavam que o programa pretendia **castigar** o PM;
- d. 98,7% dos entrevistados não se achavam violento.

Referido programa teve êxito num primeiro momento na medida em que conteve os índices de letalidade policial por força das restrições funcionais aplicadas aos policiais militares envolvidos.

Naquela época, o PROAR atingiu os objetivos a que se propôs, pois os casos de letalidade encontravam-se num patamar elevado, comprometendo o serviço desenvolvido pela Polícia Militar.

Entretanto, após os primeiros anos de funcionamento pleno, houve pressões de várias ordens, inclusive políticas, que ocasionaram uma “flexibilização” do programa, reduzindo o impacto inicial da implantação.

6.3.2 Programa e Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM)

A partir de agosto de 2002, o PROAR foi substituído pelo Programa e Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar, o qual manteve como preocupação fundamental a prevenção e restabelecimento da saúde mental do policial militar.

Vale a pena ver, ainda que parcialmente, a fundamentação contida no item situação da norma que instituiu o PAAPM (2012):

2. SITUAÇÃO

- a. o exercício das Atividades Constitucionais de Preservação da Ordem Pública e de Polícia Ostensiva, além da natureza das ocorrências policiais de alto risco, possibilita, em última escala, o **confronto entre policiais militares e infratores**, advindo, muitas vezes, **o resultado morte**, que **coloca a Polícia Militar em situação delicada perante a sociedade, imprensa e outros segmentos ligados aos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil e Exterior**;
- b. a **população, por sua vez, reage de maneira ambígua e desfocada nesses episódios**, pois apoia as mortes resultantes desses confrontos em ocorrências e as reprova, quando esta fatalidade ocorre de forma mais próxima das famílias, atingindo e vitimando testemunhas e terceiros;
- [...]
- h. **dessa forma, o programa contribui para a efetiva mudança comportamental dos policiais militares abrangidos nessa situação, bem como, o restabelecimento dos valores éticos e sociais, além de alcançar o reequilíbrio emocional esperado, vez que intervém ainda na prevenção e no restabelecimento da saúde mental do policial militar.** (grifo nosso)

Apesar de mantidos os parâmetros do PROAR, o PAAPM apresenta muitas diferenças, com destaque para:

- a. Descentralização do programa para todos os Comandos de Policiamento do Interior (CPI);
- b. Ampliação do conceito do que seja ocorrência de alto risco (confronto armado com ou sem resultado morte e/ou lesão corporal, acidente

com viatura de no mínimo média monta ou com lesões corporais na guarnição ou terceiros e desvios comportamentais);

- c. Direcionamento ao policial militar de serviço e também de folga, desde que atuando em razão da função;
- d. Participação do Cmt imediato na avaliação prévia do policial envolvido na ocorrência;
- e. Participação integral no programa somente se fosse detectada alteração emocional significativa nos testes aplicados.

Cabe ressaltar que, a despeito das mudanças ocorridas, o PAAPM tem objetivos explícitos:

- a. O combate à letalidade e não conformidades;
- b. O **fortalecimento dos princípios da hierarquia e disciplina**, por meio da depuração de valores contrários aos da Instituição;
- c. O trabalho para que se **evite o resultado morte e/ou lesão corporal nas ocorrências de grande vulto**, buscando esgotar todos os meios disponíveis e necessários para a segura **detenção dos infratores (não letalidade)**. (grifo nosso)

6.3.3 Comissão de Letalidade da PMESP

Recentemente, em 30 de março de 2012, o Comando Geral da Instituição, por meio da Portaria n. PM3-005/01/12, criou a Comissão de Letalidade da Polícia Militar, destinada a assessorar o Cmt G sobre políticas gerais e assuntos pertinentes ao controle da letalidade nas atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

Referida comissão é composta pelo Subcomandante da PMESP (Subcmt PM), como presidente, o Chefe do Centro de Inteligência (CIPM), o Corregedor PM, o Direito de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e o Coordenador Operacional, como membros.

A norma preconiza ainda que poderão ser convocados outros Oficiais Coronéis do serviço ativo para examinar assunto cuja importância assim o recomende e que as reuniões serão quinzenais.

Por fim, deverá ser editada uma Nota de Instrução (NI) que disciplinará o funcionamento da Comissão de Letalidade, a qual terá função meramente consultiva e de assessoramento do Comando Geral da Instituição.

De qualquer forma, fica evidente a preocupação institucional com o tema controle da letalidade e sua importância no cenário do Estado de São Paulo, mesmo porque anteriormente à edição dessa citada norma, já funcionava informalmente um Comitê Interno de Controle da Letalidade, criado pelo então Subcmt PM.

6.3.4 Estudo de Caso de Ocorrências de Alto Risco (ECOAR)

Referido programa foi instituído em 2010 no âmbito do Comando de Policiamento da Capital para avaliar as ocorrências de alto risco com resultado morte em que estejam envolvidos policiais militares das OPM vinculada àquele comando.

Recentemente, em maio de 2012, um programa semelhante também foi criado no âmbito do Comando de Policiamento Metropolitano, com os mesmos propósitos, denominado Análise Procedimental de Ocorrências de Alto Risco (APOIAR).

Com pequenas diferenças, ambos os programas têm por objetivo analisar as ocorrências de alto risco, especialmente as de confrontos com resultado morte ou lesão corporal, a fim de verificar se foram seguidos os procedimentos reguladores da atuação policial-militar e com isso reduzir a possibilidade de morte na ação policial-militar.

O programa preconiza basicamente as seguintes medidas:

- a. Comparecimento de um oficial superior da OPM dos envolvidos no local da ocorrência e demais locais de interesse para avaliar as ações realizadas;
- b. Análise da ocorrência por uma comissão de Oficiais do CPC, com a presença dos comandantes do CPA, Btl, Cia, Coordenador

Operacional da Unidade, policiais militares envolvidos diretamente e todos os que participaram, ainda que na supervisão, da ocorrência;

- c. Análise da ocorrência em seu aspecto operacional com decisão sobre a necessidade de submeter os envolvidos a um período de treinamento de uma a oito semanas ou proposta de movimentação.

Estatísticas do ECOAR deixam evidente que em torno de 50% dos policiais militares envolvidos em ocorrências desse tipo deixam de cumprir as prescrições dos procedimentos operacionais padrão (POP) e cerca de 6% são reincidentes.

Tal situação demonstra certa relutância da tropa em atuar de maneira padronizada, o que pode comprometer a segurança do próprio policial militar envolvido na atividade operacional.

6.3.5 Ênfase às ações de Polícia Judiciária Militar

No início dos anos 90, especialmente após o caso dos 111 presos mortos na ação policial-militar para conter uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, fato ocorrido em 02 de outubro de 1992, houve grande pressão da imprensa e pesquisadores sociais para que fossem adotadas medidas de controle da letalidade policial.

Por conta desses acontecimentos e do próprio aumento dos casos de confronto, a Instituição de fato adotou uma série de medidas para intensificar o controle interno da atividade policial, cuja norma mais marcante foi a Nota de Instrução n. CorregPM-001/150/94, que regulava as ações de polícia judiciária militar. Referida normatização foi um marco nas ações de controle da Instituição e deu uma dimensão muito grande à Corregedoria-PM.

Tendo em vista sua importância para o cenário daquela época e seus efeitos positivos para os anos seguintes, vale o registro de algumas partes importantes da NI:

[...]

FINALIDADE

Aperfeiçoar o **sistema de medidas de controle interno da atividade policial**, através do serviço especializado de atendimento,

investigações preliminares e registro de ocorrências, para apuração de:

- a) crimes funcionais, notadamente naquelas em que o policial militar fez **uso de força física e de armamento**;
- b) fatos passíveis de apuração por sindicância (I-16-PM).

SITUAÇÃO

a) Existe grande número de ocorrências, em cujo atendimento, por profissionais da Polícia Militar, acontece o **uso de força física e de armas contra os infratores e pessoas, causando mortes**, lesões corporais, constrangimentos físicos e morais, o que tem sido alvo de forte divulgação junto à sociedade;

b) **Parte da imprensa e entidades de direitos civis têm posto em dúvida, em vários casos, a lisura da ação policial, alegando que esta é pautada pela violência sistemática, e**
[...]

d) As Instruções para Inquérito Policial Militar, Sindicância e Averiguação Sumária (I-12-PM), ora em estudos para reformulação, e as I-16-PM - Instruções do Processo Administrativo, em implantação, são insuficientes para regular por completo a atividade necessária para efetivo controle da atividade policial e **as NI anteriores (008/92, 003/93 e 005/93) demonstraram o acerto da linha de ação adotada, que produziu redução sensível no número de pessoas mortas em confrontos com policiais militares, bem como em outros tipos de ocorrências nos quais o uso de força é costumeiro, sem alterar o quadro de trabalho, sem acréscimos perceptíveis nos índices de criminalidade e diminuindo as frentes de crítica negativa da atividade da Instituição**, conforme fica exposto pelos quadros estatísticos do anexo "C". (grifo nosso)
[...]

A Nota de Instrução n. CorregPM-001/150/94, dentre diversas medidas, determinava:

- a. O comparecimento imediato de autoridades policiais-militares até nível Cmt de Btl nos locais de ocorrências graves, de vulto, com possibilidade de repercussão negativa na imprensa local ou nacional, ou em que houvesse o evento morte decorrente do uso de força física pelo policial militar;
- b. O afastamento da atividade operacional dos policiais envolvidos com participante efetivo em cinco ou mais ocorrências com resultado morte, entre outras ocorrências graves, nos últimos quatro anos, das atividades de policiamento afetadas por maior potencial de uso de força, assim consideradas: ROTA, PTM e equivalentes;
- c. Movimentação do policial envolvido em até quatro ocorrências com resultado morte, entre outras graves, para atividades com menor possibilidade de confrontos.

Outra medida que demonstrava a preocupação da PMESP com a diminuição da letalidade referia-se ao reconhecimento institucional pelo envolvimento de policiais militares em ocorrência com uso de uso força contra civil, ao prescrever que:

[...]

4) Qualquer decisão de **enaltecimento ou premiação, formal ou não**, a policiais militares envolvidos em **ocorrência na qual ocorreu uso de força contra civil**, somente poderá ser tomada por decisão do Comandante Geral.

5) **Todos os escalões deverão enaltecer e premiar as ações policiais de vulto, com prisão de infratores em flagrante delito, sem o evento morte**, comunicando tais fatos à Coordenadoria de Comunicação Social. (grifo nosso)

[...]

De qualquer forma, referida norma atingiu seus objetivos de controlar a letalidade, pois:

- a. Envolveu autoridades de polícia judiciária de vários níveis;
- b. Criou critérios objetivos para serem aplicados aos policiais envolvidos em ocorrências graves ou com resultado morte;
- c. Sedimentou a doutrina das providências de polícia judiciária militar a serem adotadas diante do envolvimento de policiais militares em ocorrências graves, especialmente as de confronto com civis;
- d. E ainda fortaleceu de maneira efetiva o papel desempenhado pela Corregedoria/PM nesse controle.

A NI n. CorregPM-001/150/94 foi revogada pelas Instruções para o Atendimento de Ocorrência em que haja o Cometimento de Infração Penal Praticada por Policial Militar (I-40-PM).

Atualmente referida norma disciplina todo funcionamento das atividades de polícia judiciária da Instituição, entretanto não traz em seu texto qualquer medida de afastamento do policial militar envolvido em ocorrência com resultado morte.

6.3.6 Fortalecimento da Corregedoria

A atuação do órgão corregedor da PMESP sempre foi firme em relação aos policiais militares que se mostram relutantes em cumprir suas obrigações e deveres funcionais, especialmente os que enveredam pelo caminho do crime, de natureza comum ou militar.

Ao longo das últimas duas décadas, essa atuação foi mais evidenciada pelo respaldo dado pelos comandos da Instituição, tendo se destacado no controle da violência e letalidade policial.

No interior sua ramificação ocorre por meio das Seções de Justiça e Disciplina das OPM e seus Oficiais e Praças auxiliares que comungam da mesma doutrina de correção por meio dos cursos e estágios ministrados pela própria Corregedoria PM.

Essa força do órgão corregedor interno da PMESP foi respaldada pela pesquisa de Oliveira Junior (2006, p. 52-53). Referido autor realizou um estudo sobre a corregedoria e a ação letal da polícia paulista, concluindo que o fortalecimento e a independência das corregedorias de polícia, o perfil das políticas públicas de segurança adotadas e a polícia comunitária, como fator de aproximação da Instituição com a comunidade, são fatores essenciais no combate à letalidade policial. Observe:

[...] Caso os resultados caminhem na direção correta, o **fortalecimento e a independência das corregedorias de polícia** do sistema político são fortemente recomendados para a **redução geral das taxas de letalidade da ação policial**. Outro ponto a ser abordado refere-se ao **perfil de políticas públicas de segurança** – as evidências encontradas demonstram que diferentes perfis institucionais das políticas públicas na área apresentam alto impacto nas taxas de letalidade. Portanto, **o monitoramento e a avaliação de cada tipo de política pública de segurança são passos fundamentais para reduzir as taxas gerais de letalidade**. [...] **A polícia comunitária e a indução do fortalecimento dos laços comunitários** são alguns dos pontos que devem ser encarados não só como um avanço no policiamento, mas também como uma **medida profilática de combate à letalidade da ação policial**. (grifo nosso)

Em linhas gerais essas são algumas das medidas de controle da letalidade policial adotadas pela PMESP, às quais podem ser acrescentadas outras para tentar reduzir esse fenômeno e minimizar suas consequências para a Instituição.

6.4 Retaliação ao controle da letalidade

Após essa breve explanação sobre alguns dos meios de controle interno da letalidade existentes na PMESP, é importante levantar uma questão que eventualmente possa surgir diante da imposição de medidas restritivas: a retaliação por parte dos policiais submetidos a qualquer forma de controle.

Como já mencionado, o policial militar goza de bastante autonomia no exercício do policiamento ostensivo, ainda que haja fiscalização e direcionamento da atuação para as áreas de interesse de segurança pública (AISP).

Essa autonomia poderia ser a origem de inércia ou imobilismo policial, como menciona Félix (2010, p. 35-39), especialmente se a medida de controle da letalidade fosse extremamente rigorosa, comprometendo o controle da criminalidade.

A fim de verificar a existência desse fenômeno, referido autor tomou como exemplo de sistema de controle da letalidade o PROAR e realizou um levantamento comparativo dos indicadores de produtividade e casos de letalidade do Primeiro Batalhão de Choque (1º BPChq), onde funcionam as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA).

A ROTA é conhecida como tropa de elite da PMESP e pelo enfrentamento da criminalidade mais perigosa do Estado, além de possuir os maiores índices de letalidade da Instituição.

Deste modo, o autor comparou a quantidade de armas apreendidas e flagrantes lavrados, dois critérios típicos da produção operacional, com os casos de pessoas e PM mortos e feridos, no período de 1991 a 1997, pois o PROAR foi implantado em 1994.

Tendo em vista a clareza que os números podem apresentar, vale a pena reproduzir a tabela elaborada pelo autor.

Tabela 32 - Letalidade e Produtividade do 1º BPChq

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
armas apreendidas	594	751	592	776	665	912	1.152
pessoas mortas	174	305	36	39	0	0	63
pessoas feridas	3	5	7	7	0	0	2
PM feridos	15	22	6	19	0	0	13
PM mortos	0	2	1	0	0	0	0
Flagrantes lavrados	272	404	600	1.006	919	1.596	1.863

Fonte: Félix, 2010.

Repare que nos anos de 1995 e 1996, dois primeiros anos de implantação do PROAR e que estão em destaque, houve redução total dos casos de letalidade, sem que houvesse queda na produtividade.

Por outro lado, a partir de 1997, quando algumas restrições funcionais impostas pelo PROAR foram “amenizadas”, houve aumento nos casos de letalidade e também na produtividade da tropa, ocasionando o que o autor mencionou como “ponto de equilíbrio” entre uma “maior produtividade com letalidade moderada”.

De qualquer forma restou evidente que eventuais medidas de restrição funcional não afetam o desempenho operacional dos policiais militares, ainda que haja essa autonomia típica da atuação policial.

7 Fatores relacionados à letalidade policial

7.1 Considerações iniciais

Apesar da importância do tema e do interesse que desperta no meio acadêmico e também junto à mídia, poucos estudos têm se atrevido a apontar os fatores ou causas da letalidade policial. Ao contrário, muitos pesquisadores limitam-se somente a apontar os efeitos maléficos causados pela ação letal de um PM, o que é bem mais fácil.

Oliveira Junior (2008, p. 23-24) fala da ausência de modelos teóricos sobre a ação policial e da dificuldade que o policial militar tem para resolver uma situação de crise diante da quantidade de fatores sociais que influenciam sua atuação. Observe:

É patente a **ausência de um modelo teórico sobre a ação policial. A ação letal da polícia está diretamente relacionada a uma gama extensa de fatores sociais.** Como exceção das ações de extermínio ilegais realizadas, a ação letal do policial acontece em situação de combate ao crime e a violência. O policial dentro de suas obrigações profissionais tem que tomar decisões sobre a melhor maneira de resolver uma situação de crise. O escalonamento racional sobre a melhor opção a ser elegida é feito em um **cenário de alta imprevisibilidade, com altos riscos individuais, e para outros envolvidos. O desenho institucional em que o policial está inserido, as histórias de vida pessoais, o contexto social da ocorrência, o treinamento recebido, os valores compartilhados entre os policiais e a percepção do risco enfrentado são alguns dos elementos que explicam o desfecho letal da ação policial.** (sic) (grifo nosso)

De fato, a atividade policial é muito complexa e exige uma série de atributos do homem que se traveste de policial militar e vai às ruas exercer o policiamento ostensivo. Alves de Souza (1996, p. 74-75) reforça essa complexidade ao mencionar:

A profissão policial militar exige que o homem tenha muitas vezes em um curto espaço de tempo inúmeros comportamentos, o que aumenta, sobremaneira a tensão diária a que é submetido esse profissional, já que em fração de segundos o mesmo passa de uma situação extremamente tensa, onde a integridade dele próprio e a de terceiros depende exclusivamente da precisão de suas atitudes e de sua iniciativa, para situações em que ele deve aconselhar, informar, repreender ou transportar pessoas que necessitam de assistência de outros órgãos públicos. **Podemos afirmar que essa complexidade**

de atividades que o policial militar desempenha diariamente, pela sua tensão, variedade, complexidade e perigo acarretam ao homem uma imensa carga emocional. Para manter-se sobre a tênue linha que divide o certo do errado, o policial militar recebe armamento, instrução, fardamento, salário, estabilidade funcional e autoridade estatal para agir em nome do Estado. (sic) (grifo nosso)

De fato há poucos trabalhos que mencionam as causas da letalidade policial ou fatores relacionados à violência policial.

A seguir serão citados alguns desses fatores indicados por autores que procuraram enfrentar tal problema. Por conta da quantidade reduzida de obras sobre o tema, a seguir será feita uma breve explanação das principais.

7.2 Os possíveis fatores relacionados à letalidade

A mesma autora (1996, p. 76-80) aponta causas de ordem psicológica e sociológica para explicar o fenômeno da violência policial, dentro da qual está inserida a letalidade.

Em termos psicológicos ela cita alguns fatores, entre os quais:

- a. Influência do meio ambiente de onde provém o policial militar;
- b. Existência de estereótipos sobre o policial militar, geralmente relacionados à violência e truculência no trato com as pessoas;
- c. O reforço que a mídia dá nesse sentido, mistificando o comportamento do policial;
- d. Internalização da violência sentida ou presenciada ao longo da vida antes do ingresso na PMESP;
- e. O próprio exercício da profissão policial-militar, pela intensidade, variedade, complexidade, perigo e tensão diária a que estão submetidos os PM;
- f. A síndrome de justiceiro que alguns PM têm;
- g. O poder de que é investido e que pode modificar seu comportamento.

Já em termos sociológicos, a autora menciona o papel desempenhado pela PMESP ao longo de sua existência como mecanismo de manutenção do poder e as

consequentes imagens distorcidas do papel da polícia na sociedade, que podem influenciar o jovem que ingressa na Instituição.

Todo esse quadro favoreceria uma atuação violenta dos policiais militares que atuam na atividade de polícia ostensiva.

Félix (2010, p. 56-105), por sua vez, aborda o tema indicando sete fatores relacionados à letalidade policial. São eles: políticas públicas de segurança, letalidade policial como moderadora da criminalidade, a estrutura militar, o reconhecimento institucional por ações letais, os aspectos culturais institucionais, a impunidade e a “vitimização” policial.

Tendo em vista a excelente explanação do autor, vale a pena uma análise, ainda que breve, de cada um dos itens indicados.

Em relação às **políticas públicas de segurança**, o autor mencionou que há uma tendência de se tratar a questão da segurança pública como um problema afeto apenas à polícia e que a atuação desse órgão seria o fator preponderante para a redução de índices criminais.

Por outro lado, a ênfase política dada ao combate ao crime, especialmente quando se fala em “firmeza da atuação policial”, aliada a não existência de medidas concretas de controle das ações letais podem servir de incentivo ou, ao menos, de tolerância à letalidade.

Sobre a **letalidade como moderadora da criminalidade**, o autor esclareceu que vários setores da sociedade e também da mídia consideram que uma polícia atuante, ainda que haja ações letais, é capaz de controlar a criminalidade. Para rechaçar tal ideia, o autor realizou uma pesquisa relacionando a variação percentual dos crimes de furto e roubo de veículos, devido à baixa subnotificação, aos casos de letalidade, cuja subnotificação é nula, mas acrescentando delitos de homicídio, roubos e furtos (outros). Basicamente o comparativo da variação de tais delitos evidenciou que a letalidade não influencia a queda dos índices criminais.

Em relação à **estrutura militar como um fator indutor da letalidade**, o autor mencionou que a atividade de polícia é de natureza civil e que as instituições policiais somente são estruturadas militarmente para facilitar o modelo de gestão, pela facilidade de controle (estatutos rigorosos), responsabilização efetiva e funcionalidade. Várias polícias pelo mundo também têm investidura militar e outras até são militares por excelência, tais como: a *Gendarmerie Nationale* francesa, a

Royal Canadian Mounted Police canadense, a *Arma Dei Carabinieri* italiana, a *Carabineros* chilena, a Guarda Civil espanhola e a Guarda Nacional Republicana portuguesa.

Argumentou ainda que não há qualquer relação entre a estrutura militarizada das polícias e a repressão política ocorrida a partir de 1964, pois as organizações policiais já tinham essa estrutura antes do chamado “golpe militar”, o órgão mais atuante na época era o Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), que pertencia à Polícia Civil.

E por fim, esclareceu que não há compatibilidade entre a polícia ostensiva e a estrutura militarizada das Polícias Militares, especialmente a PMESP, pois se trata de um “militarismo mitigado, visível mais orgânica e esteticamente do que propriamente em sua condição operacional”.

Em relação ao **reconhecimento institucional por ações letais**, o autor mencionou basicamente que na PMESP existem somente medidas formais de reconhecimento, mas admitiu que a demonstração de reconhecimento informal pode ser bastante nociva à Instituição. Sem adentrar na seara de quanto tal fator pode influenciar uma policial a envolver-se em casos de letalidade, mencionou a adoção de uma cultura de paz pela sociedade e que a PMESP tem adotado medidas destinadas à consolidação do ensino de direitos humanos aos policiais militares.

Sobre o quesito **aspectos culturais institucionais**, o autor admitiu a existência de elementos culturais que atuam diretamente no favorecimento da letalidade, tais como heroísmo, coragem e disposição de enfrentamento do perigo, os quais se apresentam inicialmente como qualidades, mas que podem ensejar um “efeito colateral da tolerância à letalidade”.

Em relação à **impunidade**, a qual é citada por pesquisadores como um estímulo à violência policial, o autor realizou uma pesquisa com 491 policiais militares internados entre 01 de janeiro de 2004 e 20 de outubro de 2010 no PMRG e comparou tais nomes com 1.639 policiais militares envolvidos em ações letais no período de 2004 e 2005, tendo como resultado que o percentual de ações letais sob suspeita foi de apenas 1,14% e o de PM implicados foi de 0,96% do total de ocorrências, sem que ocorresse nenhuma condenação até a data da pesquisa.

Tais números e a mudança de competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida deixam evidente que não se pode afirmar com certeza que esse fator é capaz de influenciar a letalidade policial.

Por fim, o autor discorreu sobre a “**vitimização**” **policial**, ou seja, a morte do policial militar pelo não policial, geralmente um criminoso. A maior parte das mortes de policiais militares ocorre quando o mesmo está fora do serviço (cerca de 70% dos casos), geralmente no exercício de atividade extra de segurança privada.

O autor admitiu que a “vitimização” policial pode ser um fator de indução da letalidade, na medida em que o assaltante é potencialmente aquele que enfrenta até mata o policial na atividade de segurança privada. Como solução, sugeriu o repúdio à atividade extra de segurança privada exercida pelo PM, o chamado “bico”.

Por outro lado, Oliveira Junior (2008, 74-76) empregou uma teoria interacional sobre o comportamento do policial, a qual afirma que a ação policial é resultado da interação entre variáveis institucionais, tais como constrangimentos políticos ou institucionais, e as variáveis contextuais, que representam o perfil do local de atuação da polícia.

Para tanto, o autor partiu da premissa básica de que o policial militar age racionalmente diante do risco potencial que enfrenta diariamente no exercício da polícia ostensivo, de modo que sua atuação baseia-se no uso legal da força.

Realizando uma série de cruzamentos de dados obtidos junto à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Comissão da Letalidade da própria SSP/SP e Ouvidoria da Polícia, o autor chegou às seguintes conclusões:

- a. A probabilidade de letalidade está associada significativamente com os crimes violentos e os crimes de droga;
- b. A letalidade aumenta a possibilidade de gerar mais crimes violentos;
- c. A letalidade apresenta maior concentração nos locais com desorganização social;
- d. Quanto menor o nível de atividade comunitária, maior a concentração de letalidade policial na região;
- e. O perfil do Secretário de Segurança Pública do Estado pode impactar positiva ou negativamente nos índices de letalidade, de acordo com sua atuação no controle das ações letais.

Por sua vez, Lima (2008, p. 333-338) apontou que as causas que dão ensejo às ocorrências seguidas de morte podem ser relacionadas à **Instituição**, por falha no processo de seleção e formação, falta ou deficiência na fiscalização etc., e aos

indivíduos, por diversos motivos que vão da influência do meio social ao desvio de conduta. (grifo nosso)

Em relação aos **indivíduos**, mencionou uma pesquisa realizada pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos em 1994 para traçar o perfil dos policiais com propensão à violência, a qual concluiu que um pequeno grupo de policiais era responsável pela maioria das ações letais.

Os indivíduos foram classificados em cinco grupos:

- a. Grupo formado por **policiais com desordem de personalidade**, cuja proposta foi a realização de exames psicológicos ao término dos cursos de formação ou ao final do estágio probatório ou ainda anualmente;
- b. O segundo grupo reúne os **policiais envolvidos em ocorrências críticas**, cuja recomendação foi apoio psicológico;
- c. O terceiro grupo era composto por **policiais com problemas nos estágios** por imaturidade, agressividade, com sugestão de rígida avaliação psicológica na seleção por meio de um novo teste psicológico para a admissão;
- d. **Policiais refratários aos padrões estabelecidos** e que usam critérios próprios, cuja medida seria intensificar a fiscalização;
- e. **Policiais com problemas pessoais** que tenham propensão à violência e que necessitariam de apoio psicológico e médico, além de medidas de afastamento das atividades estressantes. (grifo nosso)

Tal pesquisa pode ser realizada na Instituição para verificar a existência de policiais com tais perfis, os quais podem ser um fator de indução à letalidade e, dependendo da circunstância e grau hierárquico, influenciar outros policiais a envolverem-se em confrontos com resultado morte.

Feitas essas considerações, revela-se importante uma análise dos fatores indicados na pesquisa realizada junto aos internos do PMRG sobre o grau de influência na atuação de um policial para o envolvimento ou não em ocorrência com resultado morte.

7.3 Fatores indicados pelos internos do PMRG

A pesquisa realizada com 23 internos do PMRG dos 110 envolvidos em crimes de homicídio, algumas questões e suas respectivas respostas merecem destaque pela relação direta com os fatores que poderiam influenciar o policial militar ao envolvimento em ocorrência com resultado morte.

A reação dos demais PM e da Instituição após o envolvimento em ocorrência, os fatores que desestimulariam os policiais a envolverem-se nesse tipo de ocorrência e aqueles que influenciariam os policiais ao engajamento são os itens de maior interesse na pesquisa.

A maioria dos entrevistados afirmou que não houve mudança no tratamento recebido após o confronto com resultado morte e uma parte significativa mencionou que ao ser investigado sentiu-se desestimulado a envolver-se em novo confronto.

No mesmo sentido, os quesitos **orientação institucional em vários níveis e conscientização da possibilidade de condenação criminal e todas as consequências advindas dessa situação são fundamentais para evitar o envolvimento em ocorrência letal para 47% dos entrevistados.**

Por outro lado, **a maioria dos entrevistados (60%) afirmou que a impunidade do criminoso, o ambiente violento, o contato com outros policiais com histórico de envolvimento em confrontos e o enfrentamento com o criminoso são os principais fatores que influenciam o confronto de policiais.**

Diante desse quadro, alguns fatores podem ser indicados com importantes para a letalidade policial: a falta de instrução direcionada a grupos vulneráveis e de fiscalização mais acirrada para verificar a mudança de comportamento esperada, a intervenção em OPM com histórico de letalidade, o aspecto de instrução e fiscalização e a mudança de comportamento no tocante à real necessidade de enfrentamento, quando há possibilidade de outra conduta para a resolução de uma ocorrência com agressor armado.

Apesar disso, não se pode desprezar as respostas dos três grupos de internos (Oficiais, Subten e Sgt e Cb e Sd PM) sobre existência do chamado incentivo velado da Instituição, dos superiores e dos demais PM ao enfrentamento do crime que gera a morte de um criminoso.

Esse é um dos pontos fundamentais desse incentivo informal e velado, porque a própria população admite atos de violência contra criminosos. Ferreira (2002, p. 151-152), ao discorrer sobre o tema concepções populares sobre punição e polícia, realizou uma série de entrevistas com moradores da favela de Heliópolis, por ser a mais populosa da cidade de São Paulo e pelas circunstâncias de pobreza, violência extrema, tempo de existência da comunidade (foi formada a partir de 1970).

Após as entrevistas e demais pesquisas, o autor apresentou algumas considerações que merecem transcrição:

As análises das falas dos entrevistados de Heliópolis ajudam a notar que há um **paradoxo quanto a apoiar aumento das penas de morte e ação violenta pela polícia enquanto se desconfia da polícia**. Aqueles que o fazem, defendem claramente que a força policial seja utilizada contra os “bandidos” e não contra os cidadãos comuns. Neste sentido, a fonte da desconfiança em relação à polícia surge de sua incapacidade de distinguir infratores e moradores de favela e dos casos de envolvimento de policiais e traficantes.

Além disso, pelos comentários dos entrevistados de Heliópolis, pode-se identificar consensos e dissensos. O consenso surge na defesa de uma polícia e sistema punitivo que seja capaz de garantir a segurança da população. [...]

O dissenso é formado pela divisão de opiniões a respeito do que são os limites para o trabalho policial e para a punição. **De um lado, há aqueles que defendem um trato violento e exemplar para os bandidos, no qual estão previstas a tortura e a pena de morte**. De outro lado, há a defesa de uma polícia que respeite a integridade física de todos os indivíduos e de uma punição que vise a recuperação dos infratores para a volta da vida em sociedade.

Os resultados permitem suspeitar que **a exposição à violência e a impunidade** tendem a fortalecer os padrões de “corpo incircunscrito” e da “exclusão moral” na sociedade brasileira. **O que contribui para o apoio popular a punições vingativas: violência policial e as penas de prisão perpétua e pena de morte**. Além disso, pode-se levantar a hipótese de que o próprio desconhecimento de como funciona o sistema de justiça, seus princípios e as formas de punição previstas em leis pode influir no fato de **a polícia ser vista como detentora legítima do papel de punição**. (sic) (grifo nosso).

As cobranças por melhoria nos índices criminais e na sensação de segurança, a morosidade do Poder Judiciário que alimenta o sentimento de injustiça, os benefícios legais, o fato de que “a polícia prende e a justiça solta” são fatores que pressionam os profissionais de polícia no combate ao crime.

Além disso, outros fatores podem influenciar a letalidade, ou ao menos o confronto da polícia com criminoso, pois os meios de comunicação, especialmente os programas de televisão que fazem a cobertura do noticiário policial, enfatizam o

aumento dos crimes mais graves, que não são a maioria dos delitos, e a necessidade de “mais polícia na rua”.

Aliás, sobre essa ênfase aos crimes mais graves pela imprensa, Porto (2002, p. 152-171) realizou um estudo cujos resultados demonstram a influência dos meios de comunicação sobre as pessoas, independentemente da faixa etária, nível social e educacional, no que se refere ao assunto violência.

Já Assis e Njaine (2006, p. 62) desenvolveram um estudo sobre a imagem do policial perante a mídia escrita, por meio de pesquisas quantitativas e qualitativas, que envolveram oito jornais de grande circulação em quatro capitais brasileiras com altas taxas de mortalidade e graves problemas de violência social. Referidas autoras chegaram à conclusão de que as matérias negativas criam estereótipos extremamente prejudiciais à imagem dos policiais.

Diante desse quadro, existe uma certeza incontestável – os fatores que influenciam na atuação policial e, por consequência, nos atos de violência e os letais, são por deveras complexos e demandam estudos mais aprofundados pelos profissionais de polícia e pesquisadores que atuam na área.

8 Considerações Finais

Inegavelmente restou demonstrado que o tema letalidade policial é muito importante para a Polícia Militar do Estado de São Paulo e para toda a sociedade. Não só os pesquisadores sociais que atuam na área, mas os meios de comunicação e a sociedade civil organizada têm discutido o assunto e cobrado da Instituição uma postura sobre a atuação de seus homens.

Os casos mais recentes de letalidade policial têm corroborado essa importância, na medida em que são explorados pelos meios de comunicação e repercutem negativamente para a imagem da Instituição, a ponto de ser sugerida sua extinção por organismos internacionais ou então solicitada a troca do comando geral.

A pesquisa realizada junto aos internos do PMRG apresentou informações importantes, que merecem uma transcrição resumida dos resultados de interesse para este trabalho, com os devidos destaques:

- a. Apesar de 73% dos entrevistados serem casados, **tal condição de chefe de família não impede o envolvimento em ORM**. Conforme relato do Chefe da Seção Penal do presídio, **depois da entrada no PMRG é que o interno passa a expressar grande preocupação com suas famílias, por causa das consequências de seu ato**. Informou ainda que Dependendo da origem do processo que deu causa à internação, o policial pode deixar de receber integralmente os vencimentos, o que pode gerar mais preocupação ainda;
- b. **52% dos entrevistados faziam “bico” de segurança patrimonial** na época do evento que gerou a internação. **Tal situação pode fomentar a letalidade** como represália da tropa ao alto índice de morte de policiais militares de folga (69,91%), grande parte no “bico” de segurança;
- c. **52% dos entrevistados tinham menos de 10 anos de serviço** na época do evento que gerou a internação.
- d. **45% dos entrevistados eram reincidentes em envolvimento com ORM**, com pouco tempo de serviço e com várias ocorrências;

- e. **26% dos entrevistados tinham menos de 5 anos de serviço** na época do evento que gerou a internação. Tal percentual sobe para **46% se forem considerados somente os Cb e Sd PM e 67% se Oficiais;**
- f. Dentre os **Cb e Sd PM** com menos de 5 anos de serviço, havia entrevistados que se **envolveram em ORM com 1 ano e 6 meses, 2 anos e 4 meses e 3 anos e 6 meses de serviço, ou seja, até em estágio probatório;**
- g. Em relação ao tratamento recebido pelo policial militar envolvido em ORM por parte de iguais, superiores e subordinados, **68% disseram não ter ocorrido mudança, mas 33,3% do total de Cb e Sd PM reconheceram que o policial tornou-se mais respeitado;**
- h. Quando o próprio entrevistado esteve envolvido em ORM, 25% do total de Cb e Sd PM disse que não houve mudança de tratamento, mas **somente 20% desse total sentiram-se desestimulados a envolverem-se em outra ORM.** Por outro lado, os mesmos 20% dos Cb e Sd PM sentiram-se mais confiantes ou foram vistos como mais preparados após a ORM;
- i. **A autoridade mais lembrada como receptora** do policial recém-chegado à OPM onde ocorreu a ORM que resultou a internação do entrevistado foi o **Cmt de Cia com 33%, mas há casos em que o policial não foi recebido por ninguém;**
- j. Apesar da recepção, **60% dos entrevistados não receberam orientação dessa autoridade sobre a conduta esperada em relação a ORM;**
- k. 62% dos entrevistados não sabiam do histórico da OPM em relação à quantidade elevada de ORM, mas 33% ficaram sabendo disso já no 1º mês de OPM;
- l. Em relação às **medidas capazes de influenciar um policial a não se envolver em ORM, 47% dos itens assinalados indicaram os quesitos orientações institucionais em cursos, EAP e preleções e conscientização da condenação criminal.** Já os quesitos **fiscalização intensiva, instrução sobre policiamento comunitário**

e troca de comando não receberam nenhuma indicação por parte dos entrevistados;

- m. Em relação aos **fatores que influenciam o policial militar a envolver-se em ORM sem amparo legal**, os itens “**impunidade do criminoso**”, “**ambiente de trabalho violento**”, “**contenção da criminalidade**”, “**contato com PM envolvidos em ORM**” e a máxima de que “**era o bandido ou o PM**” lideram as respostas com 60% do total de itens assinalados.

Portanto, os fatores que influenciam o envolvimento de policiais militares em ORM mais citados foram a **impunidade do criminoso**, o **ambiente de trabalho violento a que o PM está envolvido**, a **necessidade de conter a criminalidade**, o **contato com PM envolvidos em ORM** e o fato de que o **enfrentamento é a única alternativa diante da máxima de que “era o bandido ou o PM”**.

Já aqueles que influenciam o PM a abster-se do engajamento em ORM são as **orientações institucionais em cursos, EAP e preleções e conscientização do PM sobre as consequências da condenação criminal**.

Deste modo, conclui-se que a instrução institucional em todos os níveis é a peça chave da PMESP para mudar o comportamento do policial militar em relação ao seu papel perante a criminalidade, eventual impunidade do criminoso, ambiente de trabalho violento e o engajamento em ocorrências com resultado morte.

Diante desse quadro e tendo em vista o objetivo primordial deste trabalho em **identificar medidas internas preventivas e corretivas de controle** para evitar o envolvimento de policiais em ocorrência com resultado morte, propõe-se a adoção de diversas medidas preventivas e corretivas, muitas das quais já implantadas setorialmente na Instituição:

- a. Mapeamento detalhado das ocorrências com resultado morte das OPM com histórico e quantidade elevada desse tipo de ocorrência, disponibilizando tais dados para consulta interna da Instituição;
- b. Levantamento dos policiais militares que têm histórico de envolvimento em ocorrência com resultado morte para fins de análise de conduta e eventual intervenção;

- c. Separação dos policiais militares com reincidência em envolvimento com ORM, independentemente da modalidade (programa) de policiamento e da condição processual de cada ocorrência;
- d. Submissão desses policiais militares reincidentes a criteriosa avaliação psicológica, independentemente da realizada no PAAPM;
- e. Revisão dos resultados desses policiais militares submetidos ao PAAPM;
- f. Ampliação obrigatória do programa ECOAR para todos os grandes comandos, com a determinação de que as não conformidades nos procedimentos integrem a apuração no IPM instaurado para apurar a ocorrência com resultado morte;
- g. No esteio das diretrizes da filosofia de policiamento comunitário, fixação dos comandantes territoriais das OPM, nível Pel a Btl, por um período mínimo de 2 anos, tendo em vista que a alta rotatividade impede a formação de vínculos positivos entre comandantes e comandados e entre estes e a comunidade da área de atuação da OPM;
- h. Realização de constantes reuniões dos comandantes territoriais, de Pel a CPI/CPA, com seus comandados para que exista vínculo de confiança pela comunhão de objetivos, proximidade das partes envolvidas e melhoria na relação entre comandante e comandado;
- i. Aproximação do policial militar que atua no policiamento na área de atribuições da OPM, independentemente dos programas de policiamento, com a comunidade de modo a fortalecer os vínculos comunitários, tão importantes para o desenvolvimento do trabalho policial de preservação da ordem pública;
- j. Constante revisão dos princípios norteadores da atividade policial, especialmente aqueles relacionados à proteção dos direitos humanos e filosofia do policiamento comunitário, para que sejam criados internalizados valores e comportamentos positivos nos policiais militares, especialmente nos locais mais degradados socialmente;
- k. Rigoroso acompanhamento mais próximo do policial militar recém-formado, colocando-o sob supervisão direta de policiais militares com perfil não voltado ao engajamento em ORM;

- l. Mobilização da oficialidade da OPM para que sejam realizadas as mesmas condutas fiscalizatórias, os mesmos “discursos institucionais”, as mesmas ações de cobrança e estímulo à tropa, enfim, para manter unicidade de comportamento do comando da OPM em todos os níveis;
- m. Reforço dos incentivos formais da Instituição para os policiais militares que se destaquem positivamente em ocorrências sem letalidade e com a prisão de meliantes, de preferência com a presença da família do homenageado;
- n. Mudança do discurso Institucional em relação à contenção da criminalidade, enaltecendo que a PMESP tem papel preponderante na melhoria da percepção de segurança pela ação de presença, sem vinculação expressa à diminuição dos índices criminais. Evidenciar a melhoria dos índices operacionais ao longo de determinado período e envolver os demais entes públicos na resolução dos problemas de segurança pública do Estado;
- o. Mudança do comportamento dos policiais militares em relação à ORM, devendo ser “lamentada” a morte de pessoas, independentemente da condição de acusado, e não enaltecida a “coragem” e o “destemor” do policial militar envolvido;
- p. Mudança de comportamento do policial militar em relação ao crime e criminoso, focando suas ações na proteção e preocupação com a vítima, que atualmente é relegada a segundo plano;
- q. Instruções nos cursos de formação e aperfeiçoamento, EAP e preleções direcionadas especificamente ao tema redução da letalidade;
- r. Seleção direcionada dos policiais militares (oficiais e praças) para atuarem como instrutores nos cursos de formação, aperfeiçoamento, EAP e mesmo em preleções, de modo a evitar aqueles simpatizantes do engajamento em ORM;
- s. Orientação direcionada especificamente sobre os malefícios da letalidade à imagem institucional;
- t. Visitas ao PMRG para conhecimento da rotina daquela OPM e contato com os internos recolhidos pelo envolvimento em ocorrência

com resultado morte, por parte dos policiais militares integrantes dos cursos de formação e aperfeiçoamento e também pelos policiais que integram o grupo de risco (OPM e PM com histórico de envolvimento em casos de letalidade);

- u. Intensificação da instrução dos POP e emprego de técnicas não letais;
- v. Adoção de medidas institucionais para reduzir a atuação do policial em “bico” de segurança, tendo em vista o fomento indireto à letalidade e a redução das mortes de policiais em seus horários de folga;
- w. Fortalecimento do vínculo do Cmt de Cia com a tropa por meio do *rapport*¹⁰, tendo em vista sua capacidade de conhecer o policial militar sob seu comando e interferir positiva e proativamente na vida profissional e até pessoal de seu comandado;
- x. Enaltecimento do papel social do policial militar em relação à função proteção, dada a quantidade de atendimentos sociais realizados diuturnamente pela Instituição;
- y. Envolvimento da família do policial militar no ambiente profissional do mesmo nas solenidades de reconhecimento formal, por meio de eventos, a fim de conhecer mais detalhadamente a realidade de nossa tropa.

Apesar de não constar das pesquisas realizadas, é de extrema importância a criação de uma política pública de combate à letalidade, como forma de mostrar à sociedade a preocupação com referido tema, a exemplo do que já ocorreu em nível federal.

Por fim, fica a sugestão maior deste trabalho que é o aprofundamento da discussão sobre o tema letalidade pela importância institucional e necessidade premente de medidas.

¹⁰ *Rapport* ou empatia é a qualidade do relacionamento.

Referências

ALVES DE SOUZA, Eurídice Orpheu. **A violência praticada pelo policial militar. Estudo e diagnóstico.** Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Centro de Altos Estudos de Segurança. São Paulo: PMESP, 1996.

ASSIS, Simone Gonçalves e NJAINE, Kathie. **A Imagem do Policial na Mídia Escrita. SENASP. Relatório Final.** Concursos Nacionais de Pesquisas aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública, 2006. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B1C29142C-AD53-4A35-B2BD-2CD63509DAB1%7D>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

AZEVEDO, José Eduardo. **Polícia Militar: a mecânica do poder.** Disponível em: <<http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-7/220-policia-militar-a-mecanica-do-poder->>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

BAÍÁ, Aluysio Francisco Gama. **Letalidade policial: estudo do fenômeno e mecanismos para o controle na Polícia Militar do Estado de São Paulo.** Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Centro de Altos Estudos de Segurança. São Paulo: PMESP, 2009.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves e AFONSO REIS, Ilka. **Desigualdade, Desenvolvimento Sócio-econômico e Crime.** Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), da UFMG, 1999. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/arquivos/artigos_publicacoes/desigualdade.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União n. 191-A, de 05 out. 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 jun. 2012.

_____. Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União, de 31 dez. 1940.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 18 jul. 2012.

_____. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União, de 13 jul. 1984.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210compilado.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

____ Lei n. 7.299, de 07 de julho de 1996. Altera dispositivos dos Decretos-leis nº s 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, respectivamente. **Diário Oficial da União**, de 08 ago. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9299.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

____ Portaria Interministerial MJ SDH n. 4226, de 31 dezembro de 2010. **Diário Oficial da União** n. 01, de 03 jan. 2011, seção 1, p. 27-28. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=27&data=03/01/2011>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

CAES, Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra”. **Programa de Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública**. Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CARAMANTE, André *et al.* PM de SP mata mais que a polícia dos EUA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/55888-pm-de-sp-mata-mais-que-a-policia-dos-eua.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

CIPM, Centro de Inteligência da Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Análise de confrontos armados envolvendo policiais militares**. Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

COPOM, Centro Operacional da Polícia Militar. **Dados de ocorrências policiais atendidas e atendimentos sociais realizados pela PMESP no Estado de São Paulo no ano de 2011**. Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Policiais Militares mortos fora da função no ano de 2011**. Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

COSTA, Arthur T. M.. **Reformas institucionais e as relações entre a polícia e a sociedade em Nova Iorque**. Brasília-DF, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922004000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 jul. 2012.

COSTA, Silvia Perpétua. **O controle quantitativo da letalidade no exercício da atividade de polícia ostensiva no Estado de São Paulo**. Curso de

Aperfeiçoamento de Oficiais. Centro de Altos Estudos de Segurança. São Paulo: PMESP, 2009.

COSTA JUNIOR, Eurico Alves. **Direitos humanos: o exercício da cidadania e a função social do policial militar**. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Centro de Altos Estudos de Segurança. São Paulo: PMESP, 2010.

DIAS VIEIRA, Júlio César. **PROAR: como redutor da violência policial**. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Centro de Altos Estudos de Segurança. São Paulo: PMESP, 1998.

EESd, Escola Superior de Soldados “Coronel PM Eduardo Assumpção”. **Atualização curricular da ESSd para o triênio 2011-2014**. Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

FÉLIX, Levi Anastácio. **Análise da letalidade recente nas ações operacionais na Polícia Militar do Estado de São Paulo e da política de controle**. Curso Superior de Polícia. Centro de Altos Estudos de Segurança. São Paulo: PMESP, 2010.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e o Crime. **Governo brasileiro estabelece diretrizes sobre o uso da força por agentes de segurança pública**. Disponível em: <<http://www.unodc.org/southerncone/pt/frontpage/2011/01/05-governo-brasileiro-estabelece-diretrizes-sobre-o-uso-da-forca-por-agentes-de-seguranca-publica.html>>. Acesso em: 28 jul. 12.

FERREIRA, Helder Rogério Sant Ana. **Classes populares, polícia e punição**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-03012005-104241/>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

Fórum de Segurança, **Crimes letais intencionais 2008-2009**. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/lista/estatisticas>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

FRANÇA, Roberval Ferreira. **Discurso de posse proferido em 24 de abril de 2012, na Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB), durante cerimônia de passagem de comando**. Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/organizacao/unidades/ccomsoc/avisos/di-scursoodeposse.doc>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). **Dados estatísticos do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.seade.sp.gov.br/>>. Acesso em 29 jul. 2012.

GESPOL, **Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

Human Rights Watch. **Força Letal: Violência Policial e Segurança Pública no Rio de Janeiro e em São Paulo**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/2009/12/brazil1209ptwebwcover.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2012.

Instruções para a Movimentação de Policiais Militares (I-2-PM). **Conceito de adição, Inciso III do artigo 7º**. Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

LAZZARINI, Álvaro et al. **Direito administrativo da ordem pública**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

LIMA, Lincoln de Oliveira. **Redução de não-conformidades em ocorrências de resistência seguida de morte – um estudo**. Curso Superior de Polícia. Centro de Altos Estudos de Segurança. São Paulo: PMESP, 2008.

MESQUITA, Paulo Neto. **Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

NEME, Cristina. **A Instituição Policial na Ordem Democrática: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Tese (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down147.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2012

O'DONNELL, G. **Sobre o Estado, a Democratização e alguns problemas conceituais**, *Novos Estudos/Cebrap*, São Paulo, 1993, n. 36, *Apud* NEME, Cristina.

OLIVEIRA JUNIOR, Emmanuel Silva Nunes de. **Letalidade da ação policial e teoria interacional: análise integrada do sistema paulista de segurança pública**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-26112008-171756/>>. Acesso em: 09 jul. 2012.

_____ **A corregedoria e a ação letal da polícia paulista. SENASP.** Relatório Final. Concursos Nacionais de Pesquisas aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública, 2006. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B1C29142C-AD53-4A35-B2BD-2CD63509DAB1%7D>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre violência e saúde.** Genebra, 2002. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

Organização das Nações Unidas. **Assembleia Geral de 17 de dezembro de 1979.** Resolução n. 34/1169, que adotou o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_civel/cadeias/doutrina/C%C3%B3di-go%20de%20Conduta%20Funcion%C3%A1rios%20Aplica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2012.

_____ Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a prevenção do crime e o tratamento dos infratores. **Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.** Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/principios_basicos_arma_fogo_funcionarios_1990.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2012.

PAGNAN, Rogério. Procurador pede troca do comando da PM de São Paulo. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 26 jul. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1126368-procurador-pede-troca-do-comando-da-pm-de-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

Países da ONU recomendam fim da Polícia Militar no Brasil. **Revista Exame,** de 30 mai. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/brasil/crime/noticias/paises-da-onu-recomendam-fim-da-policia-militar-no-brasil>>. Acesso em: 08 jul. 2012.

Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Planejamento Estratégico da Polícia Militar de 2008-2011.** Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2012.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Condutas Policiais e Códigos de Deontologia. Um estudo comparativo sobre as relações entre polícia e sociedade.** SENASP. Concursos Nacionais de Pesquisas aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública, 2006. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={B5043148-897A-45EA-BA14-A76FC4D95D58}>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea.** Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez de 2002, p. 152-171. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a07.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2012.

_____. **Mídia, segurança pública e representações sociais.** Tempo Social. Revista sociológica da USP. São Paulo, v. 21, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a10.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes”. **Organograma do PMRG.** Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

_____. **Dados da população carcerária do PMRG.** Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

Primeira Seção do Estado-maior da PMESP (1ª EM/PM). Dados sobre efetivo da PMESP. Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

Programa de Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências e Alto Risco (PROAR). **Item 2 da Nota de Instrução nº CPM-005/3/95, de 20 de agosto de 1995.** Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

Programa e Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM). **Item 2 da Nota de Instrução nº PM3-003/03/02, de 15 de agosto de 2002.** Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 7.920, de 15 de dezembro de 1975. Aprova o Regulamento Geral da Polícia Militar. **Diário Oficial do Estado**, de 16 dez. 1975. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1975/decreto%20n.7.290,%20de%2015.12.1975.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

____ Lei n. 14.676, de 28 de dezembro de 2011, institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2012-2015. **Diário Oficial do Estado I**, de 29 dez. 2011, p. 3. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei%20n.14.676,%20de%208.12.2011.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2012.

____ Lei n. 13.123, de 8 de julho de 2008, Institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2008-2011. **Diário Oficial do Estado I**, de 09 jul. 2008, p. 1. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei%20n.13.123,%20de%2008.07.2008.htmf>>. Acesso em: 08 jul. 2012.

Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo. **Dados estatísticos criminais trimestrais**. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/trimestrais.aspx>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

____ **Delitos no Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=E#>>. Acesso em 06 jul. 2012.

____ **Pessoas mortas e feridas em confronto com policiais militares de serviço e de folga e policiais militares mortos e feridos de serviço e de folga**. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/trimestrais.aspx>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

Secretaria Estadual de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. **Consulta sobre casos de letalidade policial**. Disponível em: <<https://www.seds.mg.gov.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. **Consulta sobre casos de letalidade policial**. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/>>. Acesso em 29 jul. 2012.

Secretaria de Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. **Consulta sobre casos de letalidade policial**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seseg/principal>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná. **Consulta sobre casos de letalidade policial**. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

Secretaria Nacional de Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos III**. Brasília-DF, 2010, p. 129. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2012.

Secretário quer mandar PMs corruptos para penitenciárias comuns. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 24 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,secretario-quer-mandar-pms-corruptos-para-penitenciarias-comuns,864967,0.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

Segunda Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2ª EM/PM). **Dados da atuação policial-militar no Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br.>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SENASP – Ministério da Justiça. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**, 2008. *Apud* Cordeiro e Silva, 2003. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID414D534CB317480A9995C6D049ED9190PTBRIE.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____. **Ocorrências envolvendo policiais, por tipo**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRNN.htm>>. Acesso em 29 jul. 2012.

VIEIRA, Vera Lucia et al. **Violência Institucional e Autocracia do Estado: continuidades e rupturas na dinâmica brasileira na segunda metade do século XX**. PUC-SP, 2009. Disponível em: <www.pucsp.br/cehal/downloads/ATT00921.doc>. Acesso em: 26 jul. 2012.

Apêndice

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO CAES – CSP I-2012

ENTREVISTA COM INTERNOS DO PMRG ENVOLVIDOS EM OCORRÊNCIA COM RESULTADO MORTE (Cb/Sd PM)

Data da entrevista: _____
 Nome: _____
 Posto/Graduação: _____
 Data e local de nascimento: _____
 Onde cresceu: _____
 Profissão do pai: _____
 Profissão da mãe: _____
 Irmão(s): _____
 Estado civil (época da condenação): _____
 Quanto(s) casamento(s) (antes e depois da condenação): _____

Quantidade e idade do(s) filho(s) menor(es) na época da condenação: _____

Nível escolar (quando do ingresso na PMESP): _____
 Por que ingressou na PM: _____

O que pensava da PM antes do ingresso (sobre prender criminosos, ocorrência com resultado morte etc.): _____

OPM em que frequentou o CFSd: _____
 Durante o CFSd houve mudança em seus pensamentos (antes do ingresso): _____

OPM em que trabalhou?

1º	_____	, de _____	a _____	atividade _____
2º	_____	, de _____	a _____	atividade _____
2º	_____	, de _____	a _____	atividade _____
3º	_____	, de _____	a _____	atividade _____
4º	_____	, de _____	a _____	atividade _____
5º	_____	, de _____	a _____	atividade _____

Depois que começou a trabalhar no policiamento houve mudança em suas expectativas na PM: _____

Qual o seu pensamento sobre Direitos Humanos: _____

Qual o seu pensamento sobre a vida: _____

E a vida de um criminoso: _____

Exercia atividade extra de segurança (época da condenação): _____

Local: _____

Tempo de PM na ocasião do evento: _____

Questões

1. Ao se apresentar pela primeira vez na OPM onde trabalhava no momento da condenação, você foi recepcionado por qual autoridade policial-militar? **(pode ser assinalado mais de um item).**

a. () Cmt de CPI/CPA

b. () Cmt de Btl

c. () Cmt de Cia

d. () Cmt de Pel

e. () Graduado na função de Supervisor da Equipe

f. () Encarregado da Adm (Sargenteante)

h. () nenhum

2. Ao ser recebido, você foi orientado sobre a conduta profissional que aquela autoridade esperava de você, especialmente no tocante a envolvimento em ocorrência com resultado morte?

a. () sim

b. () não

3. Você sabia do histórico da OPM sobre a quantidade de ocorrência com resultado morte?

a. () sim

b. () não

4. Em caso negativo, quanto tempo depois tomou conhecimento dessa situação?

- a. ☐ no primeiro mês
 - b. ☐ depois de alguma ocorrência com resultado morte na área da OPM
 - c. ☐ depois que se envolveu diretamente numa ocorrência de ocorrência com resultado morte
5. Depois disso, você notou que o PM envolvido em ocorrência com resultado morte tinha qual imagem perante os demais PM (iguais, subordinados e superiores):
- a. ☐ não houve mudança no tratamento dispensado ao PM envolvido em ocorrência com resultado morte
 - b. ☐ tornou-se mais respeitado

Comentários: _____

6. Você sentiu-se motivado a envolver-se numa ocorrência com resultado morte para alcançar uma posição de destaque perante o meio em que trabalhava:
- a. ☐ sim
 - b. ☐ não

Comentários: _____

7. Você participou de ocorrência com resultado morte antes de ser condenado:
- a. ☐ sim
 - b. ☐ não

Em caso positivo, quantas _____

8. Depois de participar de ocorrência com resultado morte, você:

(pode ser assinalado mais de um item)

- a. ☐ foi cumprimentado pelos demais PM (iguais, subordinados e/ou superiores)
- b. ☐ passou a ser visto com um PM mais “preparado e competente” para o serviço
- c. ☐ sentiu-se mais confiante perante os PM que já tinham experiência em ocorrência com resultado morte
- d. ☐ não sentiu nenhuma diferença no tratamento dispensado pelos demais PM
- e. ☐ foi investigado pela ocorrência e sentiu-se desestimulado a envolver-se em outra ocorrência com resultado morte
- f. ☐ nada mudou

Comentários: _____

9. Das medidas abaixo, qual(is) pode(m) influenciar um PM a não se envolver em ocorrência com resultado morte:

- a. ☐ Orientação do Cmt de Área (CPA ou CPI)
- b. ☐ Orientação do Cmt de Btl
- c. ☐ Orientação do Cmt de Cia
- d. ☐ Fiscalização do oficial durante o serviço

- e. () Fiscalização de graduado durante o serviço
- f. () Orientações institucionais no EAP
- g. () Orientações institucionais nas preleções
- h. () Orientações institucionais nos Cursos da PM
- i. () Movimentação para outra modalidade de policiamento ou para a administração
- j. () Movimentação para outra OPM
- k. () Troca do comando imediato (movimentação do graduado)
- l. () Troca do comando imediato (movimentação do oficial)
- m. () Fiscalização do tipo “tolerância zero”
- n. () Conscientização sobre possível condenação criminal
- o. () Conscientização sobre prejuízos à imagem da Instituição
- p. () Conhecimentos sobre policiamento comunitário
- q. () Fiscalização do P/2 durante o serviço
- r. () Transferência definitiva para o policiamento comunitário
- s. () Instrução sobre o POP
- t. () Conhecimento sobre possibilidade de ressarcimento em ação regressiva
- u. () Instrução sobre policiamento comunitário
- v. () outros casos (citar) _____

Comentários: _____

10. Caso tenha assinalado mais de um item na questão anterior, qual(is) item(ns) seria(m) o(s) mais importante(s): _____

11. O que leva um policial militar a matar uma pessoa sem estar amparado legalmente: (pode ser assinalado mais de um item)

- a. () a impunidade do criminoso
- b. () o ambiente de trabalho do PM que é cercado de violência
- c. () o fato da sociedade cobrar esse comportamento do PM
- d. () o histórico da OPM com várias ocorrências com resultado morte
- e. () para ajudar a conter a criminalidade
- f. () a condição de recruta e a necessidade de ser aceito pelo grupo (demais PM)
- g. () o contato com vários PM com histórico de envolvimento em ocorrência com resultado morte
- h. () o ditado conhecido no meio policial de que “bandido bom é bandido morto”
- i. () no momento da ação é o bandido ou o PM
- j. () incentivo ainda que velado da própria Instituição
- k. () incentivo ainda que velado dos superiores hierárquicos
- l. () incentivo ainda que velado dos demais PM
- m. () impunidade do próprio PM

n. () outros motivos: _____

Comentários: _____

12. As instruções recebidas nos cursos de formação (CFCb e CFSd) e EAP podem estimular no PM a vontade em envolver-se em ocorrência com resultado morte:

- a. () sim
b. () não

13. **Em caso positivo**, citar:

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA
"Cel PM Nelson Freire Terra"
CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA I-2012

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____

portador do RG: _____,
DECLARO, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado para colaborar com a pesquisa intitulada **Estudo da população carcerária do Presídio da Polícia Militar "ROMÃO GOMES" com ênfase à letalidade policial**, desenvolvida pelo **Maj PM 862727-4 Jaime Gardenal Júnior**, orientado pelo **Ten Cel PM Jefferson de Almeida**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário por meio do telefone nº (18) 2102-5200 ou e-mail gardenal@policiamilitar.sp.gov.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é verificar as eventuais causas que levam o policial militar a praticar crimes graves que repercutem negativamente para a Instituição.

Estou ciente que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará por meio de entrevista a ser registrada a partir da assinatura desta autorização. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado, poderei contatar o pesquisador responsável ou seu orientador.

Receberei uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui ainda informado de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

São Paulo/SP, ____ de _____ de 2012.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura do orientador: _____